

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2024 à 30/06/2024	8
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

## DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	12
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	14
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	16
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	17
--	----

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025	19
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2024 à 30/06/2024	20
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	21
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	22
--------------------------	----

Notas Explicativas	36
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	116
---	-----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	119
--	-----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	120
---	-----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	121
--	-----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Mil)</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2025</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	15.527
Preferenciais	23.044
<b>Total</b>	<b>38.571</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2025</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2024</b>
1	Ativo Total	4.158.687	3.938.110
1.01	Ativo Circulante	393.810	400.340
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	93.510	96.878
1.01.06	Tributos a Recuperar	62.505	71.041
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	62.505	71.041
1.01.06.01.01	IRPJ e CSLL a Recuperar	62.505	71.041
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	237.795	232.421
1.01.08.03	Outros	237.795	232.421
1.01.08.03.01	Dividendos e Juros s/ Capital Próprio – JCP	237.653	231.959
1.01.08.03.03	Outros	142	462
1.02	Ativo Não Circulante	3.764.877	3.537.770
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	83.682	101.148
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	208	208
1.02.01.02.03	Títulos e Valores Mobiliários	208	208
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	83.474	100.940
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	83.474	100.940
1.02.02	Investimentos	3.678.435	3.433.492
1.02.02.01	Participações Societárias	3.678.435	3.433.492
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	93.366	101.514
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	3.416.075	3.167.330
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	168.994	164.648
1.02.03	Imobilizado	79	197
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	79	197
1.02.04	Intangível	2.681	2.933
1.02.04.01	Intangíveis	2.681	2.933
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	2.681	2.933

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2025</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2024</b>
2	Passivo Total	4.158.687	3.938.110
2.01	Passivo Circulante	272.315	236.887
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	2.539	2.165
2.01.01.01	Obrigações Sociais	2.539	2.165
2.01.01.01.01	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	2.539	2.165
2.01.02	Fornecedores	520	1.502
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	520	1.502
2.01.03	Obrigações Fiscais	13.258	18.934
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	13.145	18.818
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	928	82
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	4.990	8.256
2.01.03.01.03	PIS/COFINS	7.227	10.480
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	113	116
2.01.05	Outras Obrigações	255.998	214.286
2.01.05.02	Outros	255.998	214.286
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	254.639	212.754
2.01.05.02.04	Outros	1.274	1.324
2.01.05.02.08	Passivo de Arrendamento	85	208
2.02	Passivo Não Circulante	9.908	29.944
2.02.04	Provisões	9.908	29.944
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	2.516	22.674
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	166	20.397
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	1.642	1.576
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	708	701
2.02.04.02	Outras Provisões	7.392	7.270
2.02.04.02.04	Provisões Regulatórias	7.392	7.270
2.03	Patrimônio Líquido	3.876.464	3.671.279
2.03.01	Capital Social Realizado	2.480.000	2.480.000
2.03.02	Reservas de Capital	316	316
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	316	316
2.03.04	Reservas de Lucros	2.273.746	2.350.938
2.03.04.01	Reserva Legal	315.136	315.136
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.958.610	1.958.512
2.03.04.10	Dividendos Adicionais à Disposição da AGO	0	77.290
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	282.652	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-1.160.250	-1.159.975

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2025 à 30/06/2025</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/06/2025</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2024 à 30/06/2024</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024</b>
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	149.536	403.030	276.055	508.696
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-10.221	-17.431	-9.610	-16.497
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	4.720	9.287	4.240	3.458
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-966	-2.072	325	-610
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	156.003	413.246	281.100	522.345
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	149.536	403.030	276.055	508.696
3.06	Resultado Financeiro	-117	-928	1.614	-4
3.06.01	Receitas Financeiras	23	-286	648	25
3.06.02	Despesas Financeiras	-140	-642	966	-29
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	149.419	402.102	277.669	508.692
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-928	-928	-102	886
3.08.01	Corrente	-928	-928	-102	-32
3.08.02	Diferido	0	0	0	918
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	148.491	401.174	277.567	509.578
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	148.491	401.174	277.567	509.578
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	3,6327	9,8144	6,7904	12,4664
3.99.01.02	PN	3,996	10,7958	7,4695	13,7131
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	3,6327	9,8144	6,7904	12,4664
3.99.02.02	PN	3,996	10,7958	7,4695	13,7131

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2025 à 30/06/2025</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/06/2025</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2024 à 30/06/2024</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	148.491	401.174	277.567	509.578
4.03	Resultado Abrangente do Período	148.491	401.174	277.567	509.578

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/06/2025</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-21.049	-21.166
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-34.256	-20.339
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	401.174	509.578
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	1.103	1.107
6.01.01.03	Participação nos Lucros das Investidas por Equivalência Patrimonial, líquida de impostos	-413.246	-522.345
6.01.01.04	Juros e Variações Monetárias	-3.146	-4.307
6.01.01.06	Juros Pagos	-6	-15
6.01.01.07	Constituição (Reversão) Provisão para Contingências	-20.603	-3.403
6.01.01.08	IRPJ e CSLL Pagos	-460	-68
6.01.01.09	Despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social	928	-886
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	13.207	-827
6.01.02.01	Tributos a Recuperar	8.536	9.914
6.01.02.02	Outras Contas Ativos	320	226
6.01.02.03	Depósitos Judiciais	21.185	5.075
6.01.02.04	Fornecedores	-982	-979
6.01.02.05	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	374	499
6.01.02.06	Tributos a Recolher	-16.176	-16.752
6.01.02.07	Outras Variações no Passivo	-50	1.190
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	161.876	137.643
6.02.01	Aumento de Capital	-67.902	0
6.02.04	Dividendos e JSCP Recebidos	229.778	137.643
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-144.195	-101.538
6.03.02	Pagamento de JCP e Dividendos	-144.072	-101.424
6.03.04	Pagamento Passivo de Arrendamento	-123	-114
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-3.368	14.939
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	96.878	56.671
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	93.510	71.610

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	2.480.000	316	2.350.938	0	-1.159.975	3.671.279
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.480.000	316	2.350.938	0	-1.159.975	3.671.279
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-77.192	-118.797	0	-195.989
5.04.06	Dividendos	0	0	-77.290	0	0	-77.290
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-118.797	0	-118.797
5.04.08	Reversão de Dividendos Prescritos	0	0	98	0	0	98
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	401.449	-275	401.174
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	401.174	0	401.174
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	275	-275	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.480.000	316	2.273.746	282.652	-1.160.250	3.876.464

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 30/06/2024****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	2.480.000	316	1.866.898	0	-1.414.647	2.932.567
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.480.000	316	1.866.898	0	-1.414.647	2.932.567
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-1.253	-86.453	0	-87.706
5.04.06	Dividendos	0	0	-1.253	0	0	-1.253
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-86.453	0	-86.453
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	509.856	-278	509.578
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	509.578	0	509.578
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	278	-278	0
5.05.03.02	Realização do Custo Atribuído	0	0	0	278	-278	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.480.000	316	1.865.645	423.403	-1.414.925	3.354.439

**DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/06/2025</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024</b>
7.01	Receitas	11.862	11.175
7.01.02	Outras Receitas	11.862	11.175
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-5.766	-9.646
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-5.766	-9.646
7.03	Valor Adicionado Bruto	6.096	1.529
7.04	Retenções	-1.103	-1.107
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.103	-1.107
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	4.993	422
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	426.755	532.053
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	413.246	522.345
7.06.02	Receitas Financeiras	12.942	8.393
7.06.03	Outros	567	1.315
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	431.748	532.475
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	431.748	532.475
7.08.01	Pessoal	11.466	10.766
7.08.01.01	Remuneração Direta	10.643	9.950
7.08.01.02	Benefícios	419	366
7.08.01.03	F.G.T.S.	404	450
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	18.460	12.133
7.08.02.01	Federais	17.508	11.355
7.08.02.03	Municipais	952	778
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	648	-2
7.08.03.01	Juros	622	-4
7.08.03.02	Aluguéis	26	2
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	401.174	509.578
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	118.797	86.453
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	282.377	423.125

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2025</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2024</b>
1	Ativo Total	12.998.858	13.037.758
1.01	Ativo Circulante	3.671.456	3.898.270
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	376.351	1.019.482
1.01.03	Contas a Receber	2.515.324	2.238.333
1.01.03.01	Clientes	2.256.705	2.042.983
1.01.03.01.01	Contas a receber de Clientes	2.835.169	2.525.706
1.01.03.01.02	Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD	-578.464	-482.723
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	258.619	195.350
1.01.04	Estoques	21.568	21.432
1.01.06	Tributos a Recuperar	402.998	306.698
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	402.998	306.698
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	209.458	110.766
1.01.06.01.02	Demais Tributos a recuperar	193.540	195.932
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	355.215	312.325
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	11.473	0
1.01.08.03	Outros	343.742	312.325
1.01.08.03.01	Ativo Financeiro Indenização Projeto Básico US Pery	19.837	19.039
1.01.08.03.02	Bônus de Escassez Hídrica	1.138	1.138
1.01.08.03.03	Dividendos a Receber	9.346	14.807
1.01.08.03.04	Outros Créditos	218.681	184.422
1.01.08.03.06	Ativo Financeiro - Bonificação de Outorga	45.271	43.449
1.01.08.03.07	Recursos da CDE para Cobertura de CVA	49.469	49.470
1.02	Ativo Não Circulante	9.327.402	9.139.488
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.843.833	3.684.457
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	208	208
1.02.01.02.03	Títulos e Valores Mobiliários	208	208
1.02.01.04	Contas a Receber	23.120	17.406
1.02.01.04.01	Clientes	10.133	4.491
1.02.01.04.03	Outras Contas a Receber	12.987	12.915
1.02.01.07	Tributos Diferidos	584.839	659.034
1.02.01.07.01	IR e CSLL Diferidos	584.839	659.034
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	3.235.666	3.007.809
1.02.01.10.03	Tributos a Recuperar	325.401	368.709
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	404.548	439.879
1.02.01.10.05	Ativo Financeiro Indenizatório - Concessão	1.120.956	948.715
1.02.01.10.07	Ativo Financeiro Bonificação de Outorga	337.187	329.418
1.02.01.10.09	Ativo Financeiro Indenização Projeto Básico US Pery	153.312	149.731
1.02.01.10.10	Instrumentos Financeiros Derivativos	76.750	0
1.02.01.10.11	Ativo de Contrato	817.512	771.357
1.02.02	Investimentos	307.167	382.859
1.02.02.01	Participações Societárias	307.167	382.859
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	138.173	218.211
1.02.02.01.04	Participações em Controladas em Conjunto	168.994	164.648
1.02.03	Imobilizado	223.771	210.394

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2025</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2024</b>
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	102.920	102.085
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	12.574	5.303
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	108.277	103.006
1.02.04	Intangível	4.952.631	4.861.778
1.02.04.01	Intangíveis	4.952.631	4.861.778
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	4.908.830	4.816.147
1.02.04.01.02	Repactuação Risco Hidrológico GSF	41.120	42.698
1.02.04.01.03	Outros Intangíveis	2.681	2.933

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2025</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2024</b>
2	Passivo Total	12.998.858	13.037.758
2.01	Passivo Circulante	2.991.179	3.049.785
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	210.770	217.785
2.01.01.01	Obrigações Sociais	210.770	217.785
2.01.02	Fornecedores	958.128	992.713
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	958.128	992.713
2.01.03	Obrigações Fiscais	351.876	277.397
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	170.232	94.409
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	88.205	2.818
2.01.03.01.02	PIS/COFINS	55.076	54.756
2.01.03.01.03	Outros	26.951	36.835
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	179.592	180.497
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2.052	2.491
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	477.128	416.104
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	292.656	213.853
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	187.962	114.891
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	104.694	98.962
2.01.04.02	Debêntures	184.472	202.251
2.01.05	Outras Obrigações	842.352	978.125
2.01.05.02	Outros	842.352	978.125
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	254.639	212.754
2.01.05.02.04	Taxas Regulamentares	30.848	23.278
2.01.05.02.06	Instrumentos Financeiros Derivativos	95.816	70.230
2.01.05.02.07	Passivo Financeiro Setorial	221.375	388.599
2.01.05.02.08	Passivo de Arrendamento	5.222	2.140
2.01.05.02.09	Bônus Escassez Hídrica	830	1.149
2.01.05.02.10	PIS/COFINS a Restituir a Consumidores	116.985	46.811
2.01.05.02.20	Outros	116.637	233.164
2.01.06	Provisões	150.925	167.661
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	150.925	167.661
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	150.925	167.661
2.02	Passivo Não Circulante	6.131.215	6.316.694
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	3.696.292	3.786.903
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.653.870	1.765.532
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	477.639	555.694
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.176.231	1.209.838
2.02.01.02	Debêntures	2.042.422	2.021.371
2.02.02	Outras Obrigações	467.416	455.996
2.02.02.02	Outros	467.416	455.996
2.02.02.02.03	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	4.998	8.969
2.02.02.02.04	Taxas Regulamentares	85.469	78.661
2.02.02.02.06	Passivo Financeiro Setorial	26.726	21.400
2.02.02.02.09	PIS/COFINS a Restituir a Consumidores	327.021	326.032
2.02.02.02.10	Passivo de Arrendamento	8.079	3.838
2.02.02.02.11	Tributos a Recolher	15.123	17.096

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2025</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2024</b>
2.02.03	Tributos Diferidos	114.378	108.460
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	114.378	108.460
2.02.04	Provisões	1.853.129	1.965.335
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.783.872	1.828.733
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	28.395	48.935
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	77.234	69.732
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	1.509.575	1.508.838
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	168.668	201.228
2.02.04.02	Outras Provisões	69.257	136.602
2.02.04.02.04	Provisões Regulatórias	65.361	64.129
2.02.04.02.05	Provisões Ambientais	3.896	72.473
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	3.876.464	3.671.279
2.03.01	Capital Social Realizado	2.480.000	2.480.000
2.03.02	Reservas de Capital	316	316
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	316	316
2.03.04	Reservas de Lucros	2.273.746	2.350.938
2.03.04.01	Reserva Legal	315.136	315.136
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.958.610	1.958.512
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	77.290
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	282.652	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-1.160.250	-1.159.975

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2025 à 30/06/2025</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/06/2025</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2024 à 30/06/2024</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.899.542	5.877.073	2.619.505	5.220.020
3.01.01	Receita de Vendas e Serviços Prestados	2.285.484	5.162.323	2.283.163	4.816.772
3.01.02	Receita de Construção	268.692	507.041	189.738	396.904
3.01.03	Receita de Ativo/(Passivo) Financeiro Setorial	337.257	185.768	139.927	-8.927
3.01.04	Atualização Ativo Financeiro VNR	8.109	21.941	6.677	15.271
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-2.386.146	-4.742.745	-2.082.463	-4.157.925
3.02.01	Custo de Vendas e Serviços	-1.863.617	-3.747.162	-1.658.537	-3.291.794
3.02.02	Custo dos Produtos Vendidos	-5.909	-10.453	-3.915	-7.367
3.02.03	Custo dos Serviços Prestados	-247.928	-478.089	-230.273	-461.860
3.02.04	Custo de Construção	-268.692	-507.041	-189.738	-396.904
3.03	Resultado Bruto	513.396	1.134.328	537.042	1.062.095
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-164.619	-326.541	-92.970	-244.338
3.04.01	Despesas com Vendas	-28.500	-57.144	-30.621	-60.149
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-176.055	-339.792	-148.170	-298.034
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	-58.024	-127.279	-37.879	-66.311
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	94.097	193.082	99.898	208.602
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-9.160	-25.402	9.305	-58.016
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	13.023	29.994	14.497	29.570
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	348.777	807.787	444.072	817.757
3.06	Resultado Financeiro	-159.812	-241.077	-55.636	-105.176
3.06.01	Receitas Financeiras	203.041	375.863	87.615	173.921
3.06.02	Despesas Financeiras	-362.853	-616.940	-143.251	-279.097
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	188.965	566.710	388.436	712.581
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-40.474	-165.536	-110.869	-203.003
3.08.01	Corrente	-19.858	-85.424	-102.725	-175.006
3.08.02	Diferido	-20.616	-80.112	-8.144	-27.997
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	148.491	401.174	277.567	509.578

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2025 à 30/06/2025</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/06/2025</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2024 à 30/06/2024</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024</b>
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	148.491	401.174	277.567	509.578
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	148.491	401.174	277.567	509.578
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	3,6327	9,8144	6,7904	12,4664
3.99.01.02	PN	3,996	10,7958	7,4695	13,7131
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	3,6327	9,8144	6,7904	12,4664
3.99.02.02	PN	3,996	10,7958	7,4695	13,7131

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2025 à 30/06/2025</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/06/2025</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2024 à 30/06/2024</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024</b>
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	148.491	401.174	277.567	509.578
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	148.491	401.174	277.567	509.578
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	148.491	401.174	277.567	509.578

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2025 à 30/06/2025	Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	69.187	252.899
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	817.419	845.351
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	401.174	509.578
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	185.632	168.805
6.01.01.03	Crédito PIS/COFINS Depreciação Direito de Uso de Ativos	180	88
6.01.01.04	Participação nos Lucros das Investidas por Equivalência Patrimonial, Líquida de impostos	-29.994	-29.570
6.01.01.05	Atualização/Juros Retorno/Bonificação de Outorga	-46.807	-42.467
6.01.01.06	Juros e Variações Monetárias	356.432	213.530
6.01.01.07	Baixas de Direito de Uso de Ativos e Passivos de Arrendamento	0	-43
6.01.01.08	IR e CSLL Pagos	-93.103	-131.255
6.01.01.09	Juros Pagos	-219.777	-180.178
6.01.01.10	Despesa de IR e CSLL	165.536	203.003
6.01.01.11	Despesas Atuariais	73.127	69.499
6.01.01.12	Constituição (Reversão) Provisão para Contingências	-121.452	-33.954
6.01.01.14	Perda na Alienação de Ativo Imobilizado/Intangível	42.392	46.877
6.01.01.15	Atualização Ativo Financeiro - VNR	-21.941	-15.271
6.01.01.16	Instrumentos Financeiros Derivativos/Marcação a Mercado	-2.830	0
6.01.01.17	Perdas Estimadas em Crédito de Liquidação Duvidosa	127.279	66.311
6.01.01.18	Baixa de Ativo Financeiro Indenizatório - Concessão	1.571	398
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-748.232	-592.452
6.01.02.02	Ativos Financeiros - (Setoriais, Bonificação de Outorga)	99.223	119.518
6.01.02.03	Contas a Receber	-404.736	-256.876
6.01.02.05	Tributos a Recuperar	-45.155	-70.257
6.01.02.06	Depósitos Judiciais	50.911	5.496
6.01.02.07	Estoques	-136	375
6.01.02.08	Passivo Bônus Escassez Hídrica	-319	10
6.01.02.10	Outras Contas - Ativo	-39.506	-64.201
6.01.02.11	Fornecedores	-34.585	-194.420
6.01.02.12	Tributos a Recolher	62.315	180.614
6.01.02.13	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	-10.986	-29.947
6.01.02.14	Taxas Regulamentares	9.605	-6.030
6.01.02.15	Passivo Setorial	-228.284	-137.243
6.01.02.16	PIS/COFINS a Restituir a Consumidores	-926	-34.441
6.01.02.19	Benefícios a Empregados	-89.126	-133.398
6.01.02.20	Outras Contas - Passivo	-116.527	28.348
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-418.470	-405.911
6.02.01	Adições Ativo Imobilizado	-10.345	-23.235
6.02.02	Adições Ativo de Contrato	-507.041	-396.904
6.02.04	Adições Ativo Intangível	-25	0
6.02.05	Dividendos Recebidos	38.608	14.228
6.02.06	Alienação de Investimentos	60.333	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-293.848	-147.293
6.03.01	Amortizações de Principal de Passivo de Arrendamentos	-4.992	-5.519

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/06/2025</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024</b>
6.03.02	Amortização de Derivativos	-21.885	0
6.03.03	Amortização de Empréstimos e Financiamentos	-42.881	-33.307
6.03.04	Adições de Empréstimos e Financiamentos	0	72.809
6.03.05	Pagamento de Dividendos	-144.072	-101.424
6.03.07	Pagamento de Debêntures	-80.018	-79.852
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-643.131	-300.305
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.019.482	906.196
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	376.351	605.891

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>Participação dos Não Controladores</b>	<b>Patrimônio Líquido Consolidado</b>
5.01	Saldos Iniciais	2.480.000	316	2.350.938	0	-1.159.975	3.671.279	0	3.671.279
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.480.000	316	2.350.938	0	-1.159.975	3.671.279	0	3.671.279
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-77.192	-118.797	0	-195.989	0	-195.989
5.04.06	Dividendos	0	0	-77.290	0	0	-77.290	0	-77.290
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-118.797	0	-118.797	0	-118.797
5.04.08	Reversão de Dividendos Prescritos	0	0	98	0	0	98	0	98
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	401.449	-275	401.174	0	401.174
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	401.174	0	401.174	0	401.174
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	275	-275	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.480.000	316	2.273.746	282.652	-1.160.250	3.876.464	0	3.876.464

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 30/06/2024****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>Participação dos Não Controladores</b>	<b>Patrimônio Líquido Consolidado</b>
5.01	Saldos Iniciais	2.480.000	316	1.866.898	0	-1.414.647	2.932.567	0	2.932.567
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.480.000	316	1.866.898	0	-1.414.647	2.932.567	0	2.932.567
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-1.253	-86.453	0	-87.706	0	-87.706
5.04.06	Dividendos	0	0	-1.253	0	0	-1.253	0	-1.253
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-86.453	0	-86.453	0	-86.453
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	509.856	-278	509.578	0	509.578
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	509.578	0	509.578	0	509.578
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	278	-278	0	0	0
5.05.03.02	Realização de Custo Atribuído	0	0	0	278	-278	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.480.000	316	1.865.645	423.403	-1.414.925	3.354.439	0	3.354.439

**DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/06/2025</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024</b>
7.01	Receitas	9.172.622	8.391.240
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	8.571.994	7.810.735
7.01.02	Outras Receitas	213.380	226.677
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	514.527	420.139
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-127.279	-66.311
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-4.849.729	-4.275.457
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-4.127.181	-3.611.941
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-722.548	-663.516
7.03	Valor Adicionado Bruto	4.322.893	4.115.783
7.04	Retenções	-185.813	-168.894
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-185.813	-168.894
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	4.137.080	3.946.889
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	429.028	221.821
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	29.994	29.570
7.06.02	Receitas Financeiras	398.104	190.725
7.06.03	Outros	930	1.526
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	4.566.108	4.168.710
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	4.566.108	4.168.710
7.08.01	Pessoal	466.149	413.319
7.08.01.01	Remuneração Direta	297.250	259.303
7.08.01.02	Benefícios	150.731	136.620
7.08.01.03	F.G.T.S.	18.168	17.396
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	3.085.349	2.947.036
7.08.02.01	Federais	1.828.176	1.796.563
7.08.02.02	Estaduais	1.252.805	1.146.302
7.08.02.03	Municipais	4.368	4.171
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	613.436	298.777
7.08.03.01	Juros	608.870	294.884
7.08.03.02	Aluguéis	4.566	3.893
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	401.174	509.578
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	118.797	86.453
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	282.377	423.125

**Comentário do Desempenho****COMENTÁRIO DE DESEMPENHO****1. INVESTIMENTOS**

Os recursos investidos pela Companhia em Imobilizado, Intangível e Participações em Pequenas Centrais Hidrelétricas no primeiro semestre de 2025, chegaram a R\$662 milhões, avançando 24,57% em relação aos R\$531,5 milhões investidos no mesmo período de 2024, evidenciados no quadro a seguir:

Descrição	Consolidado				Análise Horizontal
	30.06.2025		30.06.2024		
	R\$ mil	%	R\$ mil	%	
<b>Distribuição de Energia Elétrica</b>	<b>651.712</b>	<b>98,43</b>	<b>508.276</b>	<b>95,63</b>	<b>28,22%</b>
Recursos Próprios	507.041	-	396.904	-	-
Participação Financeira do Consumidor	144.671	-	111.372	-	-
<b>Geração de Energia Elétrica</b>	<b>10.370</b>	<b>1,57</b>	<b>23.235</b>	<b>4,37</b>	<b>-55,37%</b>
Parque Gerador Próprio	10.370	-	23.235	-	-
<b>Total</b>	<b>662.082</b>	<b>100,00</b>	<b>531.511</b>	<b>100,00</b>	<b>24,57%</b>

**Distribuição de Energia Elétrica**

Do total investido, o maior volume de R\$651,7 milhões foram destinados à expansão e melhoria do sistema, eficiência operacional e modernização da gestão da Celesc. Deste valor, R\$507,0 milhões foram com recursos próprios (sendo R\$471,3 milhões em materiais e serviços, R\$35,7 milhões em mão de obra própria) e R\$144,6 milhões foram com recursos de terceiros, provenientes de Participação Financeira do Consumidor em obras da Celesc. As regras da Participação Financeira do Consumidor estão estabelecidas na Resolução Normativa nº 1.000, da ANEEL, de 07 de dezembro de 2021.

No acumulado do período até 30 de junho de 2025, os investimentos realizados pela Celesc D totalizaram R\$601,4 milhões, destinados à expansão, modernização e manutenção da infraestrutura elétrica e à melhoria dos processos administrativos e operacionais da Companhia.

Do montante total investido, R\$412,5 milhões foram aplicados diretamente na rede de distribuição, com foco na ampliação, melhoria e manutenção.

Os investimentos visam aprimorar a eficiência operacional, aumentar a qualidade do fornecimento de energia elétrica e fortalecer a infraestrutura necessária para atender à crescente demanda do sistema elétrico, sendo que ainda foram aplicados em alta tensão:

- R\$85,8 milhões em linhas de distribuição;
- R\$53,7 milhões em subestações.

Além disso, foram realizados R\$48,8 milhões no sistema de medição, dos quais R\$14,4 milhões referem-se à aquisição de medidores inteligentes e investimentos em melhorias em terrenos e obras civis associadas à infraestrutura da rede.

Na atividade de administração, os investimentos somaram R\$50,3 milhões, sendo os principais aportes destinados à área de tecnologia da informação.

- R\$36,4 milhões investidos em Tecnologia da Informação. Deste valor, destacam-se R\$19,5 milhões aplicados na implantação dos sistemas ADMS (Advanced Distribution Management System) e WFM (Workforce Management), voltados ao aprimoramento do Centro de Operação;
- R\$5,8 milhões destinados à aquisição de máquinas e equipamentos;
- R\$6,9 milhões aplicados na compra de novos veículos.

Os valores remanescentes foram destinados à melhoria das edificações administrativas e à aquisição de mobiliários.

## **Comentário do Desempenho**

### **Geração de Energia Elétrica**

No primeiro semestre de 2025, foram realizados investimentos em ativos imobilizados e serviços correlatos às usinas fotovoltaicas e hidrelétricas da Celesc G, conforme detalhado a seguir:

- R\$ 3,8 milhões foram investidos na aquisição do gerador fotovoltaico Kit 1MW e nas montagens elétricas da UFV VIII;
- R\$ 2,8 milhões foram investidos no gerador fotovoltaico Kit 1MW e nas montagens elétricas da UFV IX;
- R\$ 1,6 milhão foi destinado à mobilização e implantação do canteiro de obras da Usina Garcia;
- R\$ 357 mil foram aplicados nas montagens elétricas da UFV Capivari de Baixo;
- R\$ 338 mil foram utilizados na aquisição de cabo óptico dielétrico para a UFV IV;
- R\$ 265 mil foram aplicados em dragagem, limpeza da represa, serviços congêneres e no projeto executivo civil da Usina Palmeiras;
- R\$ 227 mil foram empregados em serviços de unitização e imobilização de ativos, mão de obra e manutenção corretiva da Usina Maruim.

## **2. MERCADO ACIONÁRIO**

O índice BOVESPA fechou o 2º trimestre de 2025 com valorização de 6,6%. O Índice de Energia Elétrica – IEE, indicador do setor de energia elétrica, apresentou valorização de 18,8% no trimestre.

Nesse mesmo período, as ações preferenciais – PN apresentaram valorização de 34,2% enquanto que as ações ordinárias – ON da Companhia apresentaram valorização de 24,1%.

A tabela a seguir apresenta as cotações finais em 30 de junho de 2025 e respectivas variações percentuais das ações da Companhia e dos principais indicadores de mercado:

Descrição	Fechamento		Variação %*
	30.06.2025	2º TRI 2025	
<b>Celesc PN</b>	103,00**	34,24%	58,73%
<b>Celesc ON</b>	88,79**	24,08%	44,10%
<b>IBOVESPA</b>	138.855	6,60%	12,06%
<b>IEE</b>	101.295	18,78%	14,73%

\*Variações percentuais com ajuste a proventos

\*\*Valores em R\$ (reais).

## **3. VALOR DE MERCADO DA AÇÃO**

Os valores de mercado das ações da Companhia, em 30 de junho de 2025, conforme demonstrado acima, são: R\$103,00 (cento e três reais) para cada ação preferencial – PN (CLSC4) e R\$88,79 (88 reais e setenta e nove centavos) para cada ação ordinária – ON (CLSC3).

Seu acionista majoritário é o Estado de Santa Catarina, detentor de 50,2% das ações ordinárias da Companhia, correspondentes a 20,2% do capital total. A estrutura acionária e societária, em 30 de junho de 2025, está apresentada no organograma a seguir:

## Comentário do Desempenho

## ESTRUTURA ACIONÁRIA E SOCIETÁRIA DA CELESC

Junho/2025

ESTADO SC	EDP ENERGIAS	CELOS	GF LPPAR FIA	ELETOBRAS	ALASKA POLAND FIA	OUTROS
50,18% ON	33,11% ON	8,63% ON	2,88% ON	0,03% ON	0,00% ON	5,18% ON
0,00% PN	27,73% PN	1,00% PN	12,11% PN	17,98% PN	15,34% PN	25,84% PN
20,20% T	29,90% T	4,07% T	8,39% T	10,75% T	9,16% T	17,52% T

FREE FLOAT  
75%O = Ordinárias  
P = Preferenciais  
T = Total

100,0% T	100,0% T	51,0% O 0,0% P 17,0% T	23,0% T	30,9% T	9,91% O 9,81% P 9,86% T
Celesc Distribuição	Celesc Geração	SCGÁS	DFESA	ECTE	CASAN
		26,0%   Cia Energética Rio das Flores		100,0%   ETSE	
		32,5%   Rondinha Energética			
		40,0%   Xavantina Energética			
		49,0%   Garça Branca			

## 4. PARTICIPAÇÃO ESTRANGEIRA NO CAPITAL

Em 30 de junho de 2025, a participação acionária dos investidores estrangeiros representa 0,6% do capital social total da Companhia, detendo o total de 243.449 ações, na grande maioria, ações preferenciais.

Participação dos Investidores por Residência	Quantidade de Ações	%
Investidores Estrangeiros	243.449	0,63
Investidores Nacionais	38.328.142	99,37
<b>Total</b>	<b>38.571.591</b>	<b>100,00</b>

## 5. AÇÕES DO CONTROLADOR, ADMINISTRADORES E MEMBROS DO CONSELHO FISCAL

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante do seu Estatuto Social.

Acionista	Ações ON		Ações PN		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Controlador	9.229.660	59,44%	234.305	1,02%	9.463.965	24,54%
Conselho de Administração	-	-	-	0,00%	-	0,00%
Diretoria Executiva	-	-	22	0,00%	22	0,00%
Outros Acionistas	6.297.477	40,56%	22.810.127	98,98%	29.107.604	75,46%
<b>Total</b>	<b>15.527.137</b>	<b>100,00%</b>	<b>23.044.454</b>	<b>100,00%</b>	<b>38.571.591</b>	<b>100,00%</b>
<b>Ações em Circulação</b>	<b>6.297.477</b>	<b>40,56%</b>	<b>22.810.127</b>	<b>98,98%</b>	<b>29.107.604</b>	<b>75,46%</b>

## Comentário do Desempenho

### 6. AÇÕES EM CIRCULAÇÃO

Descrição	Ações ON – CLSC3		Ações PN – CLSC4		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Capital Total	15.527.137	100,00	23.044.454	100,00	38.571.591	100,00
Ações em Circulação	6.297.477	40,56	22.810.127	98,98	29.107.604	75,46

### 7. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

A composição acionária, em número de ações dos acionistas com mais de 5% de qualquer espécie ou classe, está representada conforme o quadro a seguir:

Acionista	Base Acionária em 30.06.2025					
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Estado de Santa Catarina	7.791.010	50,18	191	0,00	7.791.201	20,20
EDP Energias do Brasil S.A.	5.140.868	33,11	6.390.720	27,73	11.531.588	29,90
Fundação Celesc de Seguridade Social – Celos	1.340.474	8,63	230.800	1,00	1.571.274	4,07
Geração LPar Fundo de Investimento	447.000	2,88	2.790.201	12,11	3.237.201	8,39
Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobras	4.233	0,03	4.142.774	17,98	4.147.007	10,75
Alaska Poland FIA	-	0,00	3.534.800	15,34	3.534.800	9,16
Outros	803.552	5,17	5.954.968	25,84	6.758.520	17,53
<b>Total</b>	<b>15.527.137</b>	<b>100,00</b>	<b>23.044.454</b>	<b>100,00</b>	<b>38.571.591</b>	<b>100,00</b>
<b>Total Geral</b>	<b>15.527.137</b>	<b>40,26</b>	<b>23.044.454</b>	<b>59,74</b>	<b>38.571.591</b>	<b>100,00</b>

Capital Social: R\$2.480.000.000,00 e Capital Autorizado: R\$2.600.000.000,00

### 8. RECURSOS HUMANOS

A Celesc encerrou o segundo trimestre de 2025, com um quadro funcional de 3.795 empregados. O total de empregados representa um aumento de 1,4% em relação ao mesmo período do ano anterior (3.743 empregados).

### 9. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Na tabela a seguir, estão demonstrados os principais indicadores econômico-financeiros do período, comparados com o ano anterior:

Descrição	30.06.2025	30.06.2024	Consolidado
			Varição
Receita Operacional Bruta - ROB	9.079.034	8.207.639	10,62%
Receita Operacional Líquida - ROL	5.877.073	5.220.020	12,59%
Resultado Operacional	807.787	817.757	-1,22%
EBITDA	993.419	986.562	0,70%
Margem EBITDA (EBITDA/ROL)	16,90%	18,90%	-2,00 p.p.
Margem Líquida (LL/ROL)	6,83%	9,76%	-2,94 p.p.
Resultado Financeiro	(241.077)	(105.176)	129,21%
Ativo Total	12.998.858	12.436.105	4,53%
Imobilizado	223.771	210.225	6,44%
Patrimônio Líquido	3.876.464	3.354.439	15,56%
Lucro Líquido	401.174	509.578	-21,27%

#### 9.1. Receita Bruta e Receita Operacional Líquida

No primeiro semestre de 2025, a Receita Operacional Bruta (ROB) consolidada totalizou R\$9,1 bilhões, representando um crescimento de aproximadamente 10,6% em relação ao mesmo período de 2024, quando foi registrada a marca de R\$8,2 bilhões.

Esse desempenho positivo decorre, principalmente, da evolução dos resultados da Celesc D, cuja ROB apresentou aumento de 10,5%. Tal variação foi impulsionada por acréscimo de 2,1% na receita proveniente do fornecimento de energia elétrica; crescimento de 10,0% na receita relativa à disponibilidade de uso da

## Comentário do Desempenho

rede elétrica; elevação expressiva de 869,7% na receita de Energia de Curto Prazo, que passou de R\$22,2 milhões no primeiro semestre de 2024 para R\$215,1 milhões no mesmo período de 2025, reflexo do aumento significativo do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) no período.

Adicionalmente, contribuiu para o desempenho da receita o reajuste tarifário anual homologado em 22 de agosto de 2024, com efeito médio percebido pelos consumidores de 3,02%. Também se destaca a variação dos ativos e passivos financeiros setoriais que, diferentemente de 2024, impactaram de forma positiva neste semestre de 2025.

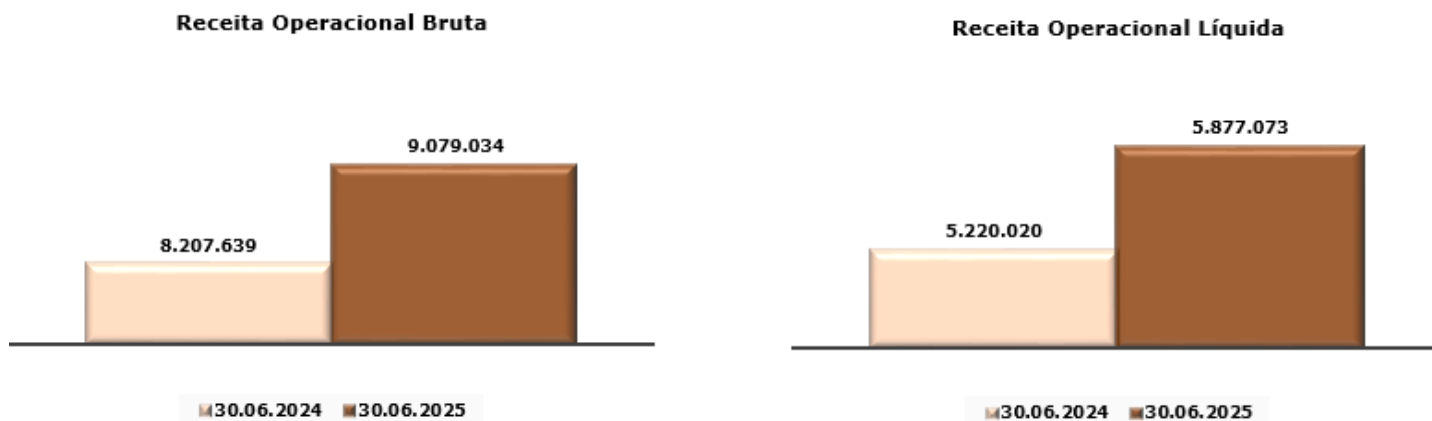
A receita com ativos em construção também apresentou crescimento, porém, esse montante é compensado no resultado pelos correspondentes custos de construção registrados entre os custos operacionais.

A Receita Operacional Líquida (ROL) da Celesc D acompanhou a variação da ROB, apresentando crescimento de 12,5%, ao passar de R\$5,1 bilhões no primeiro semestre de 2024 para R\$5,8 bilhões no mesmo período de 2025.

Na Celesc G, a ROB registrou aumento de 19,8%, influenciada principalmente pelo crescimento de 27,4% na receita de fornecimento de energia e de 17,2% na receita de suprimento de energia. Também foi observada elevação de 217,2% na receita de curto prazo, que passou de R\$2,2 milhões para R\$7,0 milhões (aumento absoluto de R\$4,8 milhões).

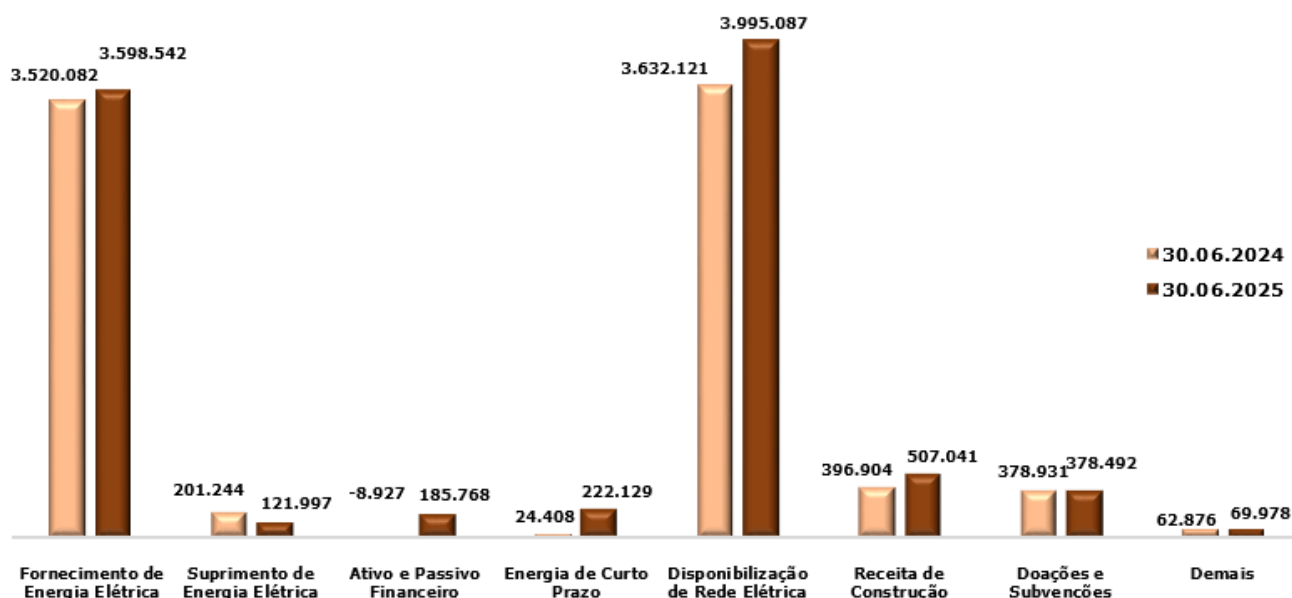
Outro fator relevante foi o aumento de aproximadamente 10,4% nas receitas financeiras vinculadas à bonificação de outorga e à indenização da Usina Pery, ambas atualizadas pelo IPCA, o qual apresentou variação acumulada de cerca de 21% no período analisado, em comparação com o mesmo intervalo de 2024.

A ROL da Celesc G cresceu 20,8%, passando de R\$90,7 milhões no primeiro semestre de 2024 para R\$109,6 milhões no mesmo período de 2025.



## Comentário do Desempenho

### Composição da Receita Bruta



## 9.2. Deduções da Receita

O aumento de 7,2% nas deduções está, principalmente, relacionado ao recolhimento dos tributos vinculados à ROB (aumento proporcional de 10,0% no recolhimento de ICMS, PIS e COFINS), na Celesc D, e ao aumento de R\$45,9 milhões evidenciado nos encargos setoriais Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, Pesquisa & Desenvolvimento (P&D) e Programa de Eficiência Energética (PEE), sendo estes dois últimos calculados com a alíquota de 1% sobre a ROL.

## 9.3. Custos e Despesas

### 9.3.1. Custos

No primeiro semestre de 2025, os custos e despesas operacionais consolidados apresentaram crescimento de aproximadamente 15,1% em comparação ao mesmo período de 2024, refletindo, principalmente, o aumento nos custos com energia elétrica e com construção de ativos.

Os custos com energia elétrica registraram alta de 13,8%, influenciados majoritariamente pela elevação do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD). Na Celesc D, a energia elétrica comprada para revenda apresentou aumento de 25,5%, impulsionada pela maior exposição ao mercado de curto prazo e pela variação significativa do PLD no período. No primeiro semestre de 2024, o PLD variou entre R\$61,00/MWh e R\$66,00/MWh, enquanto que no mesmo período de 2025 os valores oscilaram entre R\$59,00/MWh e R\$332,00/MWh.

Na Celesc G, os custos com energia elétrica aumentaram 74,8%, reflexo de dois principais fatores: crescimento de 51,9% no custo da energia convencional comprada para revenda; expressivo aumento de 195,4% na energia adquirida na CCEE, em decorrência da mesma variação do PLD mencionada acima.

Os custos de operação consolidados apresentaram elevação de 14,9% no período analisado.

Na Celesc D, os custos de operação aumentaram 14,7%, com destaque para o custo de construção, que cresceu 27,7%, passando de R\$396,9 milhões no primeiro semestre de 2024 para R\$507,0 milhões em 2025. Desconsiderando essa rubrica – que tem efeito neutro no resultado contábil por ter sua contrapartida

## Comentário do Desempenho

registrada na receita de construção –, os demais custos de operação tiveram crescimento de 3,5% no período, refletindo a manutenção dos níveis de eficiência operacional da Companhia.

Na Celesc G, os custos de operação apresentaram acréscimo de R\$3,1 milhões, representando aumento de 41,9% em relação ao primeiro semestre de 2024. Esse crescimento decorre, principalmente, de aumento de R\$1,1 milhão na depreciação e amortização, resultado da elevação do saldo do ativo imobilizado em serviço, decorrente das unitizações realizadas no encerramento de 2024; crescimento de R\$1,7 milhão na rubrica serviços de terceiros, relacionado à conclusão de ordens de manutenção, reforma e conservação de unidades administrativas e operacionais, cujos custos não foram integralmente unitizados e, portanto, foram lançados como custos operacionais no resultado do período.

### 9.3.2. Despesas Operacionais, Outras Receitas e Despesas, Equivalência Patrimonial

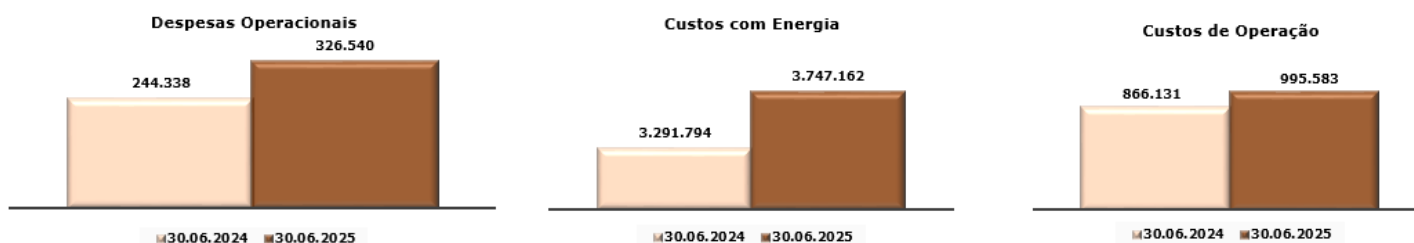
As despesas operacionais consolidadas, incluindo outras receitas/despesas operacionais e o resultado da equivalência patrimonial, totalizaram R\$326,5 milhões no primeiro semestre de 2025, frente aos R\$244,3 milhões registrados no mesmo período de 2024, representando um aumento de 33,6%.

Na Celesc D, o aumento foi de aproximadamente R\$90,6 milhões (36,4%), influenciado principalmente pela elevação nas despesas com vendas, que apresentaram crescimento de 45,6%. Este aumento decorre, em grande parte, da elevação na provisão para perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa (PECLD), cuja variação foi de 91,9%, com incremento de R\$61,0 milhões nesta conta.

As despesas gerais e administrativas da Celesc D cresceram 13,8%, com destaque para o aumento de R\$20,8 milhões (16,5%) nas despesas com pessoal; acréscimo de R\$3,6 milhões (5,2%) em despesas atuariais; aumento de R\$25,1 milhões (121,3%) na despesa de amortização, em razão da entrada em operação de investimentos no software comercial da Companhia.

Por outro lado, o resultado da rubrica outras receitas e outras despesas operacionais foi positivo no primeiro semestre de 2025, com variação de 2,9% em relação ao mesmo período de 2024, justificada principalmente pela redução de provisões e pelo aumento de 3,0% na receita de compartilhamento de infraestrutura.

Na Celesc G, observou-se redução de 49,5% nas despesas operacionais, refletindo, principalmente, o reconhecimento do ganho na alienação do direito mantido para venda referente à participação na EDP Aliança Transmissão. No que se refere às demais despesas, houve redução no ganho de equivalência patrimonial das coligadas, em decorrência da venda da participação na EDP Aliança Transmissão. Adicionalmente, após o encerramento de ordens de investimento em curso, parte dos custos que não foram unitizados foi registrada diretamente no resultado como despesa operacional.



### 9.4. Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro consolidado no primeiro semestre de 2025 foi negativo em R\$241,1 milhões. No mesmo período de 2024, o resultado negativo era de R\$105,2 milhões, representando um aumento de 129,2%.

Na Celesc D, o resultado foi deficitário em R\$134,8 milhões, decorrente, principalmente, do aumento dos encargos das dívidas e juros de debêntures, que totalizaram R\$284,6 milhões no primeiro semestre de 2025, ante R\$181,9 milhões no mesmo período de 2024.

## Comentário do Desempenho

Ainda na Celesc D, destaca-se o reconhecimento de R\$53,4 milhões em despesas financeiras decorrentes de decisão administrativa da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), conforme Despacho nº 2.203, de 22 de julho de 2025. A deliberação ocorreu após o encerramento da Consulta Pública nº 05/2021 e validou o entendimento da Agência quanto à metodologia de atualização dos valores a serem devolvidos aos consumidores, referentes aos créditos tributários de PIS/COFINS sobre a base de cálculo do ICMS.

A Companhia, nos processos tarifários de 2022 e 2023, sustentava que os valores já devolvidos aos consumidores haviam sido atualizados conforme a legislação tributária vigente e em linha com a Lei nº 14.385/2022. No entanto, a ANEEL concluiu que, por se tratar de passivo tarifário, a atualização deveria ocorrer com base em juros compostos, conforme os Submódulos 4.4 e 4.4A do PRORET, e não pela metodologia utilizada pela Receita Federal. Em razão dessa decisão, a diferença de atualização financeira foi reconhecida como despesa no resultado do semestre.

Na Celesc G, apesar do crescimento de 35% nas receitas financeiras oriundas de aplicações, houve o estorno de R\$3,2 milhões a título de despesa financeira, referente aos Juros sobre Capital Próprio (JCP) creditados e ainda não recebidos da EDP Aliança Transmissão, conforme cláusula contratual da venda da participação societária. Como consequência, o resultado financeiro da Celesc G no primeiro semestre de 2025 apresentou redução de 5,5% em relação ao mesmo período do ano anterior.

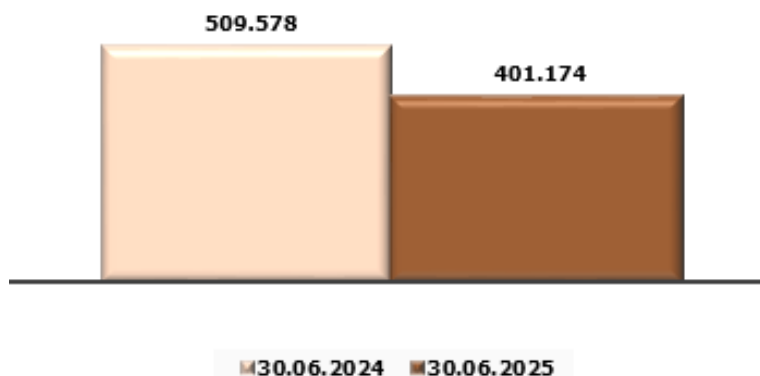
### Resultado Financeiro Líquido



### 9.5. Lucro Líquido

A Celesc apresentou, no primeiro semestre de 2025, um Lucro Líquido de R\$401,2 milhões, representando uma redução de 21,27% se comparado ao mesmo período de 2024, cujo valor foi de R\$509,6 milhões.

### Lucro Líquido



## Comentário do Desempenho

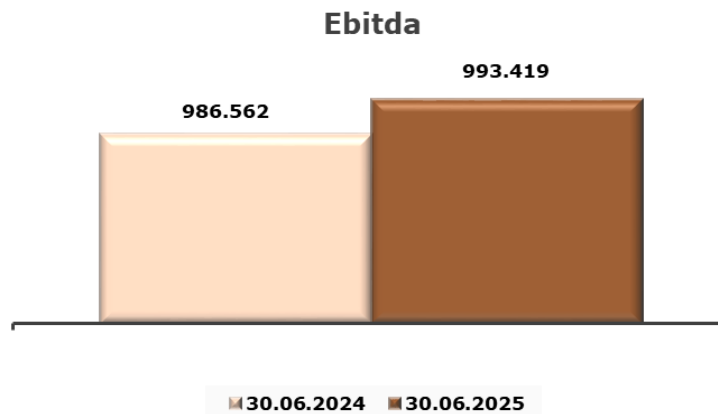
### 9.6. EBITDA

A Companhia divulga o EBITDA e o utiliza para medir o seu desempenho. Ele tem como base os valores apresentados nas demonstrações financeiras, não podendo ser excluídos quaisquer itens não recorrentes, não operacionais ou de operações descontinuadas.

A movimentação do Lucro Líquido do Exercício antes dos Juros, Impostos, Resultado Financeiro e Depreciação/Amortização – LAJIDA ou EBITDA está detalhada a seguir:

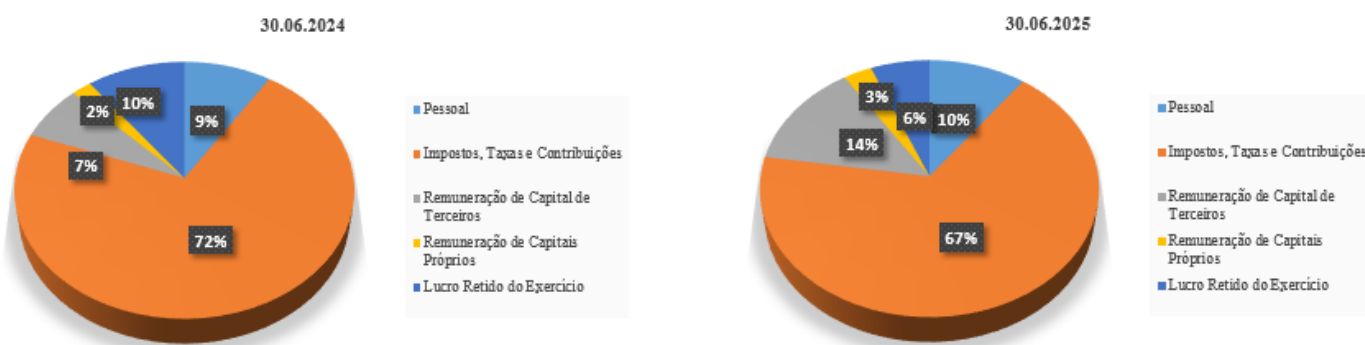
Conciliação do EBITDA (R\$/mil)	Consolidado	
	30.06.2025	30.06.2024
Lucro Líquido	401.174	509.578
IRPJ e CSLL Correntes e Diferidos	165.536	203.003
Resultado Financeiro	241.077	105.176
Depreciação e Amortização	185.632	168.805
<b>EBITDA</b>	<b>993.419</b>	<b>986.562</b>

O EBITDA no primeiro semestre de 2025, atingiu o valor de R\$993,4 milhões, aproximadamente, 0,70% superior ao mesmo período de 2024, que foi de R\$986,6 milhões.



### 9.7. Valor Adicionado

Toda a riqueza gerada pela Companhia foi distribuída para os componentes "Pessoal", "Impostos, Taxas e Contribuições", "Remuneração do Capital de Terceiros" e "Remuneração do Capital Próprio", permanecendo uma parte como "Lucro Retido do Exercício", nas seguintes proporções:



## Comentário do Desempenho

### 9.8. Índices Econômico-Financeiros

Abaixo, mais alguns índices do desempenho Econômico-Financeiro:

Índices	Consolidado	
	30.06.2025	30.06.2024
Liquidez Geral	0,82	0,76
Liquidez Corrente	1,23	0,99
Rentabilidade do Patrimônio Líquido Médio	10,63%	16,21%
Endividamento Geral	70,18%	73,03%

No Balanço Patrimonial Consolidado de 30 de junho de 2025, a Companhia apresentou um Capital Circulante Líquido (CCL) positivo de R\$680,3 milhões, com um índice de 1,23.

## 10. GESTÃO DA INADIMPLÊNCIA

O indicador de inadimplência mede a proporção da receita faturada que não foi efetivamente recebida em determinado período. Seu cálculo considera a razão entre o valor total de inadimplência apurado e a Receita Operacional Bruta acumulada proveniente do fornecimento de energia elétrica, suprimento de energia, disponibilização da rede elétrica e serviços taxados no mesmo período. Essa metodologia proporciona uma análise precisa das variações percentuais da inadimplência em relação à receita operacional.

No primeiro semestre de 2025, a inadimplência de curto prazo — referente a valores vencidos há até 90 dias, período que concentra a maior parte das ações de cobrança — apresentou elevação de 0,79 ponto percentual em comparação com o trimestre anterior, passando de 15,82% para 16,61%. Já a inadimplência de longo prazo — valores vencidos há mais de 90 dias — registrou aumento de 0,23 ponto percentual. Considerando o total da inadimplência, observa-se um acréscimo de 0,13 ponto percentual em relação ao trimestre anterior, alcançando aproximadamente 2,54% da Receita Operacional Bruta.

O cálculo da inadimplência contempla as seguintes premissas:

**Indicador de Inadimplência até 90 dias:** Este indicador compara as faturas inadimplentes vencidas até 90 dias com a ROB acumulada dos últimos 3 meses.

**Indicador de Inadimplência acima de 90 dias:** Este indicador compara as faturas inadimplentes vencidas acima de 90 dias até o limite de 5 anos, com a ROB acumulada do 4º ao 60º mês.

**Indicador de Inadimplência Total:** Este indicador compara todas as faturas inadimplentes vencidas até 5 anos com a ROB acumulada dos últimos 60 meses.

Classes	Inadimplência até 90 Dias										Variação 1T25-2T25
	2T24		3T24		4T24		1T25		2T25		
	R\$ Mil	% ROB	R\$ Mil	% ROB	R\$ Mil	% ROB	R\$ Mil	% ROB	R\$ Mil	% ROB	
Residencial	276.873	<b>7,92%</b>	289.907	<b>9,29%</b>	268.851	<b>7,67%</b>	374.386	<b>9,14%</b>	332.744	<b>9,20%</b>	+0,06 p.p
Industrial	37.983	<b>1,09%</b>	52.200	<b>1,67%</b>	55.467	<b>1,58%</b>	57.805	<b>1,41%</b>	54.210	<b>1,50%</b>	+0,09 p.p
Comercial	99.691	<b>2,85%</b>	95.331	<b>3,05%</b>	93.584	<b>2,67%</b>	121.728	<b>2,97%</b>	113.731	<b>3,14%</b>	+0,17 p.p
Rural	24.295	<b>0,70%</b>	25.292	<b>0,81%</b>	27.842	<b>0,79%</b>	39.129	<b>0,95%</b>	29.425	<b>0,81%</b>	-0,14 p.p
Poder Público	25.045	<b>0,72%</b>	30.085	<b>0,96%</b>	23.840	<b>0,68%</b>	14.315	<b>0,35%</b>	10.283	<b>0,28%</b>	-0,07 p.p
Iluminação Pública	19.477	<b>0,56%</b>	34.362	<b>1,10%</b>	9.155	<b>0,26%</b>	6.607	<b>0,16%</b>	2.184	<b>0,06%</b>	-0,10 p.p
Serviço Público	16.423	<b>0,47%</b>	13.142	<b>0,42%</b>	21.415	<b>0,61%</b>	2.864	<b>0,07%</b>	8.835	<b>0,24%</b>	+0,17 p.p
Suprimentos	3.944	<b>0,11%</b>	85	<b>0,00%</b>	2.867	<b>0,08%</b>	615	<b>0,02%</b>	261	<b>0,01%</b>	-0,01 p.p
Enc. Uso Rede Elétrica	25.896	<b>0,74%</b>	28.833	<b>0,92%</b>	13.786	<b>0,39%</b>	22.283	<b>0,54%</b>	33.314	<b>0,92%</b>	+0,38 p.p
Diversos Créditos	11.243	<b>0,32%</b>	13.462	<b>0,43%</b>	10.984	<b>0,31%</b>	3.841	<b>0,09%</b>	5.929	<b>0,16%</b>	+0,07 p.p
Serviço Taxado	941	<b>0,03%</b>	138	<b>0,00%</b>	147	<b>0,00%</b>	172	<b>0,00%</b>	132	<b>0,00%</b>	0,00 p.p
Participação Financeira	3.223	<b>0,09%</b>	5.164	<b>0,17%</b>	3.644	<b>0,10%</b>	4.401	<b>0,11%</b>	9.765	<b>0,27%</b>	+0,16 p.p
<b>Total</b>	<b>545.035</b>	<b>15,60%</b>	<b>588.001</b>	<b>18,84%</b>	<b>531.583</b>	<b>15,16%</b>	<b>648.146</b>	<b>15,82%</b>	<b>600.813</b>	<b>16,61%</b>	+0,79 p.p
<b>ROB 1º ao 3º Mês</b>	<b>3.493.968</b>		<b>3.121.175</b>		<b>3.505.522</b>		<b>4.097.758</b>		<b>3.617.097</b>		
<b>R\$ Mil</b>											

## Comentário do Desempenho

Classes	Inadimplência Acima de 90 dias										Variação 1T25-2T25
	2T24		3T24		4T24		1T25		2T25		
	% ROB	R\$ Mil	% ROB	R\$ Mil	% ROB	R\$ Mil	% ROB	R\$ Mil	R\$ Mil	% ROB	
Residencial	267.445	<b>0,45%</b>	333.352	<b>0,56%</b>	394.759	<b>0,65%</b>	431.231	<b>0,71%</b>	541.153	<b>0,87%</b>	+0,16 p.p
Industrial	83.613	<b>0,14%</b>	91.813	<b>0,15%</b>	105.149	<b>0,17%</b>	120.090	<b>0,20%</b>	138.992	<b>0,22%</b>	+0,02 p.p
Comercial	134.462	<b>0,23%</b>	170.521	<b>0,28%</b>	189.433	<b>0,31%</b>	203.120	<b>0,33%</b>	248.773	<b>0,40%</b>	+0,07 p.p
Rural	14.588	<b>0,02%</b>	20.127	<b>0,03%</b>	25.641	<b>0,04%</b>	31.921	<b>0,05%</b>	46.611	<b>0,07%</b>	+0,02 p.p
Poder Público	447	<b>0,00%</b>	8.926	<b>0,01%</b>	23.654	<b>0,04%</b>	35.788	<b>0,06%</b>	20.805	<b>0,03%</b>	-0,03 p.p
Iluminação Pública	5	<b>0,00%</b>	4.179	<b>0,01%</b>	8.681	<b>0,01%</b>	11.638	<b>0,02%</b>	4.627	<b>0,01%</b>	-0,01 p.p
Serviço Público	29	<b>0,00%</b>	2.497	<b>0,00%</b>	11.465	<b>0,02%</b>	15.002	<b>0,02%</b>	7.787	<b>0,01%</b>	-0,01 p.p
Suprimentos	0	<b>0,00%</b>	0	<b>0,00%</b>	1.185	<b>0,00%</b>	1.157	<b>0,00%</b>	0	<b>0,00%</b>	0,00 p.p
Enc. Uso Rede Elétrica	1.942	<b>0,00%</b>	11.247	<b>0,02%</b>	9.542	<b>0,02%</b>	10.933	<b>0,02%</b>	18.414	<b>0,03%</b>	+0,01 p.p
Diversos Créditos	26.109	<b>0,04%</b>	31.371	<b>0,05%</b>	33.255	<b>0,06%</b>	35.286	<b>0,06%</b>	31.940	<b>0,05%</b>	-0,01 p.p
Serviço Taxado	4.389	<b>0,01%</b>	4.733	<b>0,01%</b>	4.418	<b>0,01%</b>	4.307	<b>0,01%</b>	4.349	<b>0,01%</b>	0,00 p.p
Participação Financeira	3.523	<b>0,01%</b>	6.210	<b>0,01%</b>	8.784	<b>0,01%</b>	11.843	<b>0,02%</b>	15.283	<b>0,02%</b>	0,00 p.p
<b>Total</b>	<b>536.551</b>	<b>0,91%</b>	<b>684.976</b>	<b>1,14%</b>	<b>815.967</b>	<b>1,35%</b>	<b>912.316</b>	<b>1,50%</b>	<b>1.078.734</b>	<b>1,73%</b>	+0,23 p.p
<b>ROB 4º ao 60º Mês</b>	<b>58.970.799</b>		<b>59.873.560</b>		<b>60.320.677</b>		<b>60.673.882</b>		<b>62.391.998</b>		
<b>R\$ Mil</b>											

Classes	Inadimplência Total										Variação 1T25-2T25
	2T24		3T24		4T24		1T25		2T25		
	% ROB	R\$ Mil	% ROB	R\$ Mil	% ROB	R\$ Mil	% ROB	R\$ Mil	R\$ Mil	% ROB	
Residencial	544.318	<b>0,87%</b>	623.259	<b>0,99%</b>	663.610	<b>1,04%</b>	805.617	<b>1,24%</b>	873.897	<b>1,32%</b>	+0,08 p.p
Industrial	121.596	<b>0,19%</b>	144.013	<b>0,23%</b>	160.616	<b>0,25%</b>	177.895	<b>0,27%</b>	193.202	<b>0,29%</b>	+0,02 p.p
Comercial	234.153	<b>0,37%</b>	265.852	<b>0,42%</b>	283.016	<b>0,44%</b>	324.848	<b>0,50%</b>	362.504	<b>0,55%</b>	+0,05 p.p
Rural	38.883	<b>0,06%</b>	45.420	<b>0,07%</b>	53.483	<b>0,08%</b>	71.050	<b>0,11%</b>	76.036	<b>0,12%</b>	+0,01 p.p
Poder Público	25.493	<b>0,04%</b>	39.011	<b>0,06%</b>	47.495	<b>0,07%</b>	50.103	<b>0,08%</b>	31.088	<b>0,05%</b>	-0,03 p.p
Iluminação Pública	19.482	<b>0,03%</b>	38.540	<b>0,06%</b>	17.837	<b>0,03%</b>	18.245	<b>0,03%</b>	6.811	<b>0,01%</b>	-0,02 p.p
Serviço Público	16.452	<b>0,03%</b>	15.639	<b>0,02%</b>	32.881	<b>0,05%</b>	17.866	<b>0,03%</b>	16.622	<b>0,03%</b>	0,00 p.p
Suprimentos	3.944	<b>0,01%</b>	85	<b>0,00%</b>	4.052	<b>0,01%</b>	1.772	<b>0,00%</b>	261	<b>0,00%</b>	0,00 p.p
Enc. Uso Rede Elétrica	27.837	<b>0,04%</b>	40.079	<b>0,06%</b>	23.328	<b>0,04%</b>	33.216	<b>0,05%</b>	51.728	<b>0,08%</b>	+0,03 p.p
Diversos Créditos	37.353	<b>0,06%</b>	44.833	<b>0,07%</b>	44.239	<b>0,07%</b>	39.127	<b>0,06%</b>	37.870	<b>0,06%</b>	0,00 p.p
Serviço Taxado	5.330	<b>0,01%</b>	4.871	<b>0,01%</b>	4.565	<b>0,01%</b>	4.479	<b>0,01%</b>	4.481	<b>0,01%</b>	0,00 p.p
Participação Financeira	6.746	<b>0,01%</b>	11.374	<b>0,02%</b>	12.428	<b>0,02%</b>	16.244	<b>0,03%</b>	25.048	<b>0,04%</b>	+0,01 p.p
<b>Total</b>	<b>1.081.586</b>	<b>1,73%</b>	<b>1.272.977</b>	<b>2,02%</b>	<b>1.347.550</b>	<b>2,11%</b>	<b>1.560.462</b>	<b>2,41%</b>	<b>1.679.547</b>	<b>2,54%</b>	+0,13 p.p
<b>ROB 1º ao 60º Mês</b>	<b>62.464.767</b>		<b>62.994.735</b>		<b>63.826.199</b>		<b>64.771.640</b>		<b>66.009.095</b>		
<b>R\$ Mil</b>											

Em maio de 2024, a Celesc D fez a transição do sistema comercial até então utilizado para o sistema comercial *SAP S/4 Hana Utilities*, uma plataforma integrada e moderna que reúne gestão comercial, Agência Web e outros canais de atendimento. Esta transformação tem como finalidade melhorar o relacionamento com os mais de 3,5 milhões de clientes, ampliar os serviços digitais e proporcionar maior eficiência aos colaboradores da Celesc que atendem presencialmente.

Para esse trabalho foram desenvolvidas mais de 1000 aplicações e 20 integrações com outros Sistemas da Celesc, além da migração de todas as informações e serviços do sistema antigo para a nova plataforma, mais moderna no que se refere à gestão comercial no setor elétrico.

Entre as melhorias já disponíveis com esta migração, destaque para o pagamento da fatura via PIX, o acesso a serviços pelo aplicativo e a diferentes unidades consumidoras, de mesma titularidade, pelo mesmo login, em uma plataforma mais fácil e amigável.

Embora a migração represente um avanço importante, a integração de novas tecnologias trouxe desafios técnicos que impactaram alguns processos operacionais, em especial os relacionados ao faturamento, arrecadação e cobrança. Em função dessas instabilidades, a Administração optou, de forma proativa, por suspender temporariamente as ações de cobrança, como negativação, protesto e corte de fornecimento de energia, para evitar prejuízos aos consumidores.

Os reflexos dessas dificuldades podem ser observados no aumento do saldo em Contas a Receber, na elevação da inadimplência na faixa de 0 a 90 dias, acima de 90 dias e inadimplência total.

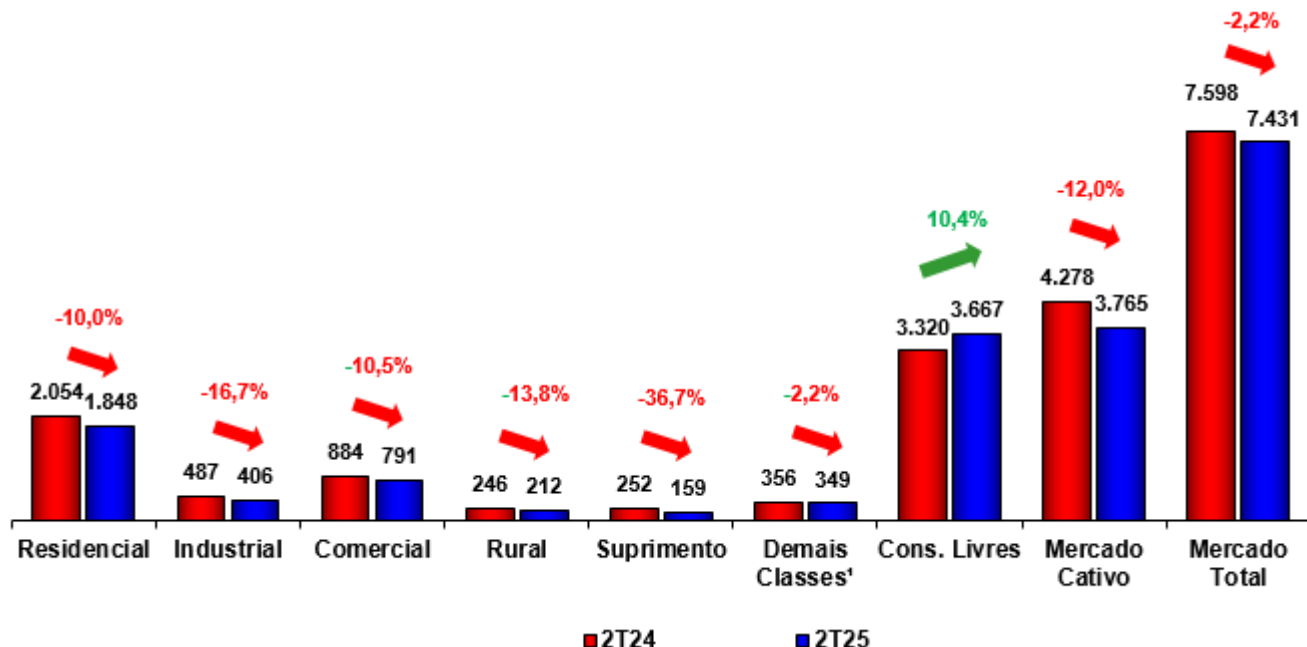
## Comentário do Desempenho

### 11. BALANÇO ENERGÉTICO

No primeiro semestre de 2025, o mercado cativo da Celesc D apresentou uma redução de 12,0%, comparado ao mesmo período do ano anterior, totalizando 3.765 GWh. Com relação ao mercado total, incluindo consumidores livres, também houve uma redução no consumo de energia elétrica, nesse caso, de 2,2%, atingindo 7.431 GWh.

O consumo livre na área de concessão da Celesc D aumentou 10,4%, passando de 3.320 GWh para 3.667 GWh, comparando os períodos analisados.

No gráfico, a seguir, podem ser observados os valores de consumo em GWh de cada classe no mercado cativo, bem como do mercado total:



Demais Classes¹ = Poder Público + Iluminação Pública + Serviço Público. Não considera Consumo Próprio.

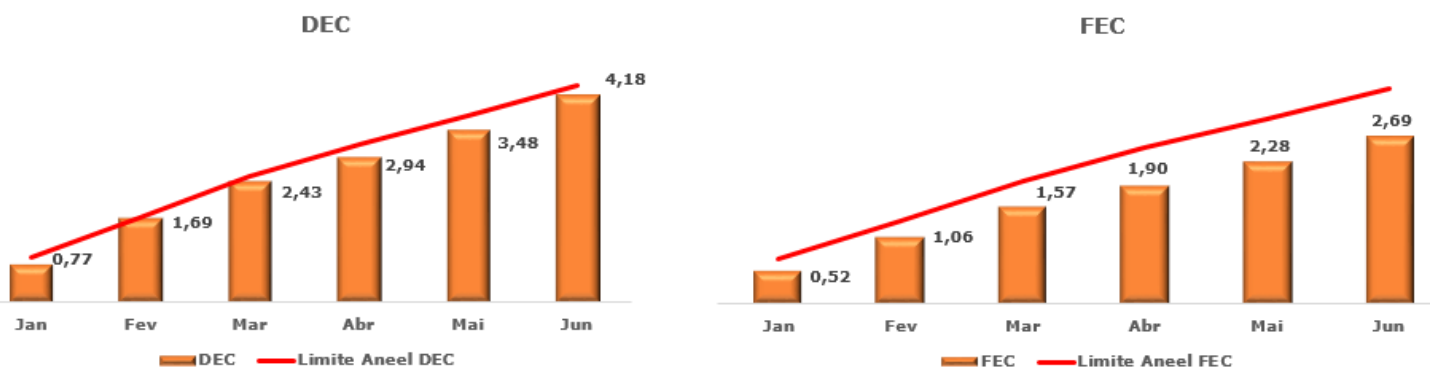
### 12. MERCADO CATIVO DE ENERGIA ELÉTRICA

Descrição	2025		2024		Variação Vertical				Variação Horizontal	
	2º Trim	Acumulado	2º Trim	Acumulado	2º Trim 2025	Acum 2025	2º Trim 2024	Acum 2024	2º Trim 25-24	Acum 25-24
<b>Receita de Vendas por Classe de Consumo (R\$ mil)</b>										
Residencial	1.403.742	3.324.071	1.439.834	3.070.789	50,4%	53,0%	49,8%	50,1%	-2,5%	8,2%
Industrial	327.490	664.556	350.822	720.748	11,7%	10,6%	12,1%	11,8%	-6,7%	-7,8%
Comercial	631.652	1.420.673	656.560	1.390.100	22,7%	22,7%	22,7%	22,7%	-3,8%	2,2%
Rural	169.008	371.104	176.033	373.533	6,1%	5,9%	6,1%	6,1%	-4,0%	-0,7%
Poder Público	94.783	199.029	98.629	198.426	3,4%	3,2%	3,4%	3,2%	-3,9%	0,3%
Iluminação Pública	66.274	115.010	57.760	116.080	2,4%	1,8%	2,0%	1,9%	14,7%	-0,9%
Serviço Público	50.200	102.627	49.825	101.944	1,8%	1,6%	1,7%	1,7%	0,8%	0,7%
Suprimento	44.334	74.067	63.796	160.464	1,6%	1,2%	2,2%	2,6%	-30,5%	-53,8%
<b>TOTAL</b>	<b>2.787.483</b>	<b>6.271.137</b>	<b>2.893.259</b>	<b>6.132.084</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>-3,7%</b>	<b>2,3%</b>
<b>Consumo por Classe (MWh)</b>										
Residencial	1.847.799	4.350.290	2.053.781	4.328.436	49,1%	51,3%	48,0%	48,4%	-10,0%	0,5%
Industrial	405.640	835.504	487.024	983.857	10,8%	9,9%	11,4%	11,0%	-16,7%	-15,1%
Comercial	790.963	1.750.966	883.517	1.858.240	21,0%	20,6%	20,7%	20,8%	-10,5%	-5,8%
Rural	211.968	504.448	245.931	525.895	5,6%	5,9%	5,7%	5,9%	-13,8%	-4,1%
Poder Público	131.299	274.463	139.324	278.516	3,5%	3,2%	3,3%	3,1%	-5,8%	-1,5%
Iluminação Pública	148.186	297.672	141.914	289.123	3,9%	3,5%	3,3%	3,2%	4,4%	3,0%
Serviço Público	69.269	147.052	75.218	154.053	1,8%	1,7%	1,8%	1,7%	-7,9%	-4,5%
Suprimento	159.398	319.816	251.670	521.821	4,2%	3,8%	5,9%	5,8%	-36,7%	-38,7%
<b>TOTAL</b>	<b>3.764.522</b>	<b>8.480.211</b>	<b>4.278.379</b>	<b>8.939.941</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>-12,0%</b>	<b>-5,1%</b>

## Comentário do Desempenho

### 13. INDICADORES DE RESILIÊNCIA DA REDE

O indicador de Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora – DEC da Celesc D acumulado no primeiro semestre de 2025 foi de 4,18 horas, o que equivale a 95,2% do limite estabelecido pela ANEEL para o ciclo regulatório. No mesmo período, o indicador de Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora – FEC ficou em 2,69 interrupções, o que representou 77,3% do limite regulatório estabelecido.



### 14. PRORROGAÇÃO DA CONCESSÃO

No 5º Termo Aditivo da Celesc D, assinado em 2015, foi estabelecido que, nos primeiros cinco anos, a distribuidora deveria atingir metas relacionadas a indicadores de qualidade técnica e sustentabilidade econômica e financeira. O cumprimento dessas metas era uma condição para a confirmação da prorrogação da concessão, e a distribuidora atendeu plenamente a esses requisitos.

O critério de eficiência da gestão econômico-financeira é mensurado pela apuração da inequação, a cada ano civil, e será considerado descumprido quando houver a sua não conformidade ou quando o EBTIDA for menor que a Quota Reintegração Regulatória - QRR. As metas de qualidade são os indicadores DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor e FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor.

Além dos indicadores de continuidade e qualidade do fornecimento de energia, a Celesc D precisa estar atenta aos indicadores econômicos, que avaliam a qualidade e o potencial de pagamento da dívida em relação ao EBITDA gerado pela Empresa.

A Resolução Normativa ANEEL nº 896/2020, alterada pela Resolução Normativa nº 948/2021, disciplinou a parametrização e a metodologia de apuração para os indicadores de concessão, que foram estabelecidos para os anos de 2021 até 2045:

Ano	Indicador	Crítérios	Penalidades
A partir de 2021	Eficiência econômico-financeira	1 ano	Aporte de capital
		2 anos consecutivos	Limitação de distribuição de dividendos e JCP
			Regime restritivo de contratos com partes relacionadas
	Indicadores de qualidade	1 ano	Extinção da concessão
		2 anos consecutivos	Plano de resultados
			Limitação de distribuição de dividendos e JCP
3 anos consecutivos	Extinção da concessão		

## Comentário do Desempenho

- O critério de eficiência da gestão econômico-financeira é mensurado pela apuração da inequação, a cada ano civil, e será considerado descumprido quando houver a sua não conformidade ou quando o EBTIDA for menor que a Quota Reintegração Regulatória - QRR.
- Conforme Nota Técnica Aneel nº 068/2021 e Resolução Autorizativa nº 10.231/2021, a partir de 2022 as metas de qualidade passaram a ser os indicadores DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor e FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor.

ANO	GESTÃO ECONÔMICO- FINANCEIRA	INDICADORES DE QUALIDADE (LIMITE ESTABELECIDO)		INDICADORES DE QUALIDADE (LIMITE REALIZADO)		VERIFICAÇÃO
		DECI <sup>1</sup>	FECi <sup>1</sup>	DECI	FECi	
2021	DÍVIDA LIQUIDA/ {LAJIDA (-) QRR <sup>2</sup> } <1/1,11*SELIC	10,33	8,06	9,6	6,5	Atendido
		<b>DEC <sup>3</sup></b>	<b>FEC <sup>3</sup></b>	<b>DEC</b>	<b>FEC</b>	
2022	DÍVIDA LIQUIDA/ {LAJIDA (-) QRR} <1/1,11*SELIC	10,18	7,99	8,73	6,03	Atendido
2023	DÍVIDA LIQUIDA/ {LAJIDA (-) QRR} <1/1,11*SELIC	9,78	7,55	8,56	5,86	Atendido
2024	DÍVIDA LIQUIDA/ {LAJIDA (-) QRR} <1/1,11*SELIC	9,40	7,29	8,71	5,85	Atendido

<sup>1</sup> DECI-Duração Equivalente de Interrupção de Origem Interna por Unidade Consumidora: e FECi-Frequência Equivalente de Interrupção de Origem Interna por Unidade Consumidora;

<sup>2</sup> QRR: Quota Reintegração Regulatória ou Despesa de Depreciação Regulatória. Será o valor definido na última Revisão Tarifária Periódica-RTP, acrescida do IGP-M entre o mês anterior ao da RTP e o mês anterior ao do período de 12 (doze) meses da aferição de sustentabilidade econômico-financeira;

<sup>3</sup> DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor e FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor.

## 15. CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA

A Companhia informa que está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado – CAM, conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social, em seu artigo 77: “A Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado – CAM, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das S.A., no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Nível 2, do Contrato de Participação no Nível 2, do Regulamento de Sanções e do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado”.

## 16. AUDITORES INDEPENDENTES

Conforme disposições contidas na Resolução CVM nº 80/2022, a Celesc informa que o Auditor Independente não prestou qualquer tipo de serviço além daqueles estritamente relacionados à atividade de auditoria externa.

Florianópolis, 14 de agosto de 2025.

A Administração

**Notas Explicativas**

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

### BALANÇOS PATRIMONIAIS – ATIVO

Em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	NE	Controladora		Consolidado	
		30.06.2025	31.12.2024	30.06.2025	31.12.2024
<b>Circulante</b>		<b>393.810</b>	<b>400.340</b>	<b>3.671.456</b>	<b>3.898.270</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	8	93.510	96.878	376.351	1.019.482
Contas a Receber de Clientes	9	-	-	2.515.324	2.238.333
IRPJ e CSLL a Recuperar	10	62.505	71.041	209.458	110.766
Demais Tributos a Recuperar	10	-	-	193.540	195.932
Dividendos e Juros s/ Capital Próprio – JCP	11	237.653	231.959	9.346	14.807
Ativo Financeiro - Bonificação de Outorga	13.2	-	-	45.271	43.449
Ativo Financeiro - Indenização Usina Pery	14.3	-	-	19.837	19.039
Outros	21	142	462	290.856	256.462
Ativo Não Circulante - Mantido para Venda	12	-	-	11.473	-
<b>Não Circulante</b>		<b>3.764.877</b>	<b>3.537.770</b>	<b>9.327.402</b>	<b>9.139.488</b>
<b>Realizável a Longo Prazo</b>		<b>83.682</b>	<b>101.148</b>	<b>3.843.833</b>	<b>3.684.457</b>
Contas a Receber de Clientes	9	-	-	10.133	4.491
Instrumentos Financeiros Derivativos	25	-	-	76.750	-
Tributos Diferidos	17	-	-	584.839	659.034
Tributos a Recuperar	10	-	-	325.401	368.709
Depósitos Judiciais	28	83.474	100.940	404.548	439.879
Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	14	-	-	1.120.956	948.715
Ativo Financeiro -Bonificação de Outorga	13.2	-	-	337.187	329.418
Ativo Financeiro -Indenização Usina Pery	14.3	-	-	153.312	149.731
Ativo de Contrato	15	-	-	817.512	771.357
Outros	21	208	208	13.195	13.123
<b>Investimentos</b>	18	<b>3.678.435</b>	<b>3.433.492</b>	<b>307.167</b>	<b>382.859</b>
<b>Imobilizado</b>	19	<b>79</b>	<b>197</b>	<b>223.771</b>	<b>210.394</b>
<b>Intangível</b>	20	<b>2.681</b>	<b>2.933</b>	<b>4.952.631</b>	<b>4.861.778</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>4.158.687</b>	<b>3.938.110</b>	<b>12.998.858</b>	<b>13.037.758</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas

**Notas Explicativas**

## BALANÇOS PATRIMONIAIS – PASSIVO

**Em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024**  
**(Valores expressos em milhares de reais)**

Passivo	NE	30.06.2025	31.12.2024	Consolidado	
				30.06.2025	31.12.2024
<b>Circulante</b>		<b>272.315</b>	<b>236.887</b>	<b>2.991.179</b>	<b>3.049.785</b>
Fornecedores	22	520	1.502	958.128	992.713
Empréstimos e Financiamentos	23	-	-	292.656	213.853
Debêntures	24	-	-	184.472	202.251
Instrumentos Financeiros Derivativos	25	-	-	95.816	70.230
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	26	2.539	2.165	210.770	217.785
IRPJ e CSLL a Recolher	27	928	82	88.205	2.818
Demais Tributos a Recolher	27	12.330	18.852	263.671	274.579
Dividendos e JCP Declarados	33.3	254.639	212.754	254.639	212.754
Taxas Regulamentares	28	0	-	30.848	23.278
Passivo de Arrendamento	19	85	208	5.222	2.140
Benefícios a Empregados	30	-	-	150.925	167.661
Passivo Financeiro Setorial	13	-	-	221.375	388.599
PIS/COFINS a Restituir a Consumidores	31	-	-	116.985	46.811
Outros	32	1.274	1.324	117.467	234.313
<b>Não Circulante</b>		<b>9.908</b>	<b>29.944</b>	<b>6.131.215</b>	<b>6.316.694</b>
Tributos a Recolher	27	-	-	15.123	17.096
Empréstimos e Financiamentos	23	-	-	1.653.870	1.765.532
Debêntures	24	-	-	2.042.422	2.021.371
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	26	-	-	4.998	8.969
Tributos Diferidos	17	-	-	114.378	108.460
Taxas Regulamentares	28	-	-	85.469	78.661
Passivo de Arrendamento	19	-	-	8.079	3.838
Provisão para Contingências	29	9.908	29.944	343.554	456.497
Benefícios a Empregados	30	-	-	1.509.575	1.508.838
PIS/COFINS a Restituir a Consumidores	31	-	-	327.021	326.032
Passivo Financeiro Setorial	13	-	-	26.726	21.400
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>33</b>	<b>3.876.464</b>	<b>3.671.279</b>	<b>3.876.464</b>	<b>3.671.279</b>
Capital Social	33.1	2.480.000	2.480.000	2.480.000	2.480.000
Reservas de Capital	33.2	316	316	316	316
Reservas de Lucros	33.2	2.273.746	2.273.648	2.273.746	2.273.648
Ajuste de Avaliação Patrimonial	33.4	(1.160.250)	(1.159.975)	(1.160.250)	(1.159.975)
Lucro do Período		282.652	-	282.652	-
Dividendos Adicionais à Disposição da AGO	33.3	-	77.290	-	77.290
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>		<b>4.158.687</b>	<b>3.938.110</b>	<b>12.998.858</b>	<b>13.037.758</b>

**As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas**

**Notas Explicativas**

## DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

**Em 30 de junho de 2025 e 30 de junho de 2024**  
**(Valores expressos em milhares de reais)**

Descrição	NE	Trimestre		Acumulado do		Controladora	
		Atual		Período		Atual	
		01.04.2025	01.01.2025	01.04.2024	01.01.2024	01.04.2024	01.01.2024
		a	a	a	a	a	a
		30.06.2025	30.06.2025	30.06.2024	30.06.2024	30.06.2024	30.06.2024
<b>Receita Operacional Líquida – ROL</b>	<b>34</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Custos de Vendas /Serviços Prestados</b>	<b>34</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Lucro Bruto</b>		-	-	-	-	-	-
<b>Despesas Operacionais</b>		<b>149.536</b>	<b>403.030</b>	<b>276.055</b>	<b>508.696</b>	<b>276.055</b>	<b>508.696</b>
Despesas Gerais e Administrativas	34	(10.221)	(17.431)	(9.610)	(16.497)	(9.610)	(16.497)
Outras Receitas	34	4.720	9.287	4.240	3.458	4.240	3.458
Outras Despesas	34	(966)	(2.072)	325	(610)	325	(610)
Participação nos Lucros das Investidas por Equivalência Patrimonial, líquida de impostos	18	156.003	413.246	281.100	522.345	281.100	522.345
<b>Resultado Antes do Resultado Financeiro</b>		<b>149.536</b>	<b>403.030</b>	<b>276.055</b>	<b>508.696</b>	<b>276.055</b>	<b>508.696</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>34</b>	<b>(117)</b>	<b>(928)</b>	<b>1.614</b>	<b>(4)</b>	<b>1.614</b>	<b>(4)</b>
<b>Resultado Antes do IRPJ e da CSLL</b>		<b>149.419</b>	<b>402.102</b>	<b>277.669</b>	<b>508.692</b>	<b>277.669</b>	<b>508.692</b>
<b>IRPJ e CSLL</b>	<b>17</b>	<b>(928)</b>	<b>(928)</b>	<b>(102)</b>	<b>886</b>	<b>(102)</b>	<b>886</b>
Corrente		(928)	(928)	(102)	(32)	(102)	(32)
Diferido		-	-	-	918	-	918
<b>Lucro Líquido do Período</b>		<b>148.491</b>	<b>401.174</b>	<b>277.567</b>	<b>509.578</b>	<b>277.567</b>	<b>509.578</b>
<b>Resultado por Ação Atribuível aos Acionistas da Companhia</b>							
<b>Durante o Período (expresso em R\$ por ação)</b>							
<b>Resultado Básico por Ação</b>	<b>33</b>						
Ações Ordinárias Nominativas			9,8144		12,4664		12,4664
Ações Preferenciais Nominativas			10,7958		13,7131		13,7131
<b>Resultado Diluído por Ação</b>	<b>33</b>						
Ações Ordinárias Nominativas			9,8144		12,4664		12,4664
Ações Preferenciais Nominativas			10,7958		13,7131		13,7131

**As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas**

**Notas Explicativas**

## DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Em 30 de junho de 2025 e 30 de junho de 2024  
(Valores expressos em milhares de reais)

Descrição	NE	Consolidado			
		Trimestre	Acumulado do	Trimestre	Acumulado do
		Atual	Período	Atual	Período
		01.04.2025	01.01.2025	01.04.2024	01.01.2024
		a	a	a	a
		30.06.2025	30.06.2025	30.06.2024	30.06.2024
<b>Receita Operacional Líquida – ROL</b>	<b>34</b>	<b>2.899.542</b>	<b>5.877.073</b>	<b>2.619.505</b>	<b>5.220.020</b>
<b>Custos de Vendas /Serviços Prestados</b>	<b>34</b>	<b>(2.386.146)</b>	<b>(4.742.745)</b>	<b>(2.082.463)</b>	<b>(4.157.925)</b>
<b>Lucro Bruto</b>		<b>513.396</b>	<b>1.134.328</b>	<b>537.042</b>	<b>1.062.095</b>
<b>Despesas Operacionais</b>		<b>(164.619)</b>	<b>(326.541)</b>	<b>(92.970)</b>	<b>(244.338)</b>
Despesas com Vendas	34	(28.500)	(57.144)	(30.621)	(60.149)
Perda Estimada de Créditos de Liquidação Duvidosa	34	(58.024)	(127.279)	(37.879)	(66.311)
Despesas Gerais e Administrativas	34	(176.055)	(339.792)	(148.170)	(298.034)
Outras Receitas	34	94.097	193.082	99.898	208.602
Outras Despesas	34	(9.160)	(25.402)	9.305	(58.016)
Participação nos Lucros das Investidas por Equivalência Patrimonial, líquida de impostos	18	13.023	29.994	14.497	29.570
<b>Resultado Antes do Resultado Financeiro</b>		<b>348.777</b>	<b>807.787</b>	<b>444.072</b>	<b>817.757</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>34</b>	<b>(159.812)</b>	<b>(241.077)</b>	<b>(55.636)</b>	<b>(105.176)</b>
<b>Resultado Antes do IRPJ e da CSLL</b>		<b>188.965</b>	<b>566.710</b>	<b>388.436</b>	<b>712.581</b>
<b>IRPJ e CSLL</b>	<b>17</b>	<b>(40.474)</b>	<b>(165.536)</b>	<b>(110.869)</b>	<b>(203.003)</b>
Corrente		(19.858)	(85.424)	(102.725)	(175.006)
Diferido		(20.616)	(80.112)	(8.144)	(27.997)
<b>Lucro Líquido do Período</b>		<b>148.491</b>	<b>401.174</b>	<b>277.567</b>	<b>509.578</b>
<b>Resultado por Ação Atribuível aos Acionistas da Companhia</b>					
<b>Durante o Período (expresso em R\$ por ação)</b>					
<b>Resultado Básico por Ação</b>	<b>33</b>				
Ações Ordinárias Nominativas			9,8144		12,4664
Ações Preferenciais Nominativas			10,7958		13,7131
<b>Resultado Diluído por Ação</b>	<b>33</b>				
Ações Ordinárias Nominativas			9,8144		12,4664
Ações Preferenciais Nominativas			10,7958		13,7131

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas.

**Notas Explicativas****DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE**

**Em 30 de junho de 2025 e 30 de junho de 2024**  
**(Valores expressos em milhares de reais)**

Descrição	NE	Controladora		Consolidado	
		Trimestre Atual	Acumulado do Período	Trimestre Atual	Acumulado do Período
		01.04.2025 a 30.06.2025	01.01.2025 a 30.06.2025	01.04.2024 a 30.06.2024	01.01.2024 a 30.06.2024
<b>Lucro Líquido do Período</b>	<b>34</b>	<b>148.491</b>	<b>401.174</b>	<b>277.567</b>	<b>509.978</b>
<b>Outros Resultados Abrangentes (ORA)</b>					
Itens que não serão reclassificados para o resultado		-	-	-	-
<b>Resultado Abrangente do Período</b>		<b>148.491</b>	<b>401.174</b>	<b>277.567</b>	<b>509.578</b>

Descrição	NE	Controladora		Consolidado	
		Trimestre Atual	Acumulado do Período	Trimestre Atual	Acumulado do Período
		01.04.2025 a 30.06.2025	01.01.2025 a 30.06.2025	01.04.2024 a 30.06.2024	01.01.2024 a 30.06.2024
<b>Lucro Líquido do Período</b>	<b>34</b>	<b>148.491</b>	<b>401.174</b>	<b>277.567</b>	<b>509.978</b>
<b>Outros Resultados Abrangentes (ORA)</b>					
Itens que não serão reclassificados para o resultado		-	-	-	-
<b>Resultado Abrangente do Período</b>		<b>148.491</b>	<b>401.174</b>	<b>277.567</b>	<b>509.578</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas.

**Notas Explicativas**

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Em 30 de junho de 2025 e 30 de junho de 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

Descrição	NE	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva Legal	Reserva de Retenção de Lucro	Dividendos Adicionais à Disposição da AGO	Ajuste Avaliação Patrimonial			Lucro Acumulado	Total
							Custo Atribuído	Benefícios a Empregados	Ajuste de Valor Justo		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>		<b>2.480.000</b>	<b>316</b>	<b>315.136</b>	<b>1.958.512</b>	<b>77.290</b>	<b>12.339</b>	<b>(1.035.053)</b>	<b>(137.261)</b>	<b>-</b>	<b>3.671.279</b>
<b>Transações de Capital com Acionistas</b>											
Juros sobre Capital Próprio	33.3	-	-	-	-	-	-	-	-	(118.797)	<b>(118.797)</b>
Dividendos		-	-	-	-	(77.290)	-	-	-	-	<b>(77.290)</b>
Reversão Dividendos e JCP Prescritos		-	-	-	98	-	-	-	-	-	<b>98</b>
<b>Resultado Abrangente Total</b>											
Lucro Líquido do Período	34	-	-	-	-	-	-	-	-	401.174	<b>401.174</b>
Realização do Custo Atribuído	33.5	-	-	-	-	-	(275)	-	-	275	-
<b>Saldos em 30 de junho de 2025</b>		<b>2.480.000</b>	<b>316</b>	<b>315.136</b>	<b>1.958.610</b>	<b>-</b>	<b>12.064</b>	<b>(1.035.053)</b>	<b>(137.261)</b>	<b>282.652</b>	<b>3.876.464</b>

Descrição	NE	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva Legal	Reserva de Retenção de Lucro	Dividendos Adicionais à Disposição da AGO	Ajuste Avaliação Patrimonial			Lucro Acumulado	Total
							Custo Atribuído	Benefícios a Empregados	Ajuste de Valor Justo		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>		<b>2.480.000</b>	<b>316</b>	<b>279.347</b>	<b>1.586.298</b>	<b>1.253</b>	<b>12.894</b>	<b>(1.290.280)</b>	<b>(137.261)</b>	<b>-</b>	<b>2.932.567</b>
<b>Transações de Capital com Acionistas</b>											
Juros Sobre Capital Próprio	33.3	-	-	-	-	-	-	-	-	(86.453)	<b>(86.453)</b>
Dividendos	33.3	-	-	-	-	(1.253)	-	-	-	-	<b>(1.253)</b>
<b>Resultado Abrangente Total</b>											
Lucro Líquido do Período	34	-	-	-	-	-	-	-	-	509.578	<b>509.578</b>
Realização do Custo Atribuído	33.5	-	-	-	-	-	(278)	-	-	278	-
<b>Saldos em 30 de junho de 2024</b>		<b>2.480.000</b>	<b>316</b>	<b>279.347</b>	<b>1.586.298</b>	<b>-</b>	<b>12.616</b>	<b>(1.290.280)</b>	<b>(137.261)</b>	<b>423.403</b>	<b>3.354.439</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas.

## Notas Explicativas

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO**

Em 30 de junho de 2025 e 30 de junho de 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	NE	Controladora		Consolidado	
		30.06.2025	30.06.2024	30.06.2025	30.06.2024
<b>Lucro Líquido de Período</b>		<b>401.174</b>	<b>509.578</b>	<b>401.174</b>	<b>509.578</b>
<b>Ajustes para reconciliar o lucro com o caixa (Aplicado nas) Gerado Pelas atividades operacionais</b>		<b>(434.964)</b>	<b>(529.834)</b>	<b>729.125</b>	<b>647.206</b>
Depreciação e Amortização	19	1.103	1.107	185.632	168.805
Perda na alienação de Ativo Imobilizado/Intangível	19	-	-	42.392	46.877
Participação nos Lucros das Investidas por Equivalência Patrimonial, líquida de impostos	18	(413.246)	(522.345)	(29.994)	(29.570)
Atualização Ativo Financeiro – VNR	15	-	-	(21.941)	(15.271)
Baixa de Ativo Financeiro Indenizatório – Concessão	15	-	-	1.571	398
Juros e Variações Monetárias		(3.146)	(4.307)	356.432	213.530
Constituição (Reversão) Provisão para Contingências	29	(20.603)	(3.403)	(121.452)	(33.954)
Despesas Atuariais	30	-	-	73.127	69.499
Crédito PIS/COFINS Depreciação Direito de Uso de Ativos	19	-	-	180	88
Instrumentos Financeiros Derivativos/Marcação a Mercado	25	-	-	(2.830)	(43)
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa		-	-	127.279	66.311
Atualização /Juros Retorno/Bonificação Outorga/Ind. Usina Pery	34.3	-	-	(46.807)	(42.467)
Despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social		928	(886)	165.536	203.003
<b>(Aumento) Redução nos Ativos</b>		<b>30.041</b>	<b>15.215</b>	<b>(339.399)</b>	<b>(265.945)</b>
Contas a Receber	9	-	-	(404.736)	(256.876)
Tributos a Recuperar		8.536	9.914	(45.155)	(70.257)
Depósitos Judiciais		21.185	5.075	50.911	5.496
Ativos Financeiros (Setoriais, Bonificação de Outorga)		-	-	99.223	119.518
Outras Variações nos Ativos		320	226	(39.642)	(63.826)
<b>Aumento (Redução) nos Passivos</b>		<b>(16.834)</b>	<b>(16.042)</b>	<b>(408.833)</b>	<b>(326.507)</b>
Fornecedores		(982)	(979)	(34.585)	(194.420)
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias		374	499	(10.986)	(29.947)
Tributos a Recolher		(16.176)	(16.752)	62.316	180.614
Passivos Financeiros Setoriais		-	-	(228.284)	(137.243)
Taxas Regulamentares		-	-	9.605	(6.030)
PIS/COFINS a Restituir a Consumidores		-	-	(927)	(34.441)
Benefícios a Empregados		-	-	(89.126)	(133.398)
Outras Variações no Passivo		(50)	1.190	(116.846)	28.358
Juros Pagos	23.4	(6)	(15)	(219.777)	(180.178)
IR e CSLL Pagos		(460)	(68)	(93.103)	(131.255)
<b>Fluxo de Caixa Líquido Proveniente das (Aplicado nas) Atividades Operacionais</b>		<b>(21.049)</b>	<b>(21.166)</b>	<b>69.187</b>	<b>252.899</b>
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos</b>					
Adições Ativo Imobilizado	19	-	-	(10.345)	(23.235)
Adições Ativo de Contrato	15	-	-	(507.041)	(396.904)
Adições Ativo Intangível	20	-	-	(25)	-
Integralização de Capital	18.2	(67.902)	-	-	-
Alienação de Investimentos	18.2	-	-	60.333	-
Dividendos e JCP Recebidos		229.778	137.643	38.608	14.228
<b>Fluxo de Caixa Líquido Proveniente das (Aplicado nas) Atividades de Investimento</b>		<b>161.876</b>	<b>137.643</b>	<b>(418.470)</b>	<b>(405.911)</b>
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento</b>					
Ingresso de Empréstimos e Financiamentos	23	-	-	-	72.809
Pagamento de Empréstimos e Financiamentos	23	-	-	(42.881)	(33.307)
Amortização de Derivativos	25	-	-	(21.885)	-
Pagamento de Debêntures	24	-	-	(80.018)	(79.852)
Pagamento de JCP e Dividendos		(144.072)	(101.424)	(144.072)	(101.424)
Pagamento Passivo de Arrendamento	19	(123)	(114)	(4.992)	(5.519)
<b>Caixa Líquido (Aplicado nas) Atividades de Financiamento</b>		<b>(144.195)</b>	<b>(101.538)</b>	<b>(293.848)</b>	<b>(147.293)</b>
<b>(Redução) Aumento Líquido(a) de Caixa e Equivalente de Caixa</b>		<b>(3.368)</b>	<b>14.939</b>	<b>(643.131)</b>	<b>(300.305)</b>
<b>Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes</b>	<b>8</b>	<b>96.878</b>	<b>56.671</b>	<b>1.019.482</b>	<b>906.196</b>
<b>Saldo Final de Caixa e Equivalentes</b>	<b>8</b>	<b>93.510</b>	<b>71.610</b>	<b>376.351</b>	<b>605.891</b>
<b>Variação no Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		<b>(3.368)</b>	<b>14.939</b>	<b>(643.131)</b>	<b>(300.305)</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas.

**Notas Explicativas****DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO**

**Em 30 de junho de 2025 e 30 de junho de 2024**  
**(Valores expressos em milhares de reais)**

Descrição	NE	Controladora		Consolidado	
		30.06.2025	30.06.2024	30.06.2025	30.06.2024 (Reclassificado)
<b>Receitas</b>	<b>34</b>	<b>11.862</b>	<b>11.175</b>	<b>9.172.622</b>	<b>8.391.240</b>
Receita de Contrato com Clientes		-	-	8.571.994	7.810.735
Receitas referentes à Construção de Ativos Próprios		-	-	514.527	420.139
Outras Receitas		11.862	11.175	213.380	226.677
Perdas Estimadas Créditos Liquidação Duvidosa – PECLD		-	-	(127.279)	(66.311)
<b>Insumos Adquiridos de Terceiros</b>	<b>34</b>	<b>(5.766)</b>	<b>(9.646)</b>	<b>(4.849.729)</b>	<b>(4.275.457)</b>
Custo dos Produtos, das Mercadorias e dos Serviços Vendidos		-	-	(4.127.181)	(3.611.941)
Materiais, Energia, Serviços de Terceiros		(5.766)	(9.646)	(722.548)	(663.516)
<b>Valor Adicionado Bruto</b>		<b>6.096</b>	<b>1.529</b>	<b>4.322.893</b>	<b>4.115.783</b>
Depreciação, Amortização		(1.103)	(1.107)	(185.813)	(168.894)
<b>Valor Adicionado Líquido Produzido</b>		<b>4.993</b>	<b>422</b>	<b>4.137.080</b>	<b>3.946.889</b>
<b>Valor Adicionado Recebido em Transferência</b>		<b>426.755</b>	<b>532.053</b>	<b>429.028</b>	<b>221.821</b>
Resultado de Equivalência Patrimonial	18	413.246	522.345	29.994	29.570
Receitas Financeiras	34	12.942	8.393	398.104	190.725
Outras Receitas		567	1.315	930	1.526
<b>Valor Adicionado Total a Distribuir</b>		<b>431.748</b>	<b>532.475</b>	<b>4.566.108</b>	<b>4.168.710</b>
<b>Distribuição do Valor Adicionado</b>					
<b>Pessoal</b>	<b>26</b>	<b>(11.466)</b>	<b>(10.766)</b>	<b>(466.149)</b>	<b>(413.319)</b>
Remuneração Direta		(10.643)	(9.950)	(297.250)	(259.303)
Benefícios		(419)	(366)	(150.731)	(136.620)
FGTS		(404)	(450)	(18.168)	(17.396)
<b>Impostos, Taxas e Contribuições</b>	<b>27</b>	<b>(18.460)</b>	<b>(12.133)</b>	<b>(3.085.349)</b>	<b>(2.947.036)</b>
Federais		(17.508)	(11.355)	(1.828.176)	(1.796.563)
Estaduais		-	-	(1.252.805)	(1.146.302)
Municipais		(952)	(778)	(4.368)	(4.171)
<b>Remuneração de Capital de Terceiros</b>	<b>34</b>	<b>(648)</b>	<b>2</b>	<b>(613.436)</b>	<b>(298.777)</b>
Juros		(622)	4	(608.870)	(294.884)
Aluguéis		(26)	(2)	(4.566)	(3.893)
<b>Remuneração de Capitais Próprios</b>	<b>33</b>	<b>(401.174)</b>	<b>(509.578)</b>	<b>(401.174)</b>	<b>(509.578)</b>
Juros s/ Capital Próprio – JCP		(118.797)	(86.453)	(118.797)	(86.453)
Lucro Retido do Período		(282.377)	(423.125)	(282.377)	(423.125)
<b>Valor Adicionado Distribuído</b>		<b>(431.748)</b>	<b>(532.475)</b>	<b>(4.566.108)</b>	<b>(4.168.710)</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas.

**Notas Explicativas****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS****Períodos findos em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)****1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. (Celesc, Companhia ou Controladora, e em conjunto com suas subsidiárias integrais, o Grupo) é uma sociedade anônima por ações de capital aberto, de economia mista, com sede na avenida Itamarati, nº 160, bairro Itacorubi, CEP: 88.034-900, Florianópolis/SC, Brasil.

Foi fundada por meio do Decreto Estadual nº 22, em 9 de dezembro de 1955. Em 22 de julho de 1999, foi assinado o Contrato de Concessão nº 56 para distribuição de energia elétrica, o qual regulamentava a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica, cujo prazo de vigência era até 7 de julho de 2015.

Em 29 de setembro de 2006, com o processo de desverticalização, as atividades de distribuição e geração de energia foram repassadas às suas subsidiárias Celesc Distribuição Celesc Geração, respectivamente, constituídas como sociedades anônimas de capital fechado, conforme autorizado pela Lei Estadual de Santa Catarina nº 13.570/2005.

Tem seus papéis negociados no Nível 2 de Governança Corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, em São Paulo.

O acionista majoritário é o Estado de Santa Catarina, detentor de 50,18% das ações ordinárias da Companhia, correspondentes a 20,20% do capital total. O Capital Autorizado em seu estatuto é de R\$2,60 bilhões, sendo o Capital Social subscrito e integralizado de R\$2,48 bilhões, representado por 38.571.591 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 40,26% de ações ordinárias com direito a voto e 59,74% de ações preferenciais, também nominativas, sem direito a voto.

A Celesc, juntamente com suas controladas e coligadas, tem como atividades preponderantes a distribuição, a geração, transmissão e a comercialização varejista e atacadista de energia elétrica.

**2. PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS****2.1. Subsidiárias Integrais****2.1.1. Celesc Distribuição S.A. – Celesc D**

Em 9 de dezembro de 2015, a Celesc D assinou o 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 56/99, prorrogando a concessão por mais 30 anos, até 2045.

A Celesc D, subsidiária integral da Companhia, atua no segmento de distribuição de energia elétrica, atendendo total ou parcialmente 285 municípios, com um total de 3.526.216 unidades consumidoras. Desses, 264 municípios estão incluídos no contrato de concessão da distribuidora (263 em Santa Catarina e 1 no Paraná), enquanto 21 municípios são atendidos a título precário, localizados em áreas de concessões de outras distribuidoras (17 em Santa Catarina e 4 no Paraná). O atendimento a título precário ocorre, conforme regulamentação da ANEEL, por razões de conveniência técnica e econômica, devido à inexistência de rede da concessionária titular.

Adicionalmente, a Celesc D é responsável pelo suprimento de energia elétrica para 4 concessionárias e 20 permissionárias de distribuição, que operam em municípios catarinenses não atendidos pela Celesc D.

**2.1.1.1. Ambiente Regulatório da Celesc D**

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia - MME, o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é definida pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

## Notas Explicativas

### a) Reajuste Tarifário Anual – RTA de 2024

A ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 3.374/2024 e Nota Técnica nº 126/2024 -STR/ANEEL, autorizou o valor do reajuste das tarifas a serem praticadas pela subsidiária Celesc D, a partir de 22 de agosto de 2024 até 21 de agosto de 2025. O RTA de 2024 da Celesc D conduz a um efeito médio nas tarifas a ser percebido pelos consumidores de 3,02%, sendo de 0,75%, em média, para os consumidores conectados na Alta Tensão e de 4,19%, em média, para os consumidores conectados na Baixa Tensão.

### b) Bandeiras Tarifárias

O sistema de bandeiras tarifárias, estabelecido pela Aneel, sinaliza possíveis acréscimos na conta de energia conforme as condições de geração elétrica, permitindo ajustar os custos da geração de energia de forma dinâmica.

De janeiro a abril de 2025, devido às condições favoráveis de geração de energia, a bandeira tarifária foi verde, ou seja, sem acréscimo na fatura de energia. Em maio houve o acionamento da bandeira tarifária amarela e em junho de 2025 o acionamento da bandeira vermelha patamar 1, indicando que as condições de geração de energia ficaram mais difíceis, resultando em um pequeno acréscimo na tarifa. Isso significa que o custo da energia está mais elevado, devido a fatores como a necessidade de acionar termelétricas mais caras para complementar o fornecimento.

Os valores da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias – CCRBT, repassados à Celesc D de janeiro a maio de 2025 foram de R\$25,7 milhões. Os valores a serem repassados relativos à competência de junho serão divulgados pela Agência reguladora a partir de agosto de 2025.

### c) Bônus de Itaipu

A ANEEL, por meio do despacho STR/ANEEL nº 1.405, 3 de maio de 2024, a agência reguladora informou que o saldo da Conta de Comercialização da Energia Elétrica de Itaipu em 2023 foi positivo em R\$399,3 milhões e que o valor devolvido pelas distribuidoras, referente aos diferimentos de repasse tarifário com base nos saldos da Conta de Itaipu de 2020 e de 2021, perfaz R\$ 841,9 milhões.

Em novembro de 2024, a ANEEL aprovou, por meio da Resolução Homologatória ANEEL nº 3.420/2024, os valores a serem repassados pela ENBPar às concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica.

Para a Celesc, foi homologado o valor de R\$51,9 milhões, sendo que em janeiro de 2025, os consumidores da área de concessão da Celesc Distribuição receberam este crédito tarifário, referente ao chamado Bônus de Itaipu, por meio de repasse nas faturas emitidas em janeiro, conforme regramento definido pela ANEEL.

### d) Exposição Contratual de 2014 – Despachos ANEEL nº 2.642/2015 e nº 2.078/2016

A Celesc D entrou com uma ação judicial para contestar o Despacho ANEEL nº 2.078/2016, buscando o reconhecimento integral de exposições contratuais de energia como involuntárias e, ao mesmo tempo, requereu a concessão de medida liminar solicitando a suspensão de redutor tarifário de R\$256,6 milhões, previsto para a Revisão Tarifária Periódica de agosto de 2016. Em 2019, a sentença foi desfavorável à Celesc D, que recorreu à segunda instância.

A discussão judicial continua em andamento, aguardando a decisão de mérito dos desembargadores. No entanto, a Celesc D já diferiu a devolução dos valores nos processos de reajustes tarifários anuais de 2019 a 2023.

#### 2.1.2. Celesc Geração S.A. – Celesc G

A Celesc G é subsidiária integral da Companhia e atua nos segmentos de geração e transmissão de energia elétrica, por meio da operação, manutenção, comercialização e expansão do parque próprio de geração e da participação em empreendimentos de geração e transmissão de energia em parcerias com investidores privados.

## Notas Explicativas

### 2.1.2.1. Ambiente Regulatório da Celesc G

#### a) Reajuste da Receita Anual da Geração – RAG

Em 23 de julho de 2024, a ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 3.353, homologou as Receitas Anuais de Geração – RAGs das usinas hidrelétricas em regime de cotas para o ciclo 2024/2025, nos termos da Lei Federal nº 12.783/2013. O período de vigência da nova RAG é de 1º de julho de 2024 a 30 de junho de 2025.

Na RAG a ser recebida pela UHE Pery, R\$19,98 milhões se referem à indenização da parcela de investimentos em bens reversíveis não depreciados.

As RAGs estabelecidas para as usinas de propriedade da Celesc G, que deverão ser cobradas mensalmente, são:

Usinas	Receita Anual	Receita Mensal
	(R\$/mil) Ciclo 2024/2025	(R\$/mil) Ciclo 2024/2025
UHE Pery	28.643	2.387
UHE Garcia	13.512	1.126
UHE Bracinho	17.446	1.454
UHE Cedros	12.264	1.022
UHE Palmeiras	26.121	2.177
UHE Salto	8.884	740

#### 2.1.2.2. Parque Gerador da Celesc G

Em 30 de junho de 2025, a Celesc G possui um parque gerador próprio formado por treze usinas de fonte hídrica, dentre as quais, doze em operação comercial e uma em operação em teste. Também possui, em operação comercial, seis empreendimentos de fonte solar fotovoltaica no modelo Geração Distribuída Remota. Todas estão localizadas no estado de Santa Catarina.

A Celesc G detém participação minoritária em mais seis empreendimentos de geração de fonte hídrica desenvolvidos em parceria com investidores privados, no formato de Sociedade de Propósito Específico – SPE, todos já em operação comercial. Tais usinas também estão localizadas no estado de Santa Catarina.

A capacidade instalada total da Celesc G, em operação comercial, é de 139,51MWm, sendo 128,27MW referentes ao parque próprio, destes 116,27MW de fonte hídrica e 12MW de fonte solar, e 11,24MW referentes ao parque gerador estabelecido com parceiros, já proporcionalizada a participação acionária da Celesc G nesses empreendimentos.

A Celesc G também conta com um Centro de Operação da Geração – COG, que é responsável pela supervisão, acompanhamento e operação centralizada e remota das centrais geradoras da Celesc G. O COG opera e supervisiona todo o parque gerador próprio, em turnos que cobrem 24 horas por dia, sete dias por semana.

Todas as usinas hídricas do parque gerador próprio e em parceria participam do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, sistema de compartilhamento de riscos hidrológicos em que as usinas participantes transferem a energia gerada excedente às usinas que geraram abaixo da sua garantia física.

## Notas Explicativas

### a) Parque Gerador Próprio em Operação Comercial – 100% Celesc G

Usinas	Localização	Termo Final da Concessão	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW)	Garantia Física em Cotas
UHE Pery	Curitibanos/SC	07/07/2054	30,00	14,08	100%
UHE Palmeiras	Rio dos Cedros/SC	06/11/2053	24,60	16,70	70%
UHE Bracinho	Schroeder/SC	06/11/2053	15,00	8,80	70%
UHE Garcia	Angelina/SC	03/01/2053	8,92	7,10	70%
UHE Cedros	Rio dos Cedros/SC	06/11/2053	8,40	6,75	70%
UHE Salto Weissbach	Blumenau/SC	06/11/2053	6,28	3,99	70%
PCH Celso Ramos	Faxinal dos Guedes/SC	31/05/2039	13,92	6,77	(**)
CGH Caveiras	Lages/SC	(*)	3,83	2,77	(**)
CGH Ivo Silveira	Campos Novos/SC	(*)	2,60	2,03	(**)
CGH Rio do Peixe	Videira/SC	(*)	0,52	0,50	(**)
CGH Pirai	Joinville/SC	(*)	0,78	0,45	(**)
CGH São Lourenço	Mafra/SC	(*)	0,42	0,22	(**)
CGH Maruim	São José/SC	(*)	1,00	0,65	(**)
<b>Total</b>			<b>116,27</b>	<b>70,81</b>	

(\*) Usinas com potência inferior a 5 MW estão dispensadas do ato de concessão (Lei Federal nº 13.360/2016).

(\*\*) Não se aplica.

### b) Parque Gerador de Fonte Solar Fotovoltaica – 100% Celesc G

UFV GD Remota	Localização	Entrada em Operação Comercial	Potência Instalada (MW)
UFV Lages I	Lages/SC	fev/2023	1,00
UFV Campos Novos	Campos Novos/SC	set/2023	1,00
UFV São José do Cedro	São José do Cedro/SC	dez/2023	2,50
UFV Lages II	Lages/SC	jun/2024	1,00
UFV Modelo	Modelo/SC	set/2024	2,50
UFV Videira	Videira/SC	out/2024	1,00
UFV Capivari de Baixo/SC	Capivari de Baixo/SC	jun/2025	3,00
<b>Total</b>			<b>12,00</b>

### c) Parque Gerador de Fonte Hídrica com Participação Minoritária

Os resultados das participações da Celesc G, em outros empreendimentos, são contabilizados no Grupo por meio da equivalência patrimonial.

Usinas	Localização	Termo Final da Concessão	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW)	Participação Celesc G	Equiv. Pot. Inst. (MW)	Equiv. Garantia Física (MW)
PCH Rondinha	Passos Maia/SC	04/06//2044	9,60	5,48	32,5%	3,12	1,78
CGH Prata (CRF)	Bandeirante/SC	(*)	3,00	1,68	26,07%	0,78	0,44
CGH Belmonte (CRF)	Belmonte/SC	(*)	3,60	1,84	26,07%	0,94	0,48
CGH Bandeirante (CRF)	Bandeirante/SC	(*)	3,00	1,76	26,07%	0,78	0,46
PCH Xavantina	Xanxerê/SC	04/09/2045	6,08	3,54	40,0%	2,43	1,42
PCH Garça Branca	Anchieta/SC	17/07/2048	6,50	3,44	49,0%	3,19	1,69
<b>Total</b>			<b>31,78</b>	<b>17,74</b>		<b>11,24</b>	<b>6,27</b>

(CRF) A Companhia Energética Rio das Flores S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, com propósito específico (SPE). O Complexo Energético Rio das Flores é formado pelas usinas CGHs Prata, Belmonte e Bandeirante. Em 23 de junho de 2025, o Conselho de Administração aprovou a alienação da participação acionária detida pela Celesc G, correspondente a 26,07% do capital social. (NE 12).

#### 2.1.2.3 Transmissão

A Celesc G possuía 10 % de participação acionária em um empreendimento de transmissão de energia elétrica, em parceria existente entre Celesc G e EDP Energias do Brasil, na sociedade EDP Transmissão Aliança SC.

Em 23 de dezembro de 2024, a EDP comunicou ao mercado que fechou contrato de venda da totalidade da sua participação de 90% nessa sociedade para o Skyline Fundo de Investimento em Participações. Em 14 de fevereiro de 2025, a Celesc realizou comunicado ao mercado informando que optou por exercer o direito de venda conjunta (*tag along*).

## Notas Explicativas

O investimento foi contabilizado no Grupo por meio da equivalência patrimonial, até o mês de janeiro de 2025 e o valor contábil era de R\$60,3 milhões.

Em 30 de abril de 2025, após o cumprimento de todas as condições precedentes e a entrada dos recursos no caixa da Celesc G, foi realizado o fechamento da operação de venda e a efetiva transferência das ações representativas do capital social da EDP Transmissão Aliança SC S.A., anteriormente detidas pela Celesc G, para Edge Empreendimentos e Participações S.A., sociedade detida integralmente pelo Classe Única Multiestratégia – Responsabilidade Limitada do SKYLINE Fundo de Investimento em Participações, fundo de investimento gerido pela Actis e a entrada dos recursos no caixa da Celesc G.

O ganho líquido na alienação, antes dos tributos, está demonstrado a seguir:

<b>Ativo mantido para venda</b>	
Valor da Venda	68.506
Valor contábil	(60.333)
Ganho na alienação	8.173
Despesas relacionadas à alienação	(4.009)
Ganho Líquido na alienação antes dos tributos	4.164

### 2.1.2.4. Projetos de Ampliação das Usinas do Parque Próprio

#### a) Entrada em Operação Comercial da CGH Maruim

A usina Maruim, de propriedade da Celesc G, localizada em São José/SC, iniciou sua operação em 1910, com 600 kW de capacidade instalada, tendo sido desativada em 1972. A casa de força possui uma arquitetura inglesa característica do início do século 20, motivo pelo qual foi tombada como patrimônio histórico e cultural e natural em 2005 pelo Decreto Municipal de São José/SC nº 18.707.

Em 2023, foram iniciadas as obras de reativação da usina, com capacidade instalada de 1 MW e garantia física de 0,65 MWh, utilizando a casa de força existente e adequando as demais estruturas civis e eletromecânicas. A entrada em operação em testes ocorreu em agosto de 2024 e a entrada em operação comercial ocorreu em junho de 2025, por meio do Despacho ANEEL nº 1.873 de 18 de junho de 2025.

A energia resultante do empreendimento foi vendida no mercado regulado, por meio do Leilão de Energia Nova 2022/A-4, com tarifa atual de R\$309,00/MWh pelo prazo de 20 anos.

#### b) Ampliação da CGH Caveiras

A CGH Caveiras, em operação desde 1949, está localizada no município de Lages/SC e possui capacidade instalada de 3,83 MW. O projeto de ampliação prevê um novo circuito de geração, contemplando canal de aproximação, tomada d'água, conduto forçado e casa de força com duas novas unidades geradoras do tipo turbina francis simples. Com a ampliação, a usina chegará à capacidade instalada de 9,4 MW.

O projeto, que já foi aprovado pela ANEEL em 2022, por meio do Despacho de Registro da Adequabilidade do Sumário Executivo - DRS-PCH o nº 1.102, obteve um importante avanço em 2024, com a emissão, pelo Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina, o IMA, da Licença Ambiental de Instalação.

No segundo trimestre de 2025, foi protocolado junto à ANEEL, a solicitação para emissão da Resolução Autorizativa, visando a autorização para implantação do empreendimento. O cronograma prevê 15 meses de obras com investimento aproximado de R\$60,0 milhões.

A energia decorrente do projeto de ampliação será destinada ao ambiente de comercialização livre, podendo, a critério da Celesc G, ser negociada em ambiente de leilão regulado pela ANEEL.

#### c) Ampliação da UHE Salto Weissbach

A Usina Salto Weissbach, localizada no município de Blumenau/SC, possui 6,28 MW de potência instalada e está em operação desde 1914. O projeto de ampliação prevê novo circuito adutor, paralelo ao existente, a construção de uma nova casa de força com duas unidades geradoras de 11,5MW cada, o que viabilizará incremento de 23MW à potência atual, totalizando a capacidade instalada em 29,28 MW.

## Notas Explicativas

Por ser uma usina que opera no regime de cotas, os procedimentos regulatórios para aprovação do Projeto de Ampliação seguem o PRORET 12.4 Ampliações em Instalações de Geração e a Portaria nº 418/2013 do Ministério de Minas e Energia (MME). Neste momento, o projeto está na fase final de aprovação, aguardando a emissão da Outorga pelo MME.

A obra está estimada em 30 meses com um investimento na ordem de R\$240,0 milhões. Parte dos recursos para esse investimento já possui financiamento captado junto ao BNDES.

### **b) Ampliação da Usina Cedros e Construção da CGH Pinhal**

A Usina Cedros, localizada no município de Rio dos Cedros/SC, com potência instalada de 8,4MW, está em operação desde 1949. Estudos realizados em 2010 identificaram potencial de ampliação de geração de energia na Usina Cedros, através da instalação de nova unidade geradora na casa de força existente. Considerando estes estudos, foi elaborado o projeto de ampliação da usina.

Além da identificação de ampliação de geração na casa de força existente, os mesmos estudos identificaram a possibilidade de geração na barragem do Pinhal.

A barragem do Pinhal, que faz parte do complexo da Usina Cedros, trata-se de uma barragem que foi construída para regularização das vazões do rio Cedros, proporcionando melhor aproveitamento para a geração da PCH Cedros, localizada a jusante na cascata.

Os resultados dos estudos realizados à época, não tiveram avanços, tendo em vista a aproximação, à época, do término das concessões das usinas e suas indefinições.

Para retomada do projeto, em 2023, foi contratada a revisão dos estudos hidrológicos e análises hidroenergéticas do complexo, considerando a ampliação da Usina Cedros e a construção da CGH Pinhal de acordo com a Legislação e Regulação vigentes e vislumbrando o uso otimizado dos recursos hídricos.

Os novos estudos identificaram a viabilidade de construção de uma CGH na barragem do Pinhal, com potência instalada de 400kW, além da instalação de uma nova unidade geradora de 10,2 MW de potência na casa de força da Usina Cedros.

No segundo trimestre de 2025, foi realizada a contratação da consolidação do Projeto Básico. O PBC será constituído de desenhos, memoriais de cálculo, estudos hidrológicos, estudos hidroenergéticos, memoriais descritivos, caderno de especificações e encargos, planilha orçamentária com composições de custos, cronograma físico-financeiro, sumário executivo e relatório texto do projeto, entre outros, elaborados conforme as diretrizes de projeto de usinas hidrelétricas da Eletrobras e demais legislações vigentes da ANEEL acerca do tema, resultando na aprovação deste novo projeto consolidado.

### **e) Ampliação da Usina Palmeiras, por meio da Construção da CGH Rio Bonito**

A Usina Palmeiras, localizada no município de Rio dos Cedros/SC, com potência instalada de 24,6MW, está em operação desde 1963. A barragem do Rio Bonito, que faz parte do complexo da Usina Palmeiras, trata-se de uma barragem que foi construída em 1959 para regularização das vazões do rio Palmeiras, proporcionando melhor aproveitamento para a geração da PCH Palmeiras, localizada a jusante na cascata.

Estudos realizados em 2010 identificaram potencial de geração de energia através da motorização das vazões da adufa de fundo da barragem. Neste sentido, ainda em 2010, foi elaborado o projeto de ampliação do complexo, considerando a construção de nova CGH na barragem Rio Bonito.

Os resultados dos estudos realizados à época, considerando nova usina classificada como CGH não foram satisfatórios, visto que este modelo afetaria negativamente os aspectos operacionais do complexo já existente, não fazendo o aproveitamento ótimo das vazões disponíveis.

Então, para retomada do projeto, em 2023 foi contratada a revisão dos estudos hidrológicos e análises hidroenergéticas, considerando as ampliações da Palmeiras de acordo com a Legislação e Regulação vigentes e vislumbrando o uso otimizado dos recursos hídricos.

## Notas Explicativas

A contratação para a consolidação do projeto básico ocorreu em 2024. No primeiro semestre de 2025, foram iniciados os estudos de motorização e de arranjo geral do empreendimento, com o objetivo de buscar um melhor aproveitamento hídrico. Ao longo deste ano, pretende-se iniciar as tratativas regulatórias e ambientais, visando à viabilização dos projetos.

### 2.1.2.5. Novos Negócios

#### a) Geração Distribuída por Meio de Fazendas Solares

O Plano de Negócio em Geração Distribuída (GD) prevê a implantação de projetos solares fotovoltaicos, a serem instalados na área de concessão da distribuidora do Grupo Celesc. Ao final do segundo trimestre de 2025, há 2,0MW em projetos em implantação, conforme demonstrado no quadro a seguir:

UFV GD Remota	Localização	Potência Instalada (MW)	Previsão de Entrada em Operação	Status
UFV Modelo II e III	Modelo/SC	2,00	set.2025	Em implantação
<b>Total</b>		<b>2,00</b>		

Todos os projetos têm como prioridade o enquadramento na janela regulatória prevista pela Lei nº 14.300/22, denominada como GD I nos termos da regulamentação, a qual traz a manutenção das regras do sistema de compensação de energia (um crédito de energia para cada kWh injetado na rede) até 31 de dezembro de 2045. Esse fator possibilita auferir maior rentabilidade no modelo de fazendas solares praticado pela Celesc G.

#### b) Expansão da rede de Eletropostos

O projeto Eletroposto Celesc, desenvolvido no Grupo Celesc pela subsidiária de distribuição - Celesc D, no âmbito do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) da ANEEL, representa a maior iniciativa em oferta de recarga pública para veículos elétricos no estado de Santa Catarina. O projeto, que começou em 2015, teve como principais resultados a criação do Corredor Elétrico Catarinense, que cobre mais de 1.500 km de extensão do território de Santa Catarina com estações de recarga de veículos elétricos, bem como a criação de uma estratégia para gestão da demanda das estações de recarga, incorporando o uso de energia renovável e um modelo de negócio para oferecer serviços de recarga de veículos elétricos.

O corredor elétrico implantado por meio do Projeto de P&D deve chegar a 35 estações ao final da terceira etapa, conforme exposto na figura a seguir.



Corredor Elétrico Catarinense da Celesc (municípios com equipamentos instalados em 2025)

## Notas Explicativas

A Celesc G expandirá, ao longo de 2025, o Corredor Elétrico Catarinense, visando ampliar a infraestrutura de carregamento de veículos elétricos ou híbridos no Estado de Santa Catarina.

O objetivo do projeto é disponibilizar estações de recarga em 100 diferentes municípios catarinenses, não somente ao longo dos principais eixos viários do estado de Santa Catarina, mas também em áreas de interesse turístico. Busca-se ainda, sempre que tecnicamente viável, que as estações de recarga tenham uma distância de até 50 km entre uma e outra, tudo isso para proporcionar segurança e conforto aos usuários de veículos híbridos e elétricos em nosso estado.

Este projeto conta com três grandes etapas, quais sejam:

- 1 – Prospecção e seleção dos locais para instalação das estações de recarga;
- 2 – Licitação do fornecimento das estações de recarga e das obras para instalação e comissionamento; e
- 3 – Licitação da gestão técnica e comercial dos eletropostos, incluindo operação e manutenção das estações de recarga, aplicativo de recarga e serviço de atendimento ao cliente.

O certame referente ao fornecimento dos equipamentos foi realizado com êxito, sendo que no início do segundo semestre deve ser efetivada a contratação da empresa fornecedora, com entrega e instalação dos equipamentos prevista para os próximos meses, enquanto que no terceiro trimestre de 2025 será lançado o processo licitatório para operação e manutenção das estações de recarga.

A Celesc buscou parceiros estratégicos tanto da iniciativa pública (Prefeituras, Secretarias de Turismo, entre outros) quanto a iniciativa privada (postos de combustível, supermercados, hotéis) para a disponibilização de espaços para realizar a instalação das estações de recarga, priorizando locais com grande fluxo de pessoas, próximo às principais rodovias do Estado (BR-101, BR 282, BR-280, BR-116, BR-470, entre outras), além de pontos turísticos de relevância como praças e parques.

### **c) Comercialização de Energia no Ambiente Livre**

Além dos projetos de geração e transmissão de energia elétrica, a Celesc G, desde sua constituição, realiza a comercialização da energia elétrica produzida pelo parque gerador próprio e de participadas. Em 2024, em atendimento às diretrizes estratégicas do Plano Diretor, buscando a diversificação dos negócios do Grupo de forma a propiciar novas receitas ao Grupo, a Companhia aprovou o Plano de Negócio de Comercialização de Energia, que amplia a atuação da Celesc G nesse segmento.

A habilitação como Agente Comercializador Varejista de Energia junto à CCEE ocorreu em 2024, sendo que ao longo de 2025 está sendo conduzida a implantação do Plano de Negócio, com estruturação da Companhia para atuar nesse novo segmento.

## Notas Explicativas

### 2.2. Demais Participações da Controladora

Investimentos	Classificação	Descrição	Reconhecimento	Participação
Companhia de Gás de Santa Catarina S.A. – SCGÁS	Controlada em Conjunto	Concessão para exploração dos serviços de distribuição de gás natural. Possui contrato firmado em 28 de março de 1994 com vigência de 50 anos (2044).	Equivalência Patrimonial	17%
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. – ECTE	Coligada	Concessão para exploração das linhas de transmissão. Possui contrato de concessão de transmissão de energia elétrica nº 088/2000, com vigência de 30 anos (2030).	Equivalência Patrimonial	30,88%
Dona Francisca Energética S.A – DFESA	Coligada	Concessionária produtora independente de energia elétrica. Possui o contrato de concessão nº 188/98, com vigência de 39 anos (2037).	Equivalência Patrimonial	23,03%
Companhia Catarinense de Água e Saneamento – Casan	Instrumento Patrimonial	Sociedade de economia mista de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado de Santa Catarina, para exploração dos serviços de esgotamento sanitário e abastecimento de água potável.	Valor Justo Por Meio de Outros Resultados Abrangentes – VJORA.	9,86%

## 3. BASE DE PREPARAÇÃO

As bases de preparações aplicadas nessas Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas conforme as práticas contábeis do Brasil e em IFRS, são descritas a seguir:

### 3.1. Declaração de Conformidade

As Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e devem ser lidas em conjunto com as últimas Demonstrações Financeiras Anuais individuais e consolidadas do Grupo, do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, previamente divulgadas. Aplicam-se também à elaboração, as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

A Demonstração do Valor Adicionado – DVA, requerida pela legislação societária brasileira, é apresentada em sua forma e conteúdo de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado, como informação suplementar para fins de IFRS.

A administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

As Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 14 de agosto de 2025. Tal informação cumpre a exigência do item 17 do Pronunciamento Técnico CPC 24, que trata de eventos subsequentes e está no Anexo “A” da Resolução CVM nº 105, de 20 de maio de 2022.

### 3.2. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas em IFRS e BRGAAP, estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional de todas as entidades do Grupo, e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma.

### 3.3. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos

Na elaboração destas Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas, a Administração fez uso de julgamentos, estimativas e premissas que influenciam a aplicação das políticas

## Notas Explicativas

contábeis da Celesc e suas controladas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas, que são revisadas continuamente. As revisões das estimativas são reconhecidas de forma prospectiva. As estimativas e os julgamentos contábeis se baseiam na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- NE 4.3 - Base de consolidação: determinação se possui controle e influência significativa sobre uma investida;
- NE 6 - Instrumentos financeiros: definição da categoria dos instrumentos financeiros;
- NE 19 - Imobilizado: previsão da vida útil dos ativos;
- NE 19.4 - Prazo do arrendamento: se o Grupo tem razoável certeza de exercer opções de prorrogação;
- NE 20 - Ativo Intangível: previsão da vida útil dos ativos;
- NE 29 - Contingências: definição do grau de risco.

As estimativas contábeis são reavaliadas de forma contínua e alteradas quando há evidência de melhor prática impactando nas mensurações, são reconhecidas de forma prospectiva. As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- NE 6 - Instrumentos financeiros: previsão de entradas e saídas no fluxo de caixa;
- NE 9.2 - Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD: estimativa de valores que não serão recebidos e as principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda;
- NE 13.1 - Ativos/Passivos Financeiros Setoriais: previsão de valores que serão inseridos nos processos de reajuste/revisão tarifária;
- NE 13.2 - Ativo Financeiro - Bonificação de Outorga: previsão dos fluxos de caixa nos próximos ciclos pela Receita Anual de Geração - RAG;
- NE 14.1 - Ativo Financeiro Indenizável - Celesc D: previsão dos fluxos de caixa e do saldo indenizável ao final do contrato de concessão;
- NE 14.3 - Ativo Financeiro Indenizável - Celesc G: previsão dos fluxos de caixa e do saldo indenizável dos bens não totalmente depreciados no final dos contratos de concessão;
- NE 15 - Ativo de Contrato: alocação dos custos, as obrigações de performance e previsão de fluxos de caixa;
- NE 17.3 - Realização de Ativos Fiscais Diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- NE 17.7 - Incerteza Sobre Tratamento de Tributos Sobre o Lucro - incerteza no tratamento fiscal e na determinação do lucro tributável;
- NE 19 - Imobilizado: taxa de depreciação e vida útil dos ativos;
- NEs 19.2 - *Impairment* de Ativos Não Financeiros: definição de premissas, taxa de desconto e previsão de fluxos de caixa;
- NE 19.4 - Prazo do arrendamento: definição das taxas de desconto e razoável certeza de exercer opções de prorrogação;
- NE 20 - Ativo Intangível: projeção dos fluxos de caixa, previsão de vida útil e taxa de amortização;
- NE 25 - Instrumentos financeiros derivativos: as premissas são baseadas nas condições da marcação a mercado, existentes na data do balanço, para calcular o valor justo;
- NE 29 - Provisões para Contingências: reconhecimento e mensuração de provisões, considerando, ainda, as principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos e as jurisprudências;
- NE 30 - Benefícios a Empregados: definição das principais premissas atuariais para avaliação dos planos previdenciários e assistenciais;
- NEs 9 e 34.1 - Receita Não Faturada - Celesc D: estimativa de consumo e da tarifa das classes;
- NE 31 - Crédito de PIS/COFINS a Restituir aos Consumidores: previsão dos valores a serem restituídos nos processos tarifários, impacto nos fluxos de caixa e metodologia de atualização do passivo; e,
- NE 34.2 - Custos e Despesas Operacionais: previsão dos valores faturados pela CCEE.

## Notas Explicativas

### 4. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

A base de preparação e as políticas contábeis materiais são as mesmas utilizadas na preparação das Demonstrações Financeiras Anuais Individuais e Consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, publicada em 28 de março de 2025, contemplando a adoção dos pronunciamentos contábeis vigentes a partir de 1º de janeiro de 2025.

#### 4.1. Base de Mensuração

As Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos:

- instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo;
- instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado mensurados pelo valor justo;
- ativos ou passivos líquidos, de um plano de benefício definido, reconhecidos em outros resultados abrangentes (VJORA).

#### 4.2. Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro

O pronunciamento técnico CPC 23/IAS 8, que trata de políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro, estabelece que ajustes ou erros podem ocorrer no registro, na mensuração, na apresentação ou na divulgação de elementos das demonstrações financeiras. Estabelece, ainda, que a entidade deve corrigir os erros materiais de períodos anteriores retrospectivamente no primeiro conjunto de demonstrações financeiras, cuja autorização para publicação ocorra após a descoberta de tais erros, definindo como uma das alternativas a reapresentação dos valores comparativos para o período anterior apresentado em que tenha ocorrido o erro.

A Companhia revisa continuamente a forma de apresentação e divulgação de suas demonstrações financeiras, objetivando suas construções de forma adequada e em consonância com as normas vigentes aplicáveis.

##### 4.2.1. Reclassificação das Cifras Comparativas da Demonstração do Valor Adicionado

A Companhia revisa continuamente a forma de apresentação e divulgação de suas demonstrações financeiras, objetivando suas construções de forma adequada e em consonância com as normas vigentes aplicáveis. Em análise mais criteriosa, especificamente para elaboração da Demonstração do Valor Adicionado, com base no pronunciamento técnico CPC 09, observou-se para fins de melhor divulgação a reclassificação dos juros capitalizados, nos valores correspondentes no período encerrado em 30 de junho de 2024, sendo que tal reclassificação teve efeito imaterial.

#### 4.3. Novas Normas e Interpretações

As seguintes alterações de normas emitidas pelo IASB, serão efetivadas para os exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC) no Brasil.

Norma	CPC Correspondente	Alteração	Aplicação
IFRS 9 e IFRS 7	CPC 48 e CPC 40	Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	01/01/2026
IFRS 18	Substituirá o CPC 26	Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras	01/01/2027
IFRS 19	-	Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	01/01/2027
IFRS 10	CPC 36	Venda ou contribuição de ativos entre um Investidor e sua coligada ou <i>Joint Venture</i>	Ainda não definida pelo IASB

A Administração realizou uma análise e não identificou impactos significativos em suas Demonstrações Financeiras em decorrência da aplicação das alterações às normas.

## Notas Explicativas

### 5. GESTÃO DE RISCO

Os negócios do Grupo estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

#### 5.1. Risco Financeiro

##### 5.1.1. Risco de Crédito

Risco de crédito é o risco de o Grupo incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros e compromete o planejamento econômico-financeiro previsto pela Administração.

Utiliza-se uma matriz de provisões como expediente prático para estimar perdas de crédito esperadas, considerando a realidade histórica, as condições atuais e as previsões razoáveis de futuro, sem desconsiderar as questões de mercado (NE 9.2).

O Grupo adota a regra de lançar para perda definitiva, por redução ao valor recuperável de contas a receber, os valores vencidos há mais de 5 anos, considerando que a possibilidade de êxito no recebimento é remota, mesmo tendo iniciado o processo de cobrança por meio administrativo e/ou judicial.

Descrição	Controladora			Consolidado	
	NE	30.06.2025	31.12.2024	30.06.2025	31.12.2024
Caixa e Equivalentes de Caixa (a)	8	93.510	96.878	376.351	1.019.482
Contas a Receber de Clientes (b)	9	-	-	2.525.457	2.242.824
Ativo Financeiro - Bonificação de Outorga (c)	13.2	-	-	382.458	372.867
Ativo Financeiro - Indenização Usina Pery (d)	14.3	-	-	173.149	168.770
Títulos e Valores Mobiliários (e)	21	208	208	208	208
Ativo Financeiro Indenizável - Concessão (f)	14	-	-	1.120.956	948.715
<b>Total</b>		<b>93.718</b>	<b>97.086</b>	<b>4.578.579</b>	<b>4.752.866</b>

a) O Grupo administra o risco de crédito aplicando a maior parte de seus recursos em instituições bancárias federais. O Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal possuem Rating AAA.

b) O Grupo atua na gestão de contas a receber, implementando políticas de cobrança, suspensão de fornecimento, condições de parcelamentos de débitos, conforme estabelecido em contrato e normas regulamentares (NE 9.2).

c) A Administração considera reduzido o risco desse crédito, na Celesc G, visto que o contrato celebrado de venda da energia por cotas garante o ressarcimento do valor pago por meio da Receita Anual de Geração - RAG, atualizado, durante o prazo da concessão.

d) A Administração considera reduzido esse risco, na Celesc G, visto que o valor, atualizado, do ressarcimento dos bens não depreciados totalmente na Usina Pery no final da concessão em 2017, vem sendo inseridos na Receita Anual de Geração - RAG 2021, até o final do prazo da nova concessão.

e) A Companhia considera esse risco de crédito decorrente da possibilidade de incorrer em perdas resultantes do *valuation* e do recebimento de dividendos desses investimentos temporários. Esse tipo de risco envolve fatores externos e a Administração acompanha periodicamente suas variações ocorridas.

f) A Administração considera reduzido o risco desse crédito, visto que o contrato de concessão da Celesc D assegura o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente, correspondente aos custos e investimentos não recuperados por meio de tarifa.

A legislação fiscal presume que a perda definitiva do crédito ocorre quando transpassados os prazos e cumpridas as exigências legais, podendo o contribuinte, a partir de então, deduzir o respectivo valor do imposto de renda e contribuição social a pagar.

As perdas efetivas sobre ativos financeiros e de contrato reconhecidas no resultado foram as seguintes:

## Notas Explicativas

Descrição	NE	30.06.2025	Consolidado	
			30.06.2024	30.06.2024
Perda efetiva no recebimento de créditos	9.2	(26.362)	(31.141)	(31.141)
<b>Total</b>		<b>(26.362)</b>	<b>(31.141)</b>	<b>(31.141)</b>

### 5.1.2. Risco de Liquidez

Risco de liquidez é o risco de que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com caixa ou outro ativo financeiro. O objetivo do Grupo ao administrar a liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação do Grupo.

O Grupo também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. Os investimentos são financiados por meio de dívidas de médio e longo prazos junto a instituições financeiras. São desenvolvidas projeções econômico-financeiras de curto, médio e longo prazos, submetidas à apreciação da Administração. Além disso, ocorre anualmente a aprovação do orçamento operacional e de capital para o próximo exercício pela Administração.

O Grupo, por meio de controle do fluxo de caixa, monitora os recursos a serem liquidados, objetivando reduzir o custo de captação, o risco de renovação dos empréstimos. As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em liquidez imediata e a aderência à política de manter um nível de caixa mínimo.

O risco de liquidez, considera a redução na arrecadação de clientes, a impossibilidade de captação, inadimplência, excesso de despesas e/ou investimentos, para cumprir compromissos financeiros e a estratégia do negócio.

Os valores divulgados na tabela são as estimativas dos Passivos Financeiros não descontados em 30 de junho de 2025.

Descrição	Taxas % (i)	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	Entre um e cinco anos	Acima de cinco anos	Consolidado	
							Total valor Futuro	Total Valor Contábil
Empréstimos CDI	CDI + 0,8% a 1,65% a.a.	31.936	69.119	89.490	560.787	-	<b>751.332</b>	<b>665.601</b>
Conta de desenvolvimento energético – CDE		9.497	-	-	-	-	<b>9.497</b>	<b>9.497</b>
Eletrobras	5% a.a.	-	-	-	-	-	-	-
Debêntures D	CDI + 0,95% a 2,6% a.a.	33.096	25.565	91.222	526.017	206.780	<b>882.680</b>	<b>744.627</b>
Debêntures D	IPCA + 6,53 a 6,95% a.a.	30.597	-	-	327.770	1.511.430	<b>1.869.797</b>	<b>1.446.893</b>
Instrumento Financeiro Derivativos - Celesc D	CDI -0,16 a 0,29 a.a.	32.530	-	64.760	-	-	<b>97.290</b>	<b>95.816</b>
Entidade de Previdência Privada		25.175	24.057	108.257	577.369	882.962	<b>1.617.820</b>	<b>1.617.820</b>
Debêntures Celesc G	IPCA + 4,3% a.a.	-	-	6.588	28.814	4.049	<b>39.451</b>	<b>35.374</b>
Fornecedores		625.593	332.193	342	-	-	<b>958.128</b>	<b>958.128</b>
Passivo Financeiro Setorial	SELIC	18.550	37.304	174.468	37.191	-	<b>267.513</b>	<b>248.101</b>
BID	CDI + 0,70% a 1,88% a.a.	37.668	-	70.295	362.514	1.649.711	<b>2.120.188</b>	<b>1.280.925</b>
Passivo de Arrendamento		487	1.475	3.260	6.623	1.456	<b>13.301</b>	<b>13.301</b>
<b>Total</b>		<b>845.129</b>	<b>489.713</b>	<b>608.682</b>	<b>2.427.085</b>	<b>4.256.388</b>	<b>8.626.997</b>	<b>7.116.083</b>

(i) Fontes: <https://www.portaldefinancas.com> e LCA Consultoria Econômica

### 5.1.3. Risco de Mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, como taxas de câmbio e de juros, afetarão os ganhos do Grupo ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.

## Notas Explicativas

Os empréstimos (nacional e estrangeiro) captados pela Celesc D e as debêntures captadas pela Celesc G, possuem regras contratuais para os passivos financeiros, fundamentalmente atrelados a essas exposições.

Para as debêntures captadas na Celesc D são utilizados derivativos para gerenciar riscos de mercado, aplicando a contabilidade de hedge para gerenciar a volatilidade das taxas no resultado da Companhia.

Em 30 de junho de 2025, o Grupo possui risco de mercado associado ao CDI, IPCA e SELIC. Deve-se considerar ainda à oscilação da taxa de inflação, podendo ter um custo maior na realização das operações.

O risco de variação cambial, atrelado as alterações da moeda americana, relacionados aos pagamentos de energia comprada de Itaipu, são repassadas integralmente ao consumidor na tarifa, por meio do mecanismo dos ativos/passivos setoriais.

### 5.1.4. Análise de Sensibilidade

A Companhia está exposta a risco de variações das taxas de juros pela oscilação do mercado nacional, sobretudo em seu resultado financeiro líquido, que é composto pelas receitas atreladas às aplicações financeiras e aos ativos e financeiros setoriais, entre outros componentes, e pelas despesas financeiras advindas dos empréstimos, financiamentos, debêntures e derivativos, além dos passivos financeiros setoriais e outros fatores.

Além disso, também está exposta às variações das taxas de inflação, que atualizam outros componentes, que também geram efeito no resultado financeiro líquido.

Com base nisso, a Companhia consultou divulgações de estimativas e projeções, elaboradas por consultorias especializadas, e estimou uma variação das taxas de juros em 14,13% e das taxas de inflação em 4,84% para os próximos 12 meses, num cenário considerado provável. Para um outro cenário, considerado possível, estimou essas variações em 15,35% e 5,37%, respectivamente. Os dois cenários de exposição, provável e possível, estão demonstrados no quadro abaixo:

Índices	Efeitos das Contas sobre o Resultado	NE	Saldo	Consolidado	
				Cenário Provável	Cenário Possível
<b>CDI / Selic</b>				<b>14,13%</b>	<b>15,35%</b>
	Aplicações Financeiras	8	99.665	113.748	114.964
	Empréstimos	23	(1.946.526)	(2.221.570)	(2.245.318)
	Debêntures	24	(744.628)	(849.844)	(858.928)
	Instrumento Financeiro Derivativos	25	(19.066)	(21.760)	(21.993)
	Passivo Financeiro Setorial	13.1	(248.101)	(738.453)	(741.479)
<b>Total</b>			<b>(2.858.656)</b>	<b>(3.717.879)</b>	<b>(3.752.754)</b>
<b>IPCA</b>				<b>4,84%</b>	<b>5,37%</b>
	Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	14	1.118.535	1.172.672	1.178.600
	Debêntures	24	(1.482.266)	(1.554.008)	(1.561.864)
	Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga	13.2	382.458	400.969	402.996
	Ativo Financeiro – Ind. Projeto Básico Usina Pery	14.3	173.149	181.529	182.447
<b>Total</b>			<b>191.876</b>	<b>201.162</b>	<b>202.179</b>

Fonte das Taxas Utilizadas: LCA Consultoria Econômica

### 5.2. Gestão de Capital

Os objetivos ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolvendo capital aos acionistas ou ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

## Notas Explicativas

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos, incluindo empréstimos de curto e longo prazo, debêntures e derivativos, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido com a dívida líquida.

A tabela a seguir apresenta o Índice de Alavancagem Financeira:

Descrição	NE	Consolidado	
		30.06.2025	31.12.2024
Empréstimos e Financiamentos – Moeda Nacional	23	665.601	670.585
Empréstimos e Financiamentos – Moeda Estrangeira	23	1.280.925	1.308.800
Debêntures	24	2.226.894	2.223.622
Instrumento Financeiro Derivativos	25	19.066	70.230
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	8	(376.351)	(1.019.482)
<b>Dívida Líquida</b>		<b>3.816.135</b>	<b>3.253.755</b>
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>		<b>3.876.464</b>	<b>3.671.279</b>
<b>Total do Capital</b>		<b>7.692.599</b>	<b>6.925.034</b>
<b>Índice de Alavancagem Financeira (%)</b>		<b>49,61%</b>	<b>46,99%</b>

## 6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

### 6.1. Estimativa do Valor Justo

Para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, a Companhia divulga, por nível, na seguinte hierarquia:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos a que a Companhia possa ter acesso na data de mensuração (Nível 1);
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o Ativo ou Passivo, seja diretamente, como preços, ou indiretamente, como derivados dos preços (Nível 2);
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado, ou seja, inserções não observáveis (Nível 3).

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para mensurar os instrumentos financeiros ao valor justo incluem:

- Abordagem de Mercado;
- Abordagem de Custo;
- Abordagem de Receita.

As tabelas a seguir apresentam os instrumentos financeiros por categoria em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024:

Ativos Financeiros	NE	Nível	Consolidado			
			31.06.2025		31.12.2024	
			Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
<b>Valor justo por meio do resultado</b>			<b>1.197.706</b>	<b>1.197.706</b>	<b>948.715</b>	<b>948.715</b>
Ativo Indenizatório (concessão de distribuição) (d)	14	3	1.118.535	1.118.535	946.294	946.294
Ativo Indenizatório (concessão geração) (d)	14	3	2.421	2.421	2.421	2.421
Instrumentos Financeiros Derivativos (f)		2	76.750	76.750	-	-
<b>Custo amortizado</b>			<b>3.506.885</b>	<b>3.506.885</b>	<b>3.853.413</b>	<b>3.853.413</b>
Caixa e equivalentes de caixa (e)	8		376.351	376.351	1.019.482	1.019.482
Subsídio CDE (Decreto nº 7.891/13) (e)			49.470	49.470	49.470	49.470
Contas a Receber de Clientes (a)	9		2.525.457	2.525.457	2.242.824	2.242.824
Ativo Financeiro Bonificação de outorga (e)	13.2		382.458	382.458	372.867	372.867
Ativo Financeiro Indenização Projeto Básico Us Pery (e)	14		173.149	173.149	168.770	168.770
<b>Valor justo por meio do resultado abrangente</b>			<b>208</b>	<b>208</b>	<b>208</b>	<b>208</b>
Títulos e Valores Mobiliários (c)	21	1	208	208	208	208
<b>Total</b>			<b>4.704.799</b>	<b>4.704.799</b>	<b>4.802.336</b>	<b>4.802.336</b>

## Notas Explicativas

Passivos Financeiros	NE	Nível	30.06.2025		Consolidado 31.12.2024	
			Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
<b>Valor justo por meio do resultado</b>			<b>1.542.708</b>	<b>1.579.886</b>	<b>1.440.406</b>	<b>1.477.319</b>
Debêntures	24	2	1.446.892	1.484.070	1.370.176	1.407.089
Instrumentos Financeiros Derivativos (f)	25	2	95.816	95.816	70.230	70.230
<b>Custo amortizado</b>			<b>4.196.893</b>	<b>4.312.977</b>	<b>4.457.794</b>	<b>4.470.049</b>
Passivo Financeiro Setorial (e)	13		248.101	248.101	409.999	409.999
Fornecedores (e)	22		958.128	958.128	992.713	992.713
Empréstimos e financiamentos (b)	23	2	1.946.526	2.035.653	1.979.385	1.979.903
Debêntures (b)	24	2	780.002	806.959	853.446	865.183
Dividendos e JSCP (e)	11		254.639	254.639	212.754	212.754
Encargos Setoriais - CDE (e)	28		9.497	9.497	9.497	9.497
<b>Total</b>			<b>5.739.601</b>	<b>5.892.863</b>	<b>5.898.200</b>	<b>5.947.368</b>

Apuração dos valores justos:

- Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes pelo valor contábil, menos a provisão por redução ao valor recuperável, estejam próximos de seus valores justos.
- O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto do fluxo de caixa contratual futuro pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.
- Títulos e Valores Mobiliários, são investimentos temporários avaliados por VJORA, calculado conforme cotações de preço publicadas em mercado ativo.
- Para os ativos financeiros indenizáveis, avaliados por VJR, os valores justos são similares aos valores contábeis. A Celesc G aguarda a definição por parte da ANEEL em relação a solicitação feita de indenização de ativos das usinas que não estavam totalmente depreciados.
- Quanto aos demais ativos e passivos financeiros o valor justo é estimado próximo ao seu valor contábil.
- O valor justo do instrumento financeiro de derivativos é a diferença entre o valor presente dos fluxos de caixa recebidos e o valor presente dos fluxos de caixa pagos.

## 7. QUALIDADE DO CRÉDITO DOS ATIVOS FINANCEIROS

A qualidade do crédito dos ativos financeiros pode ser avaliada mediante referência às classificações internas de cessão de limites de crédito.

Contas a Receber de Clientes	Consolidado	
	30.06.2025	31.12.2024
Grupo 1 - Clientes com Arrecadação no Vencimento	1.005.708	889.689
Grupo 2 - Clientes com atraso entre 01 e 90 dias	989.011	906.067
Grupo 3 - Clientes com atraso superior a 90 dias	1.109.202	929.791
<b>Subtotal</b>	<b>3.103.921</b>	<b>2.725.547</b>
<b>PECLD com clientes (NE 9.2)</b>	<b>(578.464)</b>	<b>(482.723)</b>
<b>Total</b>	<b>2.525.457</b>	<b>2.242.824</b>

Todos os demais ativos financeiros que a Companhia mantém, principalmente contas correntes e aplicações financeiras, não apresentam indícios de perdas.

## 8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Inclui o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para outros fins.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.06.2025	31.12.2024	30.06.2025	31.12.2024
Recursos em Banco e em Caixa	924	6	31.827	85.970
Aplicações Financeiras	17.926	26.162	99.665	128.362
Fundos de Investimentos	74.660	70.710	244.859	805.150
<b>Total</b>	<b>93.510</b>	<b>96.878</b>	<b>376.351</b>	<b>1.019.482</b>

## Notas Explicativas

As aplicações financeiras são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, não estando sujeitas a risco significativo de mudança de valor.

Uma parte desses títulos se referem a Certificados de Depósito Bancários – CDBs, remunerados, em média, pela taxa de 96% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

Outra parte das aplicações estão alocadas no Fundo Exclusivo do Banco do Brasil, o “BB Vis Celesc Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Financeiro Renda Fixa Longo Prazo Responsabilidade Limitada”. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescidas dos rendimentos líquidos (deduzidos de imposto de renda). Em 2024, os títulos também eram CDBs e no Fundo Exclusivo do Banco do Brasil, o “BB Vis Celesc Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Financeiro Renda Fixa Longo Prazo Responsabilidade Limitada”.

A redução do saldo de caixa e equivalentes de caixa, verificada no período, decorre, principalmente, da execução da política de investimentos vigente e do aumento dos níveis de inadimplência nos saldos de contas a receber. Adicionalmente, desde o último reajuste tarifário anual - RTA, observou-se diminuição de caixa em razão do repasse de descontos tarifários aos consumidores, reduzindo a geração de caixa, bem como o descasamento do RTA de agosto de 2024 e o aumento do custo de aquisição de energia, pressionando os desembolsos operacionais.

## 9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

### 9.1. Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

As contas a receber de clientes correspondem, principalmente, aos valores a receber de clientes pelo fornecimento, suprimento de energia faturada e estimativa de energia fornecida não faturada no decurso normal das atividades do Grupo.

As contas a receber de clientes são reconhecidas ao valor faturado e deduzidas das Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD.

Descrição	Vincendas	Vencidas Até 90 dias	Vencidas Há mais de 90 dias	Consolidado
				30.06.2025
<b>Consumidores (i)</b>	<b>852.963</b>	<b>514.748</b>	<b>930.792</b>	<b>2.298.503</b>
Residencial	494.059	318.034	504.731	1.316.824
Industrial	79.121	49.465	124.667	253.253
Comércio	162.681	101.470	225.450	489.601
Rural	51.012	26.982	40.258	118.252
Poder Público	28.119	7.807	23.266	59.192
Iluminação Pública	22.585	2.183	4.626	29.394
Serviço Público	15.386	8.807	7.794	31.987
<b>Suprimento a Outras Concessionárias</b>	<b>244.796</b>	<b>39.152</b>	<b>47.077</b>	<b>331.025</b>
Concessionárias e Permissionárias	260.091	31.707	13.215	305.013
Outros Créditos (iii)	12.362	7.445	33.862	53.669
Arrecadação em Processo de Classificação (iv)	(27.657)	-	-	(27.657)
<b>Total</b>	<b>1.097.759</b>	<b>553.900</b>	<b>977.869</b>	<b>2.629.528</b>
Receita Não Faturada	474.393	-	-	474.393
PECLD com Clientes	(9.102)	(13.848)	(555.514)	(578.464)
<b>Total Contas a Receber de Clientes – Líquido</b>	<b>1.563.050</b>	<b>540.052</b>	<b>422.355</b>	<b>2.525.457</b>
<b>Circulante</b>				<b>2.515.324</b>
<b>Não Circulante</b>				<b>10.133</b>

## Notas Explicativas

Descrição	Vincendas	Vencidas Até 90 dias	Vencidas Há mais de 90 dias	Consolidado
				31.12.2024
<b>Consumidores (i)</b>	<b>693.839</b>	<b>500.847</b>	<b>758.782</b>	<b>1.953.468</b>
Residencial	369.762	268.851	394.759	1.033.372
Industrial	66.511	56.160	105.149	227.820
Comércio	140.068	93.584	189.433	423.085
Rural	46.522	27.842	25.641	100.005
Poder Público	37.100	23.840	23.654	84.594
Iluminação Pública	18.998	9.155	8.681	36.834
Serviço Público	14.878	21.415	11.465	47.758
<b>Suprimento a Outras Concessionárias</b>	<b>202.530</b>	<b>20.812</b>	<b>18.924</b>	<b>242.266</b>
Concessionárias e Permissionárias	222.565	16.808	10.812	250.185
Transações no Âmbito da CCEE (ii)	211	-	-	211
Outros Créditos (iii)	10.425	4.004	8.112	22.541
Arrecadação em Processo de Classificação (iv)	(30.671)	-	-	(30.671)
<b>Total</b>	<b>896.369</b>	<b>521.659</b>	<b>777.706</b>	<b>2.195.734</b>
Receita Não Faturada	529.813	-	-	529.813
PECLD com Clientes	(7.850)	(12.202)	(462.671)	(482.723)
<b>Total Contas a Receber de Clientes – Líquido</b>	<b>1.418.332</b>	<b>509.457</b>	<b>315.035</b>	<b>2.242.824</b>
<b>Circulante</b>				<b>2.238.333</b>
<b>Não Circulante</b>				<b>4.491</b>

- (i) Os saldos por classe de consumidores são a somatória do faturamento e do parcelamento de débitos. Os parcelamentos estão a valor presente, considerando o montante e a taxa de juros de 1,0% a.m.
- (ii) Saldo a receber originário de liquidação mensal do mercado de curto prazo centralizado pela CCEE.
- (iii) Os valores são referentes, principalmente, ao serviço cobrável (taxado), participação financeira do consumidor e parcelamento de fatura no cartão de crédito.
- (iv) Os valores recebidos de processos judiciais, nos quais a empresa obteve êxito, serão imediatamente baixados dos valores em aberto registrados nos ativos da empresa, assim que os processos forem identificados.

### 9.2. Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD

Na Celesc D as perdas de crédito esperadas são determinadas por aplicar uma matriz de provisionamento que considera todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas.

A composição do saldo da PECLD, por classe de consumo está demonstrada a seguir:

Consumidores	Consolidado	
	30.06.2025	31.12.2024
Residencial	285.166	228.167
Industrial	110.096	94.224
Comércio, Serviços e Outras	116.367	103.163
Rural	11.532	8.212
Poder Público	2.634	1.779
Iluminação Pública	3.695	3.931
Serviço Público	5.319	5.841
Concessionárias e Permissionárias	123	244
Consumidores Livres	7.640	5.830
Outros	35.892	31.332
<b>Total Circulante</b>	<b>578.464</b>	<b>482.723</b>

A seguir, a movimentação do saldo de PECLD ocorrida:

## Notas Explicativas

	<b>Consolidado</b>
<b>Saldo em 31.12.2024</b>	<b>482.723</b>
Provisão/Reversão Constituída no Período	122.103
Perda efetiva do contas a receber (NE 9)	(26.362)
<b>Saldo em 30.06.2025</b>	<b>578.464</b>

	<b>Consolidado</b>
<b>Descrição</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 31.12.2023</b>	<b>351.519</b>
Provisão/Reversão Constituída no Período	61.794
Perda efetiva do contas a receber (NE 9)	(31.141)
<b>Saldo em 30.06.2024</b>	<b>382.172</b>

No período, observou-se elevação do índice de inadimplência em relação ao mesmo período do exercício anterior. Esse aumento está relacionado, principalmente, ao cenário macroeconômico adverso, que impactou a capacidade de pagamento dos consumidores, bem como à elevação dos valores faturados decorrente de reajustes tarifários.

Adicionalmente, a Companhia suspendeu a execução de cortes no fornecimento de energia a consumidores com atraso de pagamento, desde de maio de 2024, devido a implementação do novo sistema comercial. A partir do segundo trimestre de 2025, iniciou, gradualmente, a retomada desses cortes em sua área de concessão. Contudo, como a retomada ocorreu de forma gradual, intensificando o procedimento apenas próximo ao final do segundo trimestre, ainda não foi possível identificar efeitos relevantes na redução da inadimplência nesse momento.

O crescimento da inadimplência refletiu-se no aumento do saldo de contas a receber e na necessidade de constituição de provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa.

A Celesc D, utiliza a matriz de provisões como expediente prático para estimar suas perdas de crédito esperadas ao longo dos próximos doze meses, considerando sua experiência histórica e ajustando-a para melhor refletir as informações sobre as condições atuais e previsões razoáveis e suportáveis das condições econômicas futuras, sem desconsiderar as informações de mercado sobre o risco de crédito.

Anualmente, no encerramento do exercício, a Companhia revisa e atualiza a matriz de risco de crédito, reavaliando se houve aumento ou diminuição do risco. Excepcionalmente, a matriz de perdas estimadas de crédito utilizada no encerramento do exercício de 2023 foi mantida, pois é considerada mais aderente à evolução histórica da inadimplência dos consumidores da Celesc D.

Desta forma, a Companhia manteve os dados históricos, com base em dados observáveis atuais anteriormente disponíveis para refletir os efeitos das condições atuais e suas previsões de condições futuras, que não afetaram o período em que se baseiam os dados históricos.

A seguir, são apresentados os valores e os percentuais de perdas esperadas segregados por classe de consumo, aplicados no reconhecimento da Celesc D:

<b>Saldo de Recebíveis</b>	<b>Concessio- nárias e Permissio- nárias*</b>	<b>Residencial</b>	<b>Industrial</b>	<b>Comercial</b>	<b>Rural</b>	<b>Poder Público</b>	<b>Iluminação Pública</b>	<b>Serviço Público</b>
<b>Aging / Meses</b>								
A vencer	256.899	494.059	79.675	162.113	51.012	28.119	22.585	15.386
Vencidos de 0 a 3 meses	31.707	318.034	49.459	101.470	26.982	7.807	2.183	8.807
Vencidos de 3 a 6 meses	4.533	116.100	17.990	46.560	14.203	7.619	1.097	2.180
Vencidos de 6 a 12 meses	4.665	124.748	23.930	48.301	11.423	11.763	2.332	3.861
Vencidos de 12 a 18 meses	2.625	73.071	14.372	33.646	5.096	3.684	1.192	1.739
Vencidos de 18 a 24 meses	224	31.033	8.139	13.331	1.511	14	-	3
Vencidos de 24 a 36 meses	253	60.752	16.497	30.178	4.119	13	1	10
Vencidos de 36 a 48 meses	-	56.099	12.534	26.773	2.477	51	-	1
Vencidos de 48 a 60 meses	578	38.599	20.353	22.152	1.301	82	-	-
Vencidos há + 60 meses	337	4.329	10.169	4.509	128	40	4	-
<b>Total</b>	<b>301.821</b>	<b>1.316.824</b>	<b>253.118</b>	<b>489.033</b>	<b>118.252</b>	<b>59.192</b>	<b>29.394</b>	<b>31.987</b>

## Notas Explicativas

Expectativa de Perda Aging / Meses	Geral	Residencial	Industrial	Comercial	Rural	Poder Público	Iluminação Pública	Serviço Público
A vencer	0,55%	0,73%	0,39%	0,57%	0,17%	0,01%	0,00%	0,01%
Vencidos 0 a 3 meses	2,76%	2,37%	3,45%	3,17%	0,94%	0,11%	0,07%	0,32%
Vencidos 3 a 6 meses	26,02%	22,05%	54,01%	26,57%	7,53%	4,71%	15,06%	45,78%
Vencidos 6 a 12 meses	45,75%	39,96%	76,32%	37,49%	18,46%	12,08%	100,00%	71,62%
Vencidos 12 a 18 meses	60,54%	54,79%	91,37%	46,53%	34,64%	18,03%	100,00%	86,98%
Vencidos 18 a 24 meses	70,42%	68,75%	96,42%	52,89%	45,54%	46,42%	100,00%	86,98%
Vencidos 24 a 36 meses	76,72%	77,56%	96,51%	57,81%	58,80%	56,74%	100,00%	90,11%
Vencidos 36 a 48 meses	84,98%	86,20%	99,62%	68,92%	73,83%	85,34%	100,00%	90,11%
Vencidos 48 a 60 meses	90,61%	92,64%	99,89%	81,63%	87,12%	100,00%	100,00%	90,11%
Vencidos há + 60 meses	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

A aplicação da matriz em outras contas a receber, que não sejam faturas de energia, são os percentuais denominados Classe Geral.

## 10. TRIBUTOS A RECUPERAR

Os saldos de IRPJ e CSLL a compensar na Controladora são decorrentes do reconhecimento de saldo negativo de exercícios anteriores e suas atualizações financeiras, além do IRRF incidente sobre o JCP creditado por suas participadas e sobre aplicações financeiras. Nas controladas, os valores são decorrentes de saldo negativo de exercícios anteriores e suas atualizações financeiras, de aplicações financeiras, de retenções de tributos e de recolhimento de IRPJ e CSLL por estimativa realizado durante os dois primeiros trimestres de 2025.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.06.2025	31.12.2024	30.06.2025	31.12.2024
IRPJ e CSLL a compensar	62.505	71.041	209.458	110.766
<b>Total</b>	<b>62.505</b>	<b>71.041</b>	<b>209.458</b>	<b>110.766</b>

Os créditos de ICMS a recuperar registrados no ativo não circulante são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado e podem ser compensados em até 48 meses.

Descrição	Consolidado	
	30.06.2025	31.12.2024
PIS/COFINS (Exclusão ICMS Base Cálculo)	432.508	483.691
ICMS	62.818	58.404
PIS/COFINS (i)	22.877	21.807
Outros	738	739
<b>Total</b>	<b>518.941</b>	<b>564.641</b>
<b>Circulante</b>	<b>193.540</b>	<b>195.932</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>325.401</b>	<b>368.709</b>

(i) O valor a recuperar do PIS/COFINS é decorrente de revisão nos processos de apuração destes tributos, na Celesc D, a partir do exercício de 2023.

### 10.1. PIS/COFINS (Exclusão do ICMS da base de cálculo) - 2ª ação

Descrição	Consolidado
	Valores
<b>Saldo em 31.12.2024</b>	<b>483.691</b>
Atualização financeira	19.917
Baixa por utilização do crédito	(71.101)
<b>Saldo em 30.06.2025</b>	<b>432.507</b>
<b>Circulante</b>	<b>142.201</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>290.306</b>

Em 9 de julho de 2019, a Celesc D ingressou com uma segunda ação, pleiteando a devolução dos valores referentes ao período de janeiro de 2015 em diante. A ação foi julgada procedente em primeira instância, reconhecendo o direito da concessionária de excluir o ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS, a partir de 1º de janeiro de 2015, decisão confirmada pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região ao analisar o recurso interposto pela União – Fazenda Nacional.

Entretanto, em decorrência da modulação dos efeitos da decisão proferida houve, em juízo de retratação, a limitação do direito à repetição do indébito, a partir de 15 de março de 2017, data do julgamento do mérito do Recurso Extraordinário nº 574.706 pelo Supremo Tribunal Federal. O processo transitou em julgado, em 26 de maio de 2022, e a obtenção da habilitação dos créditos pela Receita Federal ocorreu

## Notas Explicativas

em 27 de dezembro de 2022, iniciando em fevereiro de 2023 os processos de compensações dos tributos vincendos com o crédito habilitado.

Em 5 de janeiro de 2024, o Ministério da Fazenda publicou a Portaria Normativa nº 14, limitando a utilização de créditos cujo valor total seja igual ou superior a R\$500,0 milhões, decorrentes de decisão judicial transitada em julgado para compensação de débitos próprios, no prazo mínimo de sessenta meses.

### 11. DIVIDENDOS E JCP A RECEBER

Descrição	Controladora	
	30.06.2025	31.12.2024
Dividendos SCGÁS	-	1.397
Dividendos ECTE	2.255	4.378
Dividendos DFESA	-	54
Dividendos Casan	567	-
JCP Celesc G	22.536	45.072
JCP Celesc D	205.771	175.302
JCP SCGÁS	2.168	1.400
JCP Casan	4.356	4.356
<b>Total Circulante</b>	<b>237.653</b>	<b>231.959</b>

Descrição	Consolidado	
	30.06.2025	31.12.2024
Dividendos SCGÁS	-	1.397
Dividendos ECTE	2.255	4.378
Dividendos DFESA	-	54
Dividendos Casan	567	-
JCP SCGÁS	2.168	1.400
JCP Casan	4.356	4.356
JCP EDP Transmissão Aliança	-	3.222
<b>Total Circulante</b>	<b>9.346</b>	<b>14.807</b>

### 12. ATIVO MANTIDO PARA VENDA

A Celesc G possui 26,07 % de participação acionária na Companhia Energética Rio das Flores S.A. – Rio das Flores, empresa geradora de energia elétrica, por meio das usinas Prata (3,0 MW) e Belmonte (3,6 MW). A empresa conta ainda com uma subsidiária integral, a Companhia Energética Bandeirante (CBN), voltada à geração de energia elétrica por meio da usina Bandeirante (3,0 MW). O investimento era contabilizado no Grupo, até junho de 2025, por meio da equivalência patrimonial.

Em 28 de abril de 2025, o acionista Casaforte Energia S.A, detentor de 29,06% do capital social da Rio das Flores, efetuou proposta de compra da totalidade das ações possuídas pela Celesc G e demais acionistas da companhia.

Em 23 de junho de 2025, em reunião extraordinária, o Conselho de Administração da Celesc G aprovou a alienação da totalidade do investimento na Rio das Flores, comunicando, na mesma data, o fato ao mercado.

O preço de aquisição foi determinado com data-base em 31 de dezembro de 2024 e ofertado na modalidade "locked-box", com ajuste (redução) exclusivamente em razão da distribuição de lucros (dividendos e/ou juros sobre o capital próprio) ocorrida a partir de 1º de janeiro de 2025 e a data de fechamento da transação, e em valores superiores aos dividendos mínimos obrigatórios já provisionados.

Em 30 de junho de 2025, o valor correspondente ao Investimento na Rio das Flores está reclassificado no Balanço Patrimonial Consolidado, pelo custo contábil, no montante de R\$ 11,4 milhões, na rubrica Ativo Mantido para Venda no Ativo Circulante.

Ativo mantido para venda	
Valor de Venda	20.015
Valor contábil	(11.473)
Preço excluindo dividendos distribuídos	(3.180)
Ganho na alienação	5.362
Despesas relacionadas à alienação	(168)
<b>Ganho Líquido na alienação antes dos tributos</b>	<b>5.194</b>

## Notas Explicativas

A concretização da negociação depende de formalidades legais e, ao ser concluída, será realizada com a entrada dos recursos no caixa da Celesc G.

### 13. ATIVOS/PASSIVOS FINANCEIROS

#### 13.1. Ativo/Passivo Financeiro Setorial

O Ativo/Passivo Financeiro Setorial é composto por valores oriundos da diferença entre os custos previstos pela ANEEL e aqueles realmente incorridos durante a vigência da tarifa. Para esta parcela deve haver a neutralidade em relação ao desempenho da empresa, seja ela um ativo ou passivo financeiro, sendo integralmente repassados ao consumidor como adição ou redução da tarifa.

Com a operacionalização da Medida Provisória nº 1.212/2024, que trata da antecipação dos recebíveis da Eletrobras para quitação integral antecipada das contas Covid e Escassez Hídrica, o encargo da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE teve uma redução de pagamentos no montante de R\$16,8 milhões mensais, a partir de setembro de 2024. Essa redução está sendo capturada pela Parcela A e será aplicada no próximo reajuste tarifário que ocorrerá em agosto de 2025.

Composição do saldo do período segregado por RTA:

Descrição	Consolidado	
	30.06.2025	31.12.2024
CVA 2023 – Período de 22.08.2023 a 21.08.2024	19.229	85.797
CVA 2024 – Período de 22.08.2024 a 21.08.2025	367.110	113.525
<b>Total – CVA</b>	<b>386.339</b>	<b>199.322</b>
Outros Itens - Período de 22.08.2023 a 21.08.2024	(100.244)	(447.331)
Outros Itens – Período de 22.08.2024 a 21.08.2025	(534.196)	(161.990)
<b>Total – Outros Itens – CVA</b>	<b>(634.440)</b>	<b>(609.321)</b>
<b>Total</b>	<b>(248.101)</b>	<b>(409.999)</b>

## Notas Explicativas

Consolidado

Descrição	31.12.2024	Apropriação	Amortização	Remuneração	Transferências(i)	31.06.2025	Saldo em Amortização (ii)	Saldo em Constituição (iii)	Circulante	Não Circulante
<b>Ativo Financeiro Setorial</b>	<b>521.681</b>	<b>122.830</b>	<b>224.258</b>	<b>35.042</b>	<b>-</b>	<b>455.295</b>	<b>62.100</b>	<b>393.195</b>	<b>398.500</b>	<b>56.795</b>
Aquisição de Energia (iv)	106.317	7.719	-	2.585	-	116.621	-	116.621	99.776	16.845
Transporte Rede Básica (v)	143.409	45.823	(87.840)	9.493	-	110.885	24.106	86.779	98.350	12.535
Proinfa	-	34.887	-	6.187	-	41.074	-	41.074	35.141	5.933
Transporte de Energia - Itaipu	13.011	4.651	(10.627)	857	-	7.892	2.916	4.976	7.173	719
ESS (vii)	113.291	65.784	(43.843)	12.339	-	147.571	12.032	135.539	127.993	19.578
CDE	53.181	7.275	(43.435)	2.174	-	19.195	11.920	7.275	18.144	1.051
Neutralidade Parcela A (viii)	42.353	(43.691)	-	1.338	-	-	-	-	-	-
Sobrecontratação de Energia	25.039	-	(19.427)	-	-	5.612	5.612	-	5.612	-
Crédito de PIS/COFINS	23.519	-	(18.247)	-	-	5.272	5.272	-	5.272	-
Outros	1.561	382	(839)	69	-	1.173	242	931	1.039	134
<b>Passivo Financeiro Setorial</b>	<b>(931.680)</b>	<b>(214.085)</b>	<b>501.281</b>	<b>(46.367)</b>	<b>(12.545)</b>	<b>(703.396)</b>	<b>(143.115)</b>	<b>(560.281)</b>	<b>(619.875)</b>	<b>(83.521)</b>
Aquisição de Energia - (CVAenerg) (iv)	(65.890)	2.067	56.611	(7.557)	-	(14.769)	(14.769)	-	(14.769)	-
Custo da Energia de Itaipu (vi)	(91.067)	-	52.861	(2.219)	-	(40.425)	(15.271)	(25.154)	(36.792)	(3.633)
Proinfa	(7.605)	-	6.211	(311)	-	(1.705)	(1.705)	-	(1.705)	-
Transporte de Energia - Itaipu	(67)	53	-	14	-	-	-	-	-	-
CDE	(65.258)	68.466	-	(3.208)	-	-	-	-	-	-
Neutralidade Parcela A (viii)	(133.673)	(62.917)	103.712	(5.762)	-	(98.640)	(29.960)	(68.680)	(88.720)	(9.920)
Devoluções Tarifárias	(73.846)	(38.363)	34.658	(1.581)	-	(79.132)	(10.012)	(69.120)	(61.927)	(17.205)
Bandeiras Tarifárias	(19.779)	(12.271)	-	-	-	(32.050)	-	(32.050)	(32.050)	-
Risco Hidrológico (ix)	(412.359)	(164.787)	209.256	(21.302)	-	(389.192)	(60.452)	(328.740)	(341.707)	(47.485)
CDE Modicidade Eletrobras	(45.567)	-	31.028	(2.859)	(10.539)	(27.937)	(8.964)	(18.973)	(25.196)	(2.741)
Bônus Itaipu - Decreto 11.027/2022	-	(1.354)	-	(94)	-	(1.448)	-	(1.448)	(1.239)	(209)
Outros	(16.569)	(4.979)	6.944	(1.488)	(2.006)	(18.098)	(1.982)	(16.116)	(15.770)	(2.328)
<b>Saldo Ativos (Passivos)</b>	<b>(409.999)</b>	<b>(91.255)</b>	<b>277.023</b>	<b>(11.325)</b>	<b>(12.545)</b>	<b>(248.101)</b>	<b>(81.015)</b>	<b>(167.086)</b>	<b>(221.375)</b>	<b>(26.726)</b>

## Notas Explicativas

O saldo do ativo financeiro setorial em constituição é em função da cobertura tarifária não estar aderente em relação aos custos incorridos, ou seja, uma cobertura tarifária insuficiente para cobrir todos os custos gerando um valor a ser recebido no RTA de 2025.

(i) As transferências são decorrentes de outros ativos e passivos para a parcela A.

(ii) Saldo em amortização: Corresponde a amortização em 12 meses dos itens incluídos no RTA de agosto de 2024 (Nota técnica 126/2024 – resolução homologatória 3.374/2024).

(iii) Saldo em constituição: Corresponde a constituição, ativa ou passiva, dos itens que serão incluídos no próximo RTA que ocorrerá em agosto de 2025.

(iv) Custos de Aquisição de Energia: O valor em constituição é decorrente da diferença entre os custos de energia realizados e a cobertura tarifária concedida pela ANEEL. Em junho/2025 a Celesc registra um ativo em constituição de CVA energia por ter seu custo de energia superior ao homologado pela Aneel na última revisão tarifária (Nota técnica 126/2024 – resolução homologatória 3.374/2024).

(v) Transporte Rede Básica: Essa conta sofre impacto do aumento das tarifas definidas pela ANEEL para a atividade de transmissão. Portanto, a constituição de ativo regulatório desta conta está em linha com o que podemos observar nos últimos anos. Como o reajuste tarifário da Celesc é homologado já com as novas tarifas de transmissão dos próximos 12 meses, a CVA Rede Básica percebe os efeitos de mercado e dos novos pontos de uso.

(vi) Custo da energia de Itaipu: Os custos de energia elétrica de Itaipu atribuídos mensalmente às distribuidoras são valorados de acordo com o câmbio do dólar. Reflete a variação do custo em relação ao que foi estipulado como cobertura Pmix no reajuste tarifário anual 2024 (Nota técnica 126/2024 – resolução homologatória 3.374/2024).

(vii) Encargos de Serviços de Sistema (ESS): O valor em constituição é decorrente da diferença entre os custos realizados e a cobertura tarifária concedida pela ANEEL.

(viii) Neutralidade da Parcela A: A Neutralidade é calculada considerado as diferenças mensais apuradas entre os valores faturados de cada item no Período de Referência e os respectivos valores contemplados no reposicionamento tarifário anterior. No reajuste tarifário anual de 2024 (Nota técnica 126/2024 – resolução homologatória 3.374/2024) verificou-se que o mercado faturado pela Celesc foi maior que o considerado como referência para a definição das tarifas do período, justificando a contabilização realizada na coluna "Saldo em amortização". A mesma situação é verificada para os valores contabilizados na coluna "Saldo em constituição" onde a Celesc também apresenta um passivo por ter registrado até junho/2025 um mercado faturado maior do que o considerado como referência para o ciclo 2024/2025.

(ix) Risco Hidrológico – Antecipação: Os valores em constituição, referem-se a reversão da cobertura tarifária dos custos de Risco Hidrológico, prevista no processo tarifário, que fazem frente aos custos do GSF para as usinas hidrelétricas. Já os valores em amortização se referem ao saldo do risco hidrológico concedido pela ANEEL no reajuste tarifário anual 2024 (Nota técnica 126/2024 – Resolução Homologatória 3.374/2024).

### 13.2. Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga

Em 2016, a Celesc G pagou R\$228,6 milhões a título de Bonificação de Outorga – BO, nos termos da Lei nº 12.783/2013 e conforme regras do Edital de Leilão Aneel nº 12/2015, referentes às novas concessões das Usinas Garcia, Bracinho, Palmeiras, Cedros e Salto. A devolução desse montante está inclusa na RAG dessas usinas e será ressarcido pelos consumidores ao longo de 30 anos com reajuste anual pelo IPCA, conforme definido pela ANEEL.

O saldo do ativo financeiro para cada uma das usinas é calculado pelo valor pago do Retorno de Bonificação de Outorga – RBO, por meio da RAG homologada anualmente pela ANEEL; pelos juros mensais calculados com base na Taxa de Juros Efetiva – TIR; e a atualização monetária pelo IPCA.

## Notas Explicativas

Descrição						Consolidado
	Usina Garcia	Usina Bracinho	Usina Cedros	Usina Salto	Usina Palmeiras	Total
<b>Saldo em 31.12.2024</b>	<b>54.304</b>	<b>78.243</b>	<b>59.615</b>	<b>36.284</b>	<b>144.421</b>	<b>372.867</b>
<b>Circulante</b>						<b>43.449</b>
<b>Não Circulante</b>						<b>329.418</b>
Atualização Monetária	1.572	2.265	1.727	1.048	4.191	10.803
Juros	3.258	4.760	3.507	2.475	7.637	21.637
Amortização	(3.439)	(4.966)	(3.685)	(2.528)	(8.231)	(22.849)
<b>Saldo em 30.06.2025</b>	<b>55.695</b>	<b>80.302</b>	<b>61.164</b>	<b>37.279</b>	<b>148.018</b>	<b>382.458</b>
<b>Circulante</b>						<b>45.271</b>
<b>Não Circulante</b>						<b>337.187</b>

A amortização do ativo financeiro Bonificação de Outorga ocorre em contrapartida ao reconhecimento da receita de suprimento de energia elétrica.

## 14. ATIVO FINANCEIRO INDENIZÁVEL – CONCESSÃO

Descrição			Consolidado
	30.06.2025	31.12.2024	
<b>Ativo Financeiro Indenizável – Distribuição de Energia</b>	<b>1.118.535</b>	<b>946.294</b>	
Em Serviço	1.118.535	946.294	
<b>Ativo Financeiro Indenizável – Geração de Energia</b>	<b>175.570</b>	<b>171.191</b>	
Ativo Indenizável	2.421	2.421	
Ativo Indenizável – Projeto Básico Usina Pery	173.149	168.770	
<b>Total</b>	<b>1.294.105</b>	<b>1.117.485</b>	
<b>Circulante</b>	<b>19.837</b>	<b>19.039</b>	
<b>Não Circulante</b>	<b>1.274.268</b>	<b>1.098.446</b>	

### 14.1. Ativo Financeiro Indenizável – Distribuição de Energia

As obras em andamento relacionadas principalmente com a construção e ampliação de subestações, linhas e redes de distribuição e equipamentos de medição, mensurados ao custo histórico, líquidos das obrigações especiais, são contabilizadas como Ativos de Contrato.

À medida que essas obras são concluídas, em virtude da prorrogação do 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 56/1999, a Celesc D bifurca seus bens vinculados à concessão em Ativo Intangível e Ativo Financeiro Indenizável.

Com base na Interpretação Técnica ICPC 01/IFRIC 12 – Contratos de Concessão, o Ativo Financeiro Indenizável, refere-se ao valor justo dos investimentos realizados, vinculados à concessão, correspondente ao direito estabelecido de receber caixa via indenização no momento da reversão dos ativos ao poder concedente no término da concessão.

A parcela da infraestrutura que será utilizada durante a concessão é bifurcada para o Ativo Intangível, sendo amortizada até o final da concessão.

Descrição	Consolidado
	Total
<b>Saldo em 31.12.2024</b>	<b>946.294</b>
(-) Transferência de Ativo de Contrato	151.871
(+) Atualização do Ativo Financeiro Indenizável - Concessão (i)	21.941
(-) Resgate	(1.571)
<b>Saldo em 30.06.2025</b>	<b>1.118.535</b>
(i) IPCA	

O reconhecimento do valor justo do Ativo Financeiro Indenizável da concessão de distribuição é contabilizado como receita operacional bruta.

### 14.2. Ativo Financeiro Indenizável – Geração de Energia

A ANEEL, por meio da Resolução Normativa – REN nº 596/2013, definiu os detalhes das regras de indenização do valor residual dos ativos vinculados as concessões. A Celesc G requereu ao poder

## Notas Explicativas

concedente ao final das concessões das Usinas Bracinho, Cedros, Salto e Palmeiras, a título de indenização, conforme critérios e procedimentos para cálculos estabelecidos pela REN, os investimentos efetuados em infraestrutura e não depreciados no período de concessão, por possuir direito incondicional de ser indenizada, conforme previsto em contrato.

Conforme a REN nº 942/2021 a documentação comprobatória das melhorias deveria ser protocolada em até 1 (um) ano contado da vigência da norma. Em relação a este ponto, a Celesc G contratou empresa credenciada na ANEEL e protocolou Laudo de Avaliação confeccionado.

Com significativa duração em sua discussão, o processo de indenização dessas concessões ainda está em tramitação na Agência Reguladora, cujos aspectos infra legais não discutem o direito definido. Vale destacar que a ANEEL solicitou, no decorrer do biênio 2023-2024, o envio de dados complementares com vistas à validação do laudo enviado e à definição do valor de indenização. Os saldos dos ativos financeiros requeridos na indenização estão apresentados na tabela seguir:

Usinas	30.06.2025	Consolidado
		31.12.2024
UHE Bracinho	85	85
UHE Cedros	195	195
UHE Salto	1.906	1.906
UHE Palmeiras	235	235
<b>Total</b>	<b>2.421</b>	<b>2.421</b>

### 14.3. Ativo Financeiro Indenizável – Projeto Básico Usina Pery

Em 2017, a concessão da Usina Pery – UHE Pery foi prorrogada nos termos da Lei Federal nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, pelo regime de cotas da garantia física de energia e de potência, ocasião na qual foi assinado com o Ministério de Minas e Energia - MME, em 7 de julho de 2017, o 4º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 006/2013 – ANEEL. A concessão foi prorrogada pelo período de 30 anos com termo final em 9 de julho de 2047.

Entretanto, durante os processos de homologação das Receitas Anuais de Geração – RAG, nos anos de 2018, 2019 e 2020, a ANEEL optou por reajustar o Custo de Melhorias da Gestão dos Ativos de Geração – GAG Melhorias, sem definir a remuneração para a indenização dos investimentos dos bens reversíveis não amortizados e não depreciados da concessão anterior, com base no que estabelece o Artigo 15 da Lei Federal nº 12.783/2013, nos termos do Artigo 3º da Portaria MME nº 257, de 5 de julho de 2017.

Por meio do Despacho nº 2.018, de 6 de julho de 2021, a ANEEL homologou o direito à Celesc G de receber indenização do Projeto Básico da Usina Pery no montante de R\$114,5 milhões incorporada na RAG, retroativo a 1º de julho de 2018, atualizado pelo IPCA e por juros remuneratórios mensais calculados com base na TIR.

Em 30 de junho de 2025, o saldo atualizado é de R\$173,1 milhões. O saldo é amortizado mensalmente, em contrapartida ao reconhecimento da receita de suprimento de energia elétrica, até o final do prazo final de concessão que ocorrerá em julho de 2047, conforme valores homologados na RAG anualmente, sendo que, para o ciclo de 2024/2025, R\$19,9 milhões se referem à indenização.

Descrição	Consolidado
	Usina Pery
<b>Saldo em 31.12.2024</b>	<b>168.770</b>
Atualização Monetária	4.895
Juros	9.472
Amortização	(9.988)
<b>Saldo em 30.06.2025</b>	<b>173.149</b>
<b>Circulante</b>	<b>19.837</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>153.312</b>

### 15. ATIVO DE CONTRATO

Referem-se aos valores do ativo em construção e ampliação de subestações, linhas e redes de distribuição e equipamentos de medição, mensurados ao custo histórico e líquidos das obrigações

## Notas Explicativas

especiais, relacionados ao Contrato de Concessão de distribuição de energia, sendo classificados como ativo de contrato por estarem sujeitos à satisfação de obrigações de desempenho.

Quando da conclusão da construção da infraestrutura, os referidos ativos de contrato são transferidos para Ativo Financeiro Indenizável ou Ativo Intangível, conforme a forma de remuneração. Os referidos ativos de contrato são bifurcados como Ativo Financeiro Indenizável, no escopo do pronunciamento CPC 48/IFRS 9, ou como intangível, conforme a forma de remuneração descrita no ICPC 01/IFRIC 12.

	<b>Consolidado</b>
<b>Descrição</b>	
<b>Saldo em 31.12.2023</b>	<b>486.893</b>
(-) Transferências para Ativo Intangível	(559.068)
(-) Transferências para Ativo Financeiro	(142.149)
(+) Adições de Ativo de Contrato - Bens Infraestrutura da Distribuição	1.127.257
(+) Adições de Ativo de Contrato - Bens Administrativos	103.193
(-) Obrigações Especiais em Curso - OE	(244.715)
(-) Baixa de Ativo de Contrato para Resultado	(54)
<b>Saldo em 31.12.2024</b>	<b>771.357</b>
(-) Transferências para Ativo Intangível	(309.016)
(-) Transferências para Ativo Financeiro	(151.870)
(+) Adições de Ativo de Contrato - Bens Infraestrutura da Distribuição	601.392
(+) Adições de Ativo de Contrato - Bens Administrativos	50.320
(-) Obrigações Especiais em Curso - OE	(144.671)
<b>Saldo em 30.06.2025</b>	<b>817.512</b>

As obrigações especiais representam os recursos relativos à participação financeira do consumidor, da União, Estados e Municípios, destinados a investimentos em empreendimentos vinculados à concessão, e não são passivos onerosos ou créditos do acionista.

Do valor de R\$50,3 milhões de bens administrativos investidos no primeiro semestre de 2025, R\$36,4 milhões foram investimentos em software. A recuperação desses gastos se dará na Revisão Tarifária Periódica do 6º Ciclo, que acontecerá em 2026, por meio da Base de Anuidade Regulatória - BAR, que é um dos mecanismos de remuneração dos ativos de uma concessionária, juntamente com a Base de Remuneração Regulatória - BRR.

A BAR é composta por valores equivalentes a determinados grupos de contas, como:

- Software e outros intangíveis;
- Terrenos de administração;
- Edificações, obras civis e benfeitorias de administração;
- Máquinas e equipamentos de administração;
- Veículos;
- Móveis e utensílios.

**Notas Explicativas****16. PARTES RELACIONADAS**

A Companhia possui política de transações com partes relacionadas e os saldos constantes no ativo e no passivo, circulante e não circulante, estão demonstrados na tabela a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
	Contas a Receber	Outros Débitos	Contas a Receber	Outros Débitos
<b>Fundação de Seguridade (i)</b>				
<b>CELOS</b>				
Contrib. Prev., Plano Saúde e Outros	-	-	-	1.621.142
Faturamento Energia	-	-	7	-
<b>Coligadas e Controladas em Conjunto</b>				
<b>DFESA (ii)</b>				
Compra de Energia	-	-	-	1.356
Dividendos e JCP	54	-	54	-
<b>SC Gás</b>				
Dividendos e JCP	2.798	-	2.798	-
<b>EDP</b>				
Dividendos e JCP	-	-	3.222	-
<b>ECTE</b>				
Dividendos e JCP	4,378	-	4.378	-
<b>Controladas</b>				
<b>Celesc G</b>				
Dividendos e JCP	45.072	-	-	-
<b>Celesc D (iii)</b>				
Pessoal à Disposição	-	891	-	-
Dividendos e JCP	175.302	-	-	-
<b>Saldo em 31.12.2024</b>	<b>227.604</b>	<b>891</b>	<b>10.459</b>	<b>1.622.498</b>
<b>Fundação de Seguridade</b>				
<b>CELOS</b>				
Contrib. Prev., Plano Saúde e Outros	-	96	-	1.617.820
<b>Coligadas e Controladas em Conjunto</b>				
<b>DFESA</b>				
Compra de Energia	-	-	-	1.312
<b>SC Gás</b>				
Dividendos e JCP	2.168	-	2.168	-
<b>ECTE</b>				
Dividendos e JCP	2.255	-	2.255	-
<b>Controladas</b>				
<b>Celesc G</b>				
Dividendos e JCP	22.536	-	-	-
<b>Celesc D</b>				
Pessoal à Disposição	-	739	-	-
Dividendos e JCP	205.771	-	-	-
<b>Saldo em 30.06.2025</b>	<b>232.730</b>	<b>835</b>	<b>4.423</b>	<b>1.619.132</b>

## Notas Explicativas

Descrição	Controladora			Consolidado		
	Despesas Operacionais	Outras Despesas	Receitas Financeiras	Despesas Operacionais	Receita de Vendas	Custo Revenda Convencional
<b>Fundação de Seguridade</b>						
<b>CELOS</b>						
Planos Previdenciários e Assistenciais	(10)	-	-	(72.589)	-	-
Faturamento de Energia	-	-	-	-	51	-
<b>Coligada</b>						
<b>DFESA</b>						
Compra de Energia	-	-	-	-	-	(7.224)
<b>Controlada</b>						
<b>Celesc D</b>						
Taxa de Arrecadação de Convênio Pessoal à Disposição	-	(884)	-	-	-	-
	(4.399)	-	-	-	-	-
<b>Saldo em 30.06.2024</b>	<b>(4.409)</b>	<b>(884)</b>	<b>-</b>	<b>(72.589)</b>	<b>51</b>	<b>(7.224)</b>
<b>Fundação de Seguridade</b>						
<b>CELOS</b>						
Planos Previdenciários e Assistenciais	(12)	-	-	(82)	-	-
Faturamento de Energia	-	-	-	-	47	-
<b>Coligada</b>						
<b>DFESA</b>						
Compra de Energia	-	-	-	-	-	(7.184)
<b>Controlada</b>						
<b>Celesc D</b>						
Taxa de Arrecadação de Convênio Pessoal à Disposição	-	(883)	-	-	-	-
	(4.577)	-	-	-	-	-
<b>Saldo em 30.06.2025</b>	<b>(4.589)</b>	<b>(883)</b>	<b>-</b>	<b>(82)</b>	<b>47</b>	<b>(7.184)</b>

(i) A Celesc D é patrocinadora da Fundação Celos de Previdência Complementar, fornecendo benefícios a seus empregados, de Contribuição Previdenciária, Plano Saúde e Outros benefícios. A Celos possui 8,63% das ações ordinárias da Companhia.

(ii) A DFESA, empresa coligada da Companhia, tem contrato de venda de energia de curto e longo prazo firmado com a Celesc G, para revenda. O contrato inicialmente firmado entre as partes, para o período de dez anos (2015-2025), foi prorrogado até 31 de agosto de 2033, para compra de 15,1862 MW médios, ao valor de R\$120,00 (cento e vinte reais) por MW médios.

(iii) A Celesc D cobra da Companhia um percentual, correspondendo a uma taxa, sobre a prestação de serviço de arrecadação de convênio por meio da fatura de energia.

A Companhia possui transações com seu acionista majoritário o Governo do Estado de Santa Catarina. Pelo fato de o Governo ser um ente estatal e possuir o controle sobre o Grupo, a Companhia está isenta de divulgação das transações, saldos e compromissos, de acordo com o CPC 05 (R1)/IAS 24 – Divulgação sobre Partes Relacionadas.

Destaca-se que as transações efetuadas estão relacionadas ao pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio pela Companhia, a cobrança do fornecimento de energia e de pessoal à disposição pela Celesc D. Tem-se ainda a obrigatoriedade do recolhimento do ICMS devido, do ICMS de substituição tributária dos consumidores livres, além da transação de utilização de crédito de ICMS, relacionada a i) obras do sistema elétrico necessário à expansão de indústrias catarinenses e ii) obras de deslocamento de redes de distribuição de energia elétrica em decorrência de duplicações, pavimentações e alterações de traçado de rodovias estaduais ocorridas no âmbito de programa estadual denominado Pacto Pelas Estradas.

### 16.1 Remuneração do Pessoal Chave da Administração

As remunerações dos administradores (Conselho de Administração – CA, Conselho Fiscal – CF e Diretoria Executiva) estão demonstradas a seguir:

## Notas Explicativas

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.06.2025	30.06.2024	30.06.2025	30.06.2024
Honorários	3.908	5.093	3.908	5.093
Participação nos Lucros e/ou Resultados (i)	1.625	-	1.625	-
Encargos Sociais	1.395	1.228	1.395	1.228
Outros	605	641	605	641
<b>Total</b>	<b>7.533</b>	<b>6.962</b>	<b>7.533</b>	<b>6.962</b>

A estrutura e a composição dos órgãos estatutários das Subsidiárias Integrais Celesc D e Celesc G, são constituídos, obrigatoriamente, pelos membros eleitos para ocupar os respectivos cargos na Companhia.

(i) Fazem jus à participação nos lucros e/ou resultados (PLR) apenas os membros da Diretoria Executiva.

## 17. RESULTADO COM IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA – IRPJ E COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO – CSLL

### 17.1. Composição do IRPJ e da CSLL Diferidos Líquidos

A tabela a seguir apresenta os saldos das contas do IRPJ e CSLL diferidos:

Descrição	Consolidado	
	30.06.2025	31.12.2024
Ativo	584.839	659.034
Passivo	(114.378)	(108.460)
<b>Tributo Diferido Líquido</b>	<b>470.461</b>	<b>550.574</b>

Do total de R\$470,5 milhões de tributos diferidos líquidos, o valor de R\$584,8 milhões do ativo diferido é proveniente das diferenças temporárias da Celesc D, enquanto que o passivo diferido de R\$114,3 milhões se refere a Celesc G.

Diferenças Temporárias	Consolidado					
	Diferido Ativo		Diferido Passivo		Diferido Líquido	
	30.06.2025	31.12.2024	30.06.2025	31.12.2024	30.06.2025	31.12.2024
Provisão p/ Contingências	114.967	146.346	-	-	114.967	146.346
Provisão p/ Perdas em Ativos	16.548	37.426	-	-	16.548	37.426
Benefício Pós-Emprego	570.106	573.620	-	-	570.106	573.620
Arrendamento – CPC 06	245	226	-	-	245	226
Custo Atribuído	-	-	6.215	6.356	(6.215)	(6.356)
Efeitos ICPC 01 – Contratos de Concessão	-	-	42.383	43.442	(42.383)	(43.442)
Efeitos CPC 39 – Instrumentos Financeiros	-	-	52.222	53.527	(52.222)	(53.527)
Bonificação de Outorga	-	-	71.430	67.242	(71.430)	(67.242)
Ativo Financeiro Usina Pery	-	-	27.497	25.497	(27.497)	(25.497)
Repactuação Risco Hidrológico GSF	-	-	13.618	13.882	(13.618)	(13.882)
Operações Hedge	-	3.190	17.780	-	(17.780)	3.190
Outras Provisões	-	-	260	288	(260)	(288)
<b>Total</b>	<b>701.866</b>	<b>760.808</b>	<b>231.405</b>	<b>210.234</b>	<b>470.461</b>	<b>550.574</b>

### 17.2. Constituição de Tributo Diferido Ativo Sobre Prejuízo Fiscal

De acordo com o CPC 32/IAS12, a Controladora não registrou tributo diferido ativo sobre prejuízo fiscal no montante de R\$96,3 milhões, devido a improbabilidade de haver lucro tributável futuro disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

### 17.3. Realização dos Ativos Diferidos

A base tributável do IRPJ e CSLL decorrem não apenas do lucro gerado, mas da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, sem correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Desse modo, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

A realização dos tributos diferidos tem como base as projeções orçamentárias aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia, tendo como objetivo definir e apresentar ações necessárias para o

## Notas Explicativas

atendimento às demandas regulatórias de forma também a convergir para o cumprimento do contrato de concessão.

A Administração da Companhia considera que os ativos diferidos provenientes das diferenças temporárias serão realizados, na proporção da resolução final das contingências e dos eventos a que se referem quando serão compensados com os lucros tributáveis.

Os tributos diferidos sobre o passivo atuarial de benefícios a empregados estão sendo realizados pelo pagamento das contribuições.

As estimativas de realização para o saldo do total do ativo de 30 de junho de 2025 são:

Ano	Consolidado	
	30.06.2025	31.12.2024
2025	25.706	34.472
2026	17.199	17.199
2027	15.122	15.122
2028	13.663	13.663
2029+	630.176	680.352
<b>Total</b>	<b>701.866</b>	<b>760.808</b>

### 17.4. Conciliação IRPJ e CSLL Reconhecidos no Patrimônio Líquido

A movimentação do custo atribuído e os valores de IRPJ e CSLL, reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, está demonstrada a seguir:

Descrição	Consolidado	
	Valores	
<b>Saldo em 31.12.2023</b>	<b>23.971</b>	
(-) Baixa do Custo Atribuído	(841)	
(+) Tributos (IRPJ/CSLL)	286	
<b>Saldo em 31.12.2024</b>	<b>23.416</b>	
(-) Baixa do Custo Atribuído	(416)	
(+) Tributos (IRPJ/CSLL)	142	
<b>Saldo em 30.06.2025</b>	<b>23.142</b>	

### 17.5. Conciliação IRPJ e CSLL Reconhecidos em outros Resultados Abrangentes

A movimentação do Benefício a empregados com os valores de IRPJ e CSLL, reconhecidos diretamente em outros resultados abrangentes, está demonstrada a seguir:

Descrição	Consolidado	
	Valores	
<b>Saldo em 31.12.2023</b>	<b>1.427.541</b>	
(+) Adição dos Benefícios a empregados	(386.707)	
(-) Tributos (IRPJ/CSLL)	131.480	
<b>Saldo em 31.12.2024</b>	<b>1.172.314</b>	
(+) Adição dos Benefícios a empregados	-	
(-) Tributos (IRPJ/CSLL)	-	
<b>Saldo em 30.06.2025</b>	<b>1.172.314</b>	

### 17.6. Conciliação do IRPJ e da CSLL Corrente e Diferido

A conciliação da despesa de IRPJ e CSLL, pela alíquota nominal e efetiva, está demonstrada a seguir:

## Notas Explicativas

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.06.2025	30.06.2024	30.06.2025	30.06.2024
<b>Lucro/(Prejuízo) antes do IRPJ e da CSLL</b>	<b>402.102</b>	<b>508.691</b>	<b>566.710</b>	<b>712.581</b>
Alíquota Nominal Combinada do IRPJ e da CSLL	34%	34%	34%	34%
<b>IRPJ e CSLL</b>	<b>(136.715)</b>	<b>(172.955)</b>	<b>(192.681)</b>	<b>(242.278)</b>
<b>Adições e Exclusões Permanentes</b>				
Equivalência Patrimonial	140.504	177.597	10.198	10.054
Benefício Fiscal	-	-	(90)	(67)
Incentivo Fiscal	-	-	1.479	3.164
Juros sobre Capital Próprio	(8.490)	(5.144)	38.758	28.274
Provisões Indedutíveis	6.479	1.134	6.479	1.134
Multas Indedutíveis	-	-	(26.977)	(4.716)
IRPJ/CSLL s/ Prejuízo Fiscal não constituído	403	49	403	49
Participação dos Administradores	(787)	(785)	(829)	(823)
Lei do Bem	-	-	-	518
Outras Adições (Exclusões)	(2.322)	991	(2.276)	1.688
<b>Total IRPJ e CSLL Corrente e Diferido</b>	<b>(928)</b>	<b>887</b>	<b>(165.536)</b>	<b>(203.003)</b>
Corrente	(928)	(31)	(85.424)	(175.006)
Diferido	-	918	(80.112)	(27.997)
<b>Alíquota Efetiva</b>	<b>0,23%</b>	<b>-0,17%</b>	<b>29,21%</b>	<b>28,49%</b>

### 17.7. Incerteza sobre tratamento de IRPJ e CSLL

#### 17.7.1. Procedimento de ação fiscal nº 0900100-2018-00117-1

Em 24 de setembro de 2018 a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – SERFB iniciou procedimento de ação fiscal nº 0900100-2018-00117-1. Desse procedimento resultou, em 8 de janeiro de 2019, na lavratura do auto de infração nº 10980.727742/2018-81 no valor de R\$306,8 milhões. O referido auto de infração, está relacionado à apuração do lucro real e da base de cálculo CSLL, assim imputando à concessionária:

a) Ajustes indevidos atribuídos à Conta de Compensação de Variação de valores de Itens da Parcela A – CVA;

b) Inobservância do prazo restante do contrato de concessão para fins das determinações previstas no artigo 69 da Lei Federal nº 12.973/2014.

Após a análise da Administração, constatou-se que os valores apurados pelo ente fiscal se encontram dissociados das normas tributárias, doutrina e decisões judiciais em casos análogos. A Administração, por meio de assessoria jurídica e tributária contratada exclusivamente para essa finalidade, entende que os procedimentos adotados serão provavelmente aceitos em decisões de tribunais superiores de última instância (probabilidade de aceite >50%), pelo seu valor total e, por esse motivo, não registrou qualquer passivo de IRPJ/CSLL em relação a essas ações.

Em 2020, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF, em julgamento do Recurso Voluntário interposto pela Companhia, deu provimento parcial ao pedido, para o fim de cancelar as exigências referentes aos ajustes (adições) de que trata o artigo 69 da Lei nº 12.973/2014, e à aplicação de multas isoladas por falta de recolhimento de estimativas, mantendo-se a exigência para se tributar os ajustes positivos relacionados ao CVA por regime de competência. O processo administrativo encerrou.

Em 20 de outubro de 2023, a Celesc propôs ação anulatória do crédito tributário mantido na esfera administrativa, oferecendo em garantia apólice de seguro, a qual foi aceita pelo fisco federal. O processo encontra-se em fase inicial de tramitação.

Por sua vez, em 07 de dezembro de 2023, a União – Fazenda Nacional propôs a execução fiscal da CDA relativa ao tributo, cujo valor atualizado é de R\$ 264,66 milhões. A execução fiscal encontra-se suspensa em decorrência da penhora dos direitos do seguro-garantia da ação anulatória precedente.

## Notas Explicativas

### 17.7.2. Apuração IRPJ e CSLL - Exclusão do ICMS sobre a base de cálculo do PIS e da COFINS

Em 16 de julho de 2024 a SERFB iniciou procedimento de ação fiscal TIF nº 08.1.69.00-2024-00068-5. Desse procedimento resultou, em 25 de novembro de 2024, na lavratura do auto de infração através do PAF nº 17459-720.040/2024-71 no valor de R\$746,6 milhões. O referido auto de infração, está relacionado à constituição de crédito de IRPJ e CSLL acrescidos de multa de ofício, multa isolada e juros de mora, assim imputando à concessionária:

- a) Ausência de adição ao lucro líquido oriunda de indébito tributário, referente à ação judicial relativa à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS, nos anos-calendário 2019 e 2020;
- b) Multa isolada por falta de reconhecimento das estimativas mensais de IRPJ e CSLL, nos anos-calendário 2019 e 2020.

Após a análise da Administração, constatou-se que os valores apurados pelo ente fiscal se encontram dissociados de próprio entendimento expresso pelas próprias autoridades fiscais, durante a primeira etapa do procedimento de fiscalização, onde foi expressamente indicado concordância com o tratamento tributário adotado pela Companhia. A Administração, por meio de assessoria jurídica e tributária contratada exclusivamente para essa finalidade, entende que os procedimentos adotados serão provavelmente aceitos em decisões de tribunais superiores de última instância (probabilidade de aceite >50%), pelo seu valor total e, por esse motivo, não registrou qualquer passivo de IRPJ/CSLL em relação a essas ações.

Em 24 de dezembro de 2024, a Celesc apresentou pedido de impugnação junto à Delegacia de Julgamento – DRJ pretendendo demonstrar a improcedência das acusações fiscais e a necessidade de cancelamento integral das exigências fiscais. A Companhia acompanha o andamento do Processo Administrativo Fiscal.

## 18. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS, CONTROLADAS EM CONJUNTO E COLIGADAS

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.06.2025	31.12.2024	30.06.2025	31.12.2024
<b>Controladas</b>	<b>3.416.075</b>	<b>3.167.330</b>	-	-
Celesc D	2.603.824	2.336.421	-	-
Celesc G	812.251	830.909	-	-
<b>Controladas em Conjunto</b>	<b>168.994</b>	<b>164.648</b>	<b>168.994</b>	<b>164.648</b>
SCGÁS	168.994	164.648	168.994	164.648
<b>Coligadas</b>	<b>93.366</b>	<b>101.514</b>	<b>138.173</b>	<b>218.211</b>
ECTE	56.848	66.784	56.848	66.784
DFESA	36.518	34.730	36.518	34.730
SPEs	-	-	44.807	116.697
<b>Total</b>	<b>3.678.435</b>	<b>3.433.492</b>	<b>307.167</b>	<b>382.859</b>

### 18.1. Informações sobre Investimentos

Descrição	Controladora										
	Ações da Companhia		Participação da Companhia		Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Patrimônio Líquido	Receitas	Lucro
	Ordinárias	Capital Social	Capital Votante	Capital Social							
<b>Saldo em 31.12.2024</b>											
Celesc D	630.000	100,00%	100,00%	3.527.841	7.921.476	2.965.847	6.147.049	2.336.421	10.478.617	591.104	
Celesc G	43.209	100,00%	100,00%	193.745	847.572	70.707	139.701	830.909	189.436	103.149	
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	145.706	549.750	72.869	406.351	216.236	61.909	56.697	
SCGÁS	1.827	17,00%	51,00%	582.922	553.179	241.614	92.220	802.267	1.934.008	173.340	
DFESA	153.381	23,03%	23,03%	18.939	152.987	17.967	3.158	150.801	66.969	23.247	
<b>Saldo em 30.06.2025</b>											
Celesc D	630.000	100,00%	100,00%	3.393.992	8.187.270	2.999.559	5.977.879	2.603.824	5.773.039	338.466	
Celesc G	43.209	100,00%	100,00%	812.251	115.288	55.683	143.428	812.251	109.641	49.244	
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	184.064	117.325	115.729	357.170	184.064	27.559	23.650	
SCGÁS	1.827	17,00%	51,00%	832.153	553.113	175.529	82.650	832.153	771.684	88.600	
DFESA	153.381	23,03%	23,03%	158.563	20.571	13.148	923	158.563	33.119	13.762	

## Notas Explicativas

**Consolidado**

Descrição	Ações da Companhia		Participação da Companhia		Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Patrimônio Líquido	Receitas	Lucro ou Prejuízo
	Ordinárias		Capital Social	Capital Votante							
<b>Saldo em 31.12.2024</b>											
ECTE	13.001		30,88%	30,880%	145.706	549.750	72.869	406.351	216.236	61.909	56.697
SCGÁS	1.827		17,00%	51,000%	582.922	553.179	241.614	92.220	802.267	1.934.008	173.340
DFESA	153.381		23,03%	23,030%	18.939	152.987	17.967	3.158	150.801	66.969	23.247
Rondinha Energética	13.332		32,50%	32,500%	1.894	40.454	71	600	41.677	4.898	(1.236)
Cia Energética Rio das Flores	8.035		26,07%	26,070%	32.120	49.215	28.090	1.696	51.549	15.636	11.738
Xavantina Energética	271		40,00%	40,000%	3.290	28.386	2.288	-	29.388	13.343	2.867
Garça Branca Energética	24.669		49,00%	49,000%	1.326	53.347	1.795	12.708	40.170	5.885	586
EDP Transmissão Aliança SC	16.450		10,00%	10,000%	342.659	2.303.406	810.904	1.215.318	619.843	300.936	91.398
<b>Saldo em 30.06.2025</b>											
ECTE	13.001		30,88%	30,880%	117.325	539.638	115.729	357.170	184.064	27.559	23.650
SCGÁS	1.827		17,00%	51,000%	553.113	537.219	175.529	82.650	832.153	771.684	88.600
DFESA	153.381		23,03%	23,030%	20.571	152.063	13.148	923	158.563	33.119	13.762
Rondinha Energética	13.332		32,50%	32,500%	1.159	39.789	471	-	40.477	1.491	(149)
Cia Energética Rio das Flores	8.035		26,07%	26,070%	36.715	48.743	31.597	1.696	52.165	3.063	7.150
Xavantina Energética	271		40,00%	40,000%	4.242	27.974	3.642	-	28.574	2.545	1.164
Garça Branca Energética	24.669		49,00%	49,000%	1.425	53.166	1.815	12.389	40.387	580	75

## 18.2. Movimentação dos Investimentos

Descrição	Controladora					
	Celesc D	Celesc G	ECTE	SCGÁS	DFESA	Total
<b>Investimentos</b>	<b>2.336.421</b>	<b>830.909</b>	<b>66.784</b>	<b>136.386</b>	<b>34.730</b>	<b>3.405.230</b>
<b>Direito de Concessão</b>	-	-	-	<b>28.262</b>	-	<b>28.262</b>
<b>Saldo em 31.12.2024</b>	<b>2.336.421</b>	<b>830.909</b>	<b>66.784</b>	<b>164.648</b>	<b>34.730</b>	<b>3.433.492</b>
Dividendos e JCP Creditados	(138.965)	(67.902)	(17.240)	(9.983)	(1.382)	(235.472)
Amortização Direito de Uso de Concessão	-	-	-	(733)	-	(733)
Resultado de Equivalência Patrimonial	338.466	49.244	7.304	15.062	3.170	413.246
Aumento de Capital Social	67.902	-	-	-	-	67.902
<b>Investimentos</b>	<b>2.603.824</b>	<b>812.251</b>	<b>56.848</b>	<b>141.465</b>	<b>36.518</b>	<b>3.678.435</b>
<b>Direito de Concessão</b>	-	-	-	<b>27.529</b>	-	<b>27.529</b>
<b>Saldo em 30.06.2025</b>	<b>2.603.824</b>	<b>812.251</b>	<b>56.848</b>	<b>168.994</b>	<b>36.518</b>	<b>3.650.906</b>

Descrição	Consolidado				
	ECTE	SCGÁS (i)	DFESA	SPEs	Total
<b>Investimentos</b>	<b>66.784</b>	<b>136.386</b>	<b>34.730</b>	<b>116.415</b>	<b>354.315</b>
<b>Direito de Concessão</b>	-	<b>28.262</b>	-	-	<b>28.262</b>
<b>Ágio</b>	-	-	-	<b>282</b>	<b>282</b>
<b>Saldo em 31.12.2024</b>	<b>66.784</b>	<b>164.648</b>	<b>34.730</b>	<b>116.697</b>	<b>382.859</b>
Dividendos e JCP Creditados	(17.240)	(9.983)	(1.382)	(4.542)	(33.147)
Amortização Direito de Uso de Concessão	-	(733)	-	-	(733)
Resultado de Equivalência Patrimonial	7.304	15.062	3.170	4.458	29.994
Outros Ajustes (ii)	-	-	-	(71.806)	(71.806)
<b>Saldo em 30.06.2025</b>	<b>56.848</b>	<b>168.994</b>	<b>36.518</b>	<b>44.807</b>	<b>307.167</b>
<b>Investimentos</b>	<b>56.848</b>	<b>141.465</b>	<b>36.518</b>	<b>44.807</b>	<b>279.638</b>
<b>Direito de Concessão</b>	-	<b>27.529</b>	-	-	<b>27.529</b>

### (i) Direito de Uso de Concessão

O direito de uso de concessão foi gerado na compra da participação na SCGÁS. Não é tratado como ágio por ser um investimento em empresa com prazo de concessão definido. O saldo desse ativo, em 30 de junho de 2025, é de R\$27,5 milhões e, em 31 de dezembro de 2024, era de R\$28,3 milhões. Ele será amortizado pelo prazo da concessão da prestação de serviços públicos da investida até 2044.

### (ii) Outros Ajustes

O montante de R\$71,8 milhões, refere-se à venda da participação da Celesc G no investimento da EDP Aliança Transmissão, no valor de R\$60,3 milhões, bem como à alienação e transferência do investimento na Companhia Rio das Flores, no valor de R\$11,5 milhões, para o grupo Ativo Mantido para Venda.

## Notas Explicativas

### 19. IMOBILIZADO

#### 19.1. Composição do Saldo

Descrição	Controladora	
	Ativos de Direito de Uso	
<b>Saldo em 31.12.2024</b>	<b>197</b>	
Custo do Imobilizado	1.146	
Depreciação Acumulada	(949)	
<b>Saldo em 31.12.2024</b>	<b>197</b>	
Depreciação	(118)	
Custo do Imobilizado	1.146	
Depreciação Acumulada	(1.067)	
<b>Saldo em 30.06.2025</b>	<b>79</b>	
<b>Taxa Média de Depreciação</b>	<b>40,00%</b>	

Descrição	Consolidado						Ativos de Direito de Uso	Total
	Terrenos	Reservatórios Barragens e Adutoras	Prédios e Construções	Máquinas e Equipamentos	Outros	Obras em Andamento		
<b>Saldo em 31.12.2024</b>	<b>9.011</b>	<b>19.036</b>	<b>7.649</b>	<b>64.421</b>	<b>1.968</b>	<b>103.006</b>	<b>5.303</b>	<b>210.394</b>
Custo do Imobilizado	19.488	165.795	21.712	138.580	4.106	103.006	41.880	494.567
Provisão p/ Perdas	(3.149)	(21.777)	(840)	(4.067)	(16)	-	-	(29.849)
Depreciação Acumulada	(7.328)	(124.982)	(13.223)	(70.092)	(2.122)	-	(34.858)	(252.605)
(-) Crédito PIS/COFINS Depreciação do Direito Uso Ativos	-	-	-	-	-	-	(1.719)	(1.719)
<b>Saldo em 31.12.2024</b>	<b>9.011</b>	<b>19.036</b>	<b>7.649</b>	<b>64.421</b>	<b>1.968</b>	<b>103.006</b>	<b>5.303</b>	<b>210.394</b>
Adições	-	-	-	-	-	10.345	12.315	22.660
Baixas Saldo Bruto	-	-	-	-	-	(2.153)	-	(2.153)
Depreciação	-	(441)	(80)	(1.383)	(182)	-	(5.023)	(7.109)
(+/-) Transferências	-	-	-	2.921	-	(2.921)	-	-
(-) Crédito PIS/COFINS Depreciação Direito de Uso de Ativos	-	-	-	-	-	-	(21)	(21)
<b>Saldo em 30.06.2025</b>	<b>9.011</b>	<b>18.595</b>	<b>7.569</b>	<b>65.959</b>	<b>1.786</b>	<b>108.277</b>	<b>12.574</b>	<b>223.771</b>
Custo do Imobilizado	19.488	165.795	21.712	141.501	4.106	108.277	54.195	515.074
Provisão p/ Perdas	(3.149)	(21.777)	(840)	(4.067)	(16)	-	-	(29.849)
Depreciação Acumulada	(7.328)	(125.423)	(13.303)	(71.475)	(2.304)	-	(39.881)	(259.714)
(-) Crédito PIS/COFINS Depreciação do Direito Uso Ativos	-	-	-	-	-	-	(1.740)	(1.740)
<b>Saldo em 30.06.2025</b>	<b>9.011</b>	<b>18.595</b>	<b>7.569</b>	<b>65.959</b>	<b>1.786</b>	<b>108.277</b>	<b>12.574</b>	<b>223.771</b>
<b>Taxa Média de Depreciação</b>	<b>-</b>	<b>3,39%</b>	<b>3,14%</b>	<b>3,14%</b>	<b>12,89%</b>	<b>-</b>	<b>46,53%</b>	

#### 19.2. Depreciação

As taxas médias anuais de depreciação estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

Administração	Consolidado Percentuais (%)
Prédios e Construções	6,3
Máquinas e Equipamentos	8,9
Veículos	15,1
Móveis e Utensílios	6,8

Operação	Consolidado Percentuais (%)
Prédios e Construções	1,7
Máquinas e Equipamentos	8,9
Reservatórios, Barragens e Adutoras	4,0
Veículos	14,0
Móveis e Utensílios	4,6

O método de depreciação linear, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

São depreciados pelas taxas estabelecidas na Resolução ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015, os ativos das Usinas Pery, Celso Ramos, Garcia, Palmeiras, Salto Weissbach, Cedros e Bracinho. Também são depreciados pela mesma Resolução as CGHs Caveiras, Ivo Silveira, Piraí, São Lourenço e Rio do Peixe, por possuírem contrato de registro.

Os ativos da Administração Central (prédios e construções, máquinas e equipamentos, veículos e móveis e utensílios) também são depreciados pelas taxas estabelecidas na Resolução ANEEL nº 674/2015.

## Notas Explicativas

### 19.3. Ativos de Direito de Uso e Passivos de Arrendamentos

O Grupo efetua o registro dos montantes a pagar dos contratos de arrendamentos e aluguéis, em contrapartida aos Ativos de Direito de Uso.

<b>ATIVO</b>	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
<b>Saldo (Não Circulante) em 31.12.2024</b>	<b>197</b>	<b>5.303</b>
(+) Adições	-	12.315
(-) Depreciação	(118)	(5.023)
(-) Crédito PIS/COFINS Depreciação Direito de Uso de Ativos	-	(21)
<b>Saldo (Não Circulante) em 30.06.2025</b>	<b>79</b>	<b>12.574</b>

<b>PASSIVO</b>	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
<b>Saldo em 31.12.2024</b>	<b>208</b>	<b>5.978</b>
<b>Circulante</b>	<b>208</b>	<b>2.140</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>-</b>	<b>3.838</b>
(+) Adições	-	12.315
(+) Juros Incorridos	6	469
(-) Pagamento Principal	(123)	(4992)
(-) Juros Pagos	(6)	(469)
<b>Saldo em 30.06.2025</b>	<b>85</b>	<b>13.301</b>
<b>Circulante</b>	<b>85</b>	<b>5.222</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>-</b>	<b>8.079</b>

### 19.4. Vencimentos das Parcelas de Longo Prazo

<b>Anos</b>	<b>Consolidado</b>	
	<b>30.06.2025</b>	<b>31.12.2024</b>
2025/2026	1.956	665
2026/2027	2.027	698
2027/2028	1.324	754
2028/2029	1.317	766
2029+	1.455	955
<b>Total</b>	<b>8.079</b>	<b>3.838</b>

Os ativos reconhecidos possuem as seguintes especialidades:

- Edificações: referem-se aos contratos de aluguéis relativos às lojas de atendimento presencial, localizadas na área de concessão da distribuidora;
- Terrenos: referem-se aos terrenos onde estão instaladas torres de telecomunicação, subestação e almoxarifado;
- Veículos: referem-se ao contrato de aluguel dos veículos, de frota, utilizados na prestação dos serviços e os veículos utilizados pela Diretoria Executiva.

## 20. INTANGÍVEL

<b>Descrição</b>	<b>Controladora</b>
	<b>Direito de Concessão (i)</b>
<b>Saldo em 31.12.2023</b>	<b>3.435</b>
Amortizações	(251)
<b>Saldo em 30.06.2024</b>	<b>3.184</b>
Custo Total	14.248
Amortização Acumulada	(11.064)
<b>Saldo em 30.06.2024</b>	<b>3.184</b>
<b>Saldo em 31.12.2024</b>	<b>2.933</b>
Amortizações	(252)
<b>Saldo em 30.06.2025</b>	<b>2.681</b>
Custo Total	14.248
Amortização Acumulada	(11.567)
<b>Saldo em 30.06.2025</b>	<b>2.681</b>
<b>Taxa Média Amortização</b>	<b>0,88%</b>

## Notas Explicativas

Descrição	Consolidado					Total
	Ativo de Concessão Celesc D (i)	Softwares Adquiridos	Repactuação Risco Hidrológico GSF (ii)	Direito de Concessão (iii)	Itens em Andamento	
<b>Saldo em 31.12.2024</b>	<b>4.816.147</b>	<b>126</b>	<b>40.830</b>	<b>2.933</b>	<b>1.742</b>	<b>4.861.778</b>
Custo Total	8.098.802	7.445	45.879	14.248	1.742	8.168.116
Amortização Acumulada	(3.282.655)	(7.319)	(5.049)	(11.315)	-	(3.306.338)
<b>Saldo em 31.12.2024</b>	<b>4.816.147</b>	<b>126</b>	<b>40.830</b>	<b>2.933</b>	<b>1.742</b>	<b>4.861.778</b>
Adições	-	-	-	-	25	25
Baixas	(39.508)	-	-	-	(731)	(40.239)
Amortizações	(176.825)	(95)	(777)	(252)	-	(177.949)
Transferências do Ativo de Contrato (NE 15)	309.016	-	-	-	-	309.016
<b>Saldo em 30.06.2025</b>	<b>4.908.830</b>	<b>31</b>	<b>40.053</b>	<b>2.681</b>	<b>1.036</b>	<b>4.952.631</b>
Custo Total	8.368.310	7.445	45.879	14.248	1.036	8.225.172
Amortização Acumulada	(3.459.480)	(7.414)	(5.826)	(11.567)	-	(3.394.135)
<b>Saldo em 30.06.2025</b>	<b>4.908.830</b>	<b>31</b>	<b>40.053</b>	<b>2.681</b>	<b>1.036</b>	<b>4.952.631</b>
<b>Taxa Média Amortização</b>	<b>4,7%</b>	<b>20,0%</b>	<b>3,4%</b>	<b>0,9%</b>	<b>0,00%</b>	

(i) As taxas estabelecidas pela ANEEL são utilizadas nos processos de revisão tarifária, cálculo de indenização ao final da concessão e são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão. Desta forma, essas taxas foram utilizadas como base para a avaliação e amortização do ativo intangível.

(ii) A extensão do prazo de concessão pelo poder concedente para as usinas repactuadas pelo risco hidrológico GSF, foi calculado pelo valor justo e reconhecido como Ativo Intangível. Esses ativos serão amortizados linearmente até o final do novo prazo de concessão de cada usina repactuada.

(iii) O direito de concessão gerado na aquisição da ECTE é amortizado pelo prazo de concessão de prestação de serviços públicos da referida empresa, ou seja, até 2042.

A Administração não identificou evidências que justificassem a necessidade de reconhecimento de perdas pela redução ao valor recuperável de ativos intangíveis.

## 21. OUTROS ATIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.06.2025	31.12.2024	30.06.2025	31.12.2024
ICMS ST (i)	-	-	56.300	56.420
Subsídio Decreto nº 7.891/2013	-	-	49.470	49.470
Compartilhamento de Infraestrutura (ii)	-	-	45.736	46.679
Diferença Reembolso CDE (iii)	-	-	53.386	21.726
Adiantamento Proinfra (iv)	-	-	28.916	28.916
Estoques (v)	-	-	21.568	21.432
Adiantamentos Diversos (vi)	88	81	19.773	9.878
Alienação de Bens e Direitos (vii)	-	-	10.787	10.559
Conta Bandeiras	-	-	-	4.253
Programa Baixa Renda	-	-	7.039	7.372
Despesas Pagas Antecipadamente (viii)	54	381	1.940	5.299
Bônus Escassez Hídrica	-	-	1.138	1.138
Pessoal a Disposição	-	-	791	748
Destinado a Alienação	-	-	-	3.168
Títulos e Valores Mobiliários (ix)	208	208	208	208
Outros Créditos (x)	-	-	6.999	2.319
<b>Total</b>	<b>350</b>	<b>670</b>	<b>304.051</b>	<b>269.585</b>
<b>Circulante</b>	<b>142</b>	<b>462</b>	<b>290.856</b>	<b>256.462</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>208</b>	<b>208</b>	<b>13.195</b>	<b>13.123</b>

### (i) ICMS Substituição Tributária - ST

Valores a receber dos Consumidores Livres provenientes da cobrança de tributos nas faturas de energia elétrica vinculados ao Convênio/CONFAZ nº 77, de 5 de agosto de 2011, líquidos de perdas estimadas de recebimento.

## Notas Explicativas

### (ii) Compartilhamento de Infraestrutura

Refere-se à utilização de pontos de fixação nos postes da Celesc D, realizada por terceiros, para a prestação de serviços de telecomunicações de interesse coletivo, tais como telefonia, internet, TV a cabo e outros.

### (iii) Diferença Reembolso CDE

Refere-se à diferença entre os valores concedidos de descontos tarifários às unidades consumidoras da Celesc D e os valores recebidos da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE. Os subsídios são aplicados aos clientes nas tarifas de unidades consumidoras, conforme regulamentação da ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 3.374, de 20 de agosto de 2024, que aprovou o RTA de 2024.

### (iv) Adiantamento do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA

Refere-se ao adiantamento do encargo regulamentado pelo Decreto nº 5.025/2004, na Celesc D, que tem como objetivo aumentar a participação de fontes alternativas renováveis na produção de energia elétrica.

### (v) Estoques

Os estoques são compostos por materiais destinados à manutenção das operações de geração e, principalmente, de distribuição de energia.

### (vi) Adiantamentos diversos

As principais despesas antecipadas são adiantamentos de salário (R\$628,4 mil), 13º salário (R\$9,5 milhões), férias (R\$1,6 milhão) e vale-alimentação (R\$7,3 milhões).

### (vii) Alienação de Bens e Direitos

Venda de um terreno, no mês de junho de 2024, à Prefeitura de Criciúma, o valor total do contrato foi de R\$10,3 milhões, parcelado em 180 prestações mensais, atualizadas pela SELIC.

### (viii) Despesas Pagas Antecipadamente

Correspondem, principalmente, aos prêmios de seguros no valor de R\$1,6 milhões.

### (ix) Títulos e Valores Mobiliários

São investimentos temporários, classificados no ativo não circulante e são mensurados a valor justo.

### (x) Outros Créditos

Correspondem principalmente a valores a receber de multa contratual com fornecedores e danos causados por terceiros ao patrimônio da Companhia.

## 22. FORNECEDORES

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.06.2025	31.12.2024	30.06.2025	31.12.2024
Energia Elétrica	-	-	469.885	507.567
Encargos de Uso da Rede Elétrica	-	-	214.074	206.964
Materiais e Serviços	520	1.502	133.370	205.560
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE (i)	-	-	140.799	72.622
<b>Total</b>	<b>520</b>	<b>1.502</b>	<b>958.128</b>	<b>992.713</b>

(i) A CCEE possui, entre suas atribuições, apurar o valor da liquidação dos agentes. No caso das distribuidoras, esse valor envolve, além da venda e compra no curto prazo, os encargos, o efeito do despacho de térmicas e também os impactos diversos de risco hidrológico. O risco hidrológico está associado aos contratos de energia (CCEAR-QT) que tiveram repactuação, aos contratos de cotas de garantia física e ao contrato com Itaipu, no qual o comprador assume essa condição.

**Notas Explicativas****23. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

Os Empréstimos e Financiamentos possuem quatro classificações distintas: (i) Empréstimos Bancários, (ii) Empréstimos da Eletrobras e (iii) Empréstimos – BID, e alguns destes são garantidos por recebíveis e aval da Companhia, conforme disposições contratuais.

O Grupo entende que o valor contábil dos empréstimos é uma aproximação razoável do valor justo e estão indexados a índices de mercado.

Descrição		Consolidado	
		30.06.2025	31.12.2024
<b>Total Moeda Nacional</b>		<b>665.601</b>	<b>670.585</b>
Empréstimos Bancários (i)	CDI+1,65% a.a.	581.751	577.028
Empréstimos Bancários (i)	CDI + 0,8% a.a.	83.850	93.193
Empréstimos Eletrobras/ENBPar (ii)	5% a.a.	-	364
<b>Circulante</b>		<b>187.962</b>	<b>114.891</b>
<b>Não Circulante</b>		<b>477.639</b>	<b>555.694</b>

Descrição		Consolidado	
		30.06.2025	31.12.2024
<b>Total Moeda Estrangeira</b>		<b>1.280.925</b>	<b>1.308.800</b>
Empréstimos – BID (iii)	CDI+0,70% a 1,88% a.a.	1.280.925	1.308.800
<b>Circulante</b>		<b>104.694</b>	<b>98.962</b>
<b>Não Circulante</b>		<b>1.176.231</b>	<b>1.209.838</b>

**i) Empréstimos Bancários**

Os saldos de Empréstimos Bancários se referem a contratações cujos recursos foram utilizados, exclusivamente, para reforço de caixa da Celesc D.

Em abril de 2019, por meio de Cédula de Crédito Bancário – CCB, foram contratados R\$335,0 milhões junto ao Banco Safra, com remuneração à taxa equivalente ao CDI + 0,80% a.a. e exigibilidade mensal. O prazo de vigência foi de 36 meses, sendo 18 meses de carência para o início da amortização do valor principal. O início da amortização começou em novembro de 2020 e o final seria para abril de 2022.

Porém, desde dezembro de 2021, ocorreram aditamentos ao contrato e o prazo para liquidação vem sendo postergado, conforme cronograma a seguir:

- 2 de dezembro de 2021 aditamento do principal de R\$93,0 milhões passando o novo prazo a ser em maio de 2023.
- Em ato contínuo realizado em maio de 2023, o contrato foi repactuado e o prazo para pagamento foi alongado em 18 meses, sendo mantida a sua liquidação prevista em parcela única ao final do contrato (*bullet*), passando a ser novembro de 2024.
- Em novembro de 2024, houve novo aditamento, prorrogando o início da amortização para junho de 2025. As demais parcelas passaram a ser exigidas semestralmente, sendo o término da amortização reprogramado para dezembro de 2029. A taxa de juros foi mantida no percentual original, com exigibilidade mensal.

No mês de fevereiro de 2022, também por meio de Cédula de Crédito Bancário – CCB, houve a contratação de mais R\$550,0 milhões, junto ao Banco Safra, com remuneração à taxa equivalente ao CDI + 1,65% a.a. e exigibilidade semestral. O prazo de vigência foi de 36 meses, sendo 18 meses de carência para o início da amortização do valor principal, que será liquidado em 4 parcelas semestrais, iniciando em agosto de 2023 e terminando em fevereiro de 2025.

Em agosto de 2023, houve aditamento do contrato prorrogando o início da amortização para agosto de 2024, as demais parcelas permanecem semestralmente, e o término da amortização foi reprogramado para fevereiro de 2026.

Em 7 de agosto de 2024, foi formalizada o aditamento e o vencimento final foi prorrogado para 7 de fevereiro de 2029. A data da primeira amortização foi redefinida para 7 de agosto de 2025, mantendo-se as subseqüentes amortizações de forma semestral a partir desta data. A remuneração contratual permanece a mesma.

## Notas Explicativas

Não existem *covenants* financeiros relacionados a esses empréstimos.

### ii) Eletrobras/ENBPar

Os recursos dessa contratação foram destinados, entre outras aplicações, aos programas de eletrificação rural e advêm da Reserva Global de Reversão – RGR e do Fundo de Financiamento da Eletrobras. O último contrato possuía amortizações mensais e foi integralmente liquidado em sua data de vencimento, em 30 de maio de 2025.

Não existem *covenants* financeiros relacionados a esses empréstimos.

### iii) Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID

Em 31 de outubro de 2018, a Celesc D e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID firmaram uma operação de crédito externo denominada Empréstimo 4404/OC-BR (BR-L1491).

O valor total da operação foi de US\$276,1 milhões, sendo amortizado em 234 meses, com uma carência de até 66 meses, atingindo um prazo total de 300 meses. A amortização é semestral pelo sistema constante.

O empréstimo tem a garantia da República Federativa do Brasil e do Estado de Santa Catarina e destina-se ao financiamento parcial do Programa de Investimentos em Infraestrutura Energética na área de concessão da Celesc D.

Optou-se pela conversão dos valores liberados em moeda nacional e pela alteração da taxa de juros aplicada ao contrato, já considerando os custos do BID, não havendo, portanto, a incidência de variação cambial.

Em 30 de abril de 2024, a Companhia concluiu a última liberação de recursos, sendo a última tranche no valor de US\$14,22 milhões, os quais foram convertidos utilizando a taxa de câmbio de R\$5,152 por dólar, resultando no valor de R\$73,3 milhões. Em consonância com o contrato estabelecido, a companhia optou por ajustar a taxa de juros aplicada a esta tranche, que passou a ser CDI + 0,70% a.a.

Abaixo, estão demonstradas todas as liberações ocorridas até 30 de junho de 2025, com datas, valores e taxas de juros aplicadas atualmente:

Datas	Valores em US\$	Taxa de Juros
10.12.2018	70.374	CDI + 0,89 a.a.
28.01.2018	9.704	CDI + 0,89 a.a.
07.10.2019	26.211	CDI + 0,94 a.a.
10.12.2019	9.768	CDI + 0,77 a.a.
09.06.2020	7.273	CDI + 1,14 a.a.
13.10.2020	35.000	CDI + 1,80 a.a.
19.03.2021	25.000	CDI + 1,88 a.a.
14.12.2021	50.000	CDI + 1,16 a.a.
28.06.2023	28.500	CDI + 0,71 a.a.
30.04.2024	14.221	CDI + 0,70 a.a.
<b>Total</b>	<b>276.051</b>	

Todas as taxas de juros já consideram os custos do BID e podem sofrer alguma variação em virtude de um dos componentes do *spread* ser variável e definido pelo próprio BID trimestralmente.

As demonstrações financeiras do Programa estão sujeitas à auditoria independente executada pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina –TCE/SC, nos termos da Cláusula 5.02, das Disposições Especiais do referido Contrato.

### 23.1. Aprovação BID II

A Comissão de Financiamentos Externos – Cofiox, vinculada ao Ministério do Planejamento e Orçamento, aprovou durante reunião realizada em 27 de março, o “Programa de Modernização Energética para Resiliência Climática e Sustentabilidade em Santa Catarina”.

Internamente denominado como BID II, o novo programa tem início previsto para 2026 e será executado ao longo de cinco anos. Ele prevê investimentos de mais de US\$305 milhões. Desse total, US\$243

## Notas Explicativas

milhões serão financiados pelo BID e US\$62,6 milhões correspondem à contrapartida da Celesc. A Companhia está na fase de realização das Missões de Preparação do Programa e aprovação do perfil do Projeto juntamente com o BID.

### 23.2. Financiamento BNDES – Celesc G

Em abril de 2024, a Celesc Geração S.A. firmou um contrato de financiamento mediante abertura de crédito junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no valor total de R\$214,4 milhões.

O contrato está dividido em cinco subcréditos destinados à implementação de três usinas fotovoltaicas (UFV), Lages II, Capivari e Videira, à ampliação e modernização da Usina Hidrelétrica (UHE) Salto Weissbach e à reativação da Central Hidrelétrica (CGH) Maruim, todas localizadas em Santa Catarina.

O quadro abaixo apresenta os termos do financiamento, destacando o valor, a taxa e o prazo para cada um dos subcréditos, sendo que, ao longo de 2024 e até o 2º trimestre de 2025, não houve nenhuma liberação de recursos.

Descrição	UFV Lages II	UFV Capivari	UFV Videira	UHE Salto	CGH Maruim
Valor (R\$ Mil)	3.730	10.098	3.658	191.808	5.110
Taxa (a.a.)	IPCA + 6,98%	IPCA + 6,98%	IPCA + 6,98%	IPCA + 7,09%	IPCA + 7,08%
Prazo para Utilização dos Recursos	Até 15/08/2025	Até 15/08/2025	Até 15/08/2025	Até 15/12/2026	Até 15/08/2025
Prazo para Amortização	Até 15/12/2034	Até 15/12/2034	Até 15/12/2034	Até 15/12/2040	Até 15/12/2040

### 23.3. Composição dos Vencimentos

Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Descrição	Nacional		Estrangeira		Consolidado Total	
	30.06.2025	31.12.2024	30.06.2025	31.12.2024	30.06.2025	31.12.2024
Ano 2026	78.056	156.111	33.606	67.213	111.662	223.324
Ano 2027	156.111	156.111	67.213	67.213	223.324	223.324
Ano 2028+	243.472	243.472	1.075.412	1.075.412	1.318.884	1.318.884
<b>Total</b>	<b>477.639</b>	<b>555.694</b>	<b>1.176.231</b>	<b>1.209.838</b>	<b>1.653.870</b>	<b>1.765.532</b>

### 23.4. Movimentação de Empréstimos e Financiamentos – Nacional

Descrição	Circulante	Não Circulante	Consolidado
			Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>114.891</b>	<b>555.694</b>	<b>670.585</b>
Encargos Provisionados	46.200	-	46.200
Transferências	78.055	(78.055)	-
Amortizações de Principal	(9.669)	-	(9.669)
Pagamentos de Encargos	(41.515)	-	(41.515)
<b>Saldos em 30 de junho de 2025</b>	<b>187.962</b>	<b>477.639</b>	<b>665.601</b>

### 23.5. Movimentação de Empréstimos e Financiamentos – Estrangeiro – BID

Descrição	Circulante	Não Circulante	Consolidado
			Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>98.962</b>	<b>1.209.838</b>	<b>1.308.800</b>
Atualização Monetária	(1.359)	-	(1.359)
Encargos Provisionados	87.687	-	87.687
Transferências	33.607	(33.607)	-
Pagamento de Encargos	(80.991)	-	(80.991)
Pagamento de Principal	(33.212)	-	(33.212)
<b>Saldos em 30 de junho de 2025</b>	<b>104.694</b>	<b>1.176.231</b>	<b>1.280.925</b>

**Notas Explicativas****24. DEBÊNTURES****24.1. Debêntures 2021 – Celesc D**

A Celesc D faz o acompanhamento contínuo dos índices relacionados aos *covenants* anuais do contrato.

<b>Debêntures 2021</b>	<b>Detalhes</b>
Data de Emissão	15 de abril de 2021
Quantidade de Debêntures	550.000
Valor Nominal Unitário	R\$1.000
Total da Emissão	R\$550 milhões
Vencimento	15 de abril de 2026
Tipo de Debênture	Quirografária, sem preferência
Garantia	Fidejussória (fiança da Celesc Holding)
Juros Remuneratórios	100% da variação das taxas DI Over + spread 2,6% ao ano
Pagamento de Juros	Mensal, todo dia 15
Amortização	43 parcelas mensais consecutivas a partir de outubro de 2022
Pagamentos até 30/06/2025	R\$220,9 milhões (remuneração) e R\$422,1 milhões (principal)
Covenants financeiros	Dívida Líquida/EBITDA $\leq$ 3

**24.2. Debêntures 2023 – Celesc D**

Em 15 de novembro de 2023, a Celesc D emitiu 800.000 (oitocentas mil) debêntures, sendo 400.000 (quatrocentas mil) da primeira série e 400.000 (quatrocentas mil) da segunda série, no valor nominal unitário de R\$1,0 mil, totalizando R\$800,0 milhões.

A Celesc D faz o acompanhamento contínuo dos índices relacionados aos *covenants* financeiros anuais do contrato.

**24.2.1. Primeira Série**

<b>Debêntures 2023</b>	<b>Detalhes</b>
Série	Primeira série
Data de Emissão	15 de novembro de 2023
Quantidade de Debêntures	1ª série: 400.000 debêntures
Valor Nominal Unitário	R\$1.000
Total da Emissão	R\$400 milhões
Tipo de Debênture	Quirografária, sem preferência
Garantia	Fidejussória adicional (fiança da Celesc Holding)
Prazo de Vencimento	5 anos (15 de novembro de 2028)
Juros Remuneratórios	100% das taxas DI Over + spread 1,65% ao ano
Pagamento de Juros	Semestral, a partir de 15 de maio de 2024
Amortização	Semestral, a partir de 15 de novembro de 2026
Pagamentos até 30/06/2025	R\$75,5 milhões de remuneração
Covenants financeiros	Dívida Líquida/EBITDA $\leq$ 3,5

**24.2.2. Segunda Série**

<b>Debêntures 2023</b>	<b>Detalhes</b>
Série	Segunda série
Data de Emissão	15 de novembro de 2023
Quantidade de Debêntures	2ª série: 400.000 debêntures
Valor Nominal Unitário	R\$1.000
Total da Emissão	R\$400 milhões
Tipo de Debênture	Quirografária, sem preferência
Garantia	Fidejussória adicional (fiança da Celesc Holding)
Prazo de Vencimento	7 anos (15 de novembro de 2030)
Atualização Monetária	Varição do IPCA
Juros Remuneratórios	6,5279% ao ano
Pagamento de Juros	Semestral, a partir de 15 de maio de 2024
Amortização	Anual, a partir de 15 de novembro de 2028
Pagamentos até 30/06/2025	R\$39,4 milhões de remuneração
Covenants financeiros	Dívida Líquida/EBITDA $\leq$ 3,5

## Notas Explicativas

### 24.3. Debêntures 2024 – Celesc D

Em 15 de julho de 2024, a Celesc D emitiu 1.200.000 (um milhão e duzentas mil) debêntures, sendo 200.000 (duzentas mil) da primeira série e 1.000.000 (um milhão) da segunda série, com valor nominal unitário de R\$1,0 mil, totalizando R\$1,2 bilhão.

A Celesc D faz o acompanhamento contínuo dos índices relacionados aos *covenants* financeiros anuais do contrato.

#### 24.3.1 Primeira Série (Institucional):

Debêntures 2024	Detalhes
Data de Emissão	15 de julho de 2024
Quantidade de Debêntures	1ª série: 200.000 debêntures
Valor Nominal Unitário	R\$1.000
Prazo de Vencimento	7 anos (15 de julho de 2031)
Tipo de Debênture	Quirografária, sem preferência
Garantia	Fidejussória adicional (fiança da Celesc Holding)
Atualização Monetária	Não há
Juros Remuneratórios	100% das taxas DI Over + 0,95% ao ano
Pagamento de Juros	Semestral, a partir de 15 de janeiro de 2025
Amortização	Semestral, a partir de 15 de janeiro de 2030
Pagamentos até 30/06/2025	R\$10,7 milhões de remuneração
Covenants	Dívida Líquida/EBITDA $\leq$ 3,5

#### 24.3.2 Segunda Série (Infraestrutura/Incentivada):

Debêntures 2024	Detalhes
Data de Emissão	15 de julho de 2024
Quantidade de Debêntures	2ª série: 1.000.000 debêntures
Valor Nominal Unitário	R\$1.000
Prazo de Vencimento	10 anos (15 de julho de 2034)
Tipo de Debênture	Quirografária, sem preferência
Garantia	Fidejussória adicional (fiança da Celesc Holding)
Atualização Monetária	Variação do IPCA
Juros Remuneratórios	6,9534% ao ano
Pagamento de Juros	Semestral, a partir de 15 de janeiro de 2025
Amortização	Semestral, a partir de 15 de janeiro de 2032
Pagamentos até 30/06/2025	R\$32,1 milhões de remuneração
Covenants	Dívida Líquida/EBITDA $\leq$ 3,5

### 24.4. Debêntures 2020 – Celesc G

A Celesc G faz o acompanhamento contínuo dos índices relacionados aos *covenants* anuais do contrato.

Debêntures 2020	Detalhes
Data de Emissão	10 de dezembro de 2020
Quantidade de Debêntures	37.000
Valor Nominal Unitário	R\$1.000
Total da Emissão	R\$37 milhões
Atualização Monetária	Variação do IPCA
Tipo de Debênture	Simple, não conversível em ações
Garantia	Fidejussória (fiança da Celesc G)
Prazo de Vencimento	10 anos
Juros Remuneratórios	4,30% ao ano
Pagamento de Juros	Semestral, a partir de junho de 2021
Amortização	Semestral, a partir de dezembro de 2023
Pagamentos até 30/06/2025	R\$8,03 milhões (remuneração) e R\$12,57 milhões (principal)
Covenants financeiros	Dívida Líquida/EBITDA $\leq$ 3,50

## Notas Explicativas

### 24.5. Movimentação das Debêntures

Descrição	Consolidado	
	30.06.2025	Total
<b>Saldo em 31.12.2024</b>		<b>2.223.622</b>
Encargos Provisionados		150.374
Pagamentos Encargos		(96.803)
Pagamentos do Principal		(80.018)
Custos na Emissão de Debêntures		3.270
Marcação a Mercado (VJR)		26.449
<b>Saldo em 30.06.2025</b>		<b>2.226.894</b>
<b>Circulante</b>		<b>184.472</b>
<b>Não Circulante</b>		<b>2.042.422</b>

### 24.6. Custos na Captação de Debêntures a Apropriar

Descrição	Consolidado	
	30.06.2025	31.12.2024
Ano 2025	3.325	6.595
Ano 2026	5.939	5.939
Ano 2027	5.675	5.675
Ano 2028+	27.369	27.369
<b>Total</b>	<b>42.308</b>	<b>45.578</b>

### 24.7 Conciliação de Passivos Resultantes das Atividades de Financiamento

Descrição	31.12.2024	Pagamentos	Total das Variações de Fluxo de Financiamentos	Pagamento de Juros (i)	Variações que não Afetam o Caixa (ii)	Controladora
						30.06.2025
Dividendos e JCP a Pagar	212.754	(144.072)	(144.072)	-	185.957	254.639
Passivo de Arrendamento	208	(123)	(123)	(6)	6	85
<b>Total</b>	<b>212.962</b>	<b>(144.195)</b>	<b>(144.195)</b>	<b>(6)</b>	<b>185.963</b>	<b>254.724</b>

Descrição	31.12.2024	Ingressos de Recursos	Pagamentos do Principal	Total das Variações de Fluxo de Financiamentos	Pagamento de Juros (i)	Ajuste a Valor de Mercado	Variações que não Afetam o Caixa (ii)	Consolidado
								30.06.2025
Instrumentos Financeiros								
Derivativos	70.230	-	(21.885)	(21.885)	-	(29.279)	76.750	95.816
Empréstimos e Financiamentos	1.979.385	-	(42.881)	(42.881)	(122.506)	-	132.528	1.946.526
Debêntures	2.223.622	-	(80.018)	(80.018)	(96.802)	26.449	153.643	2.226.894
Dividendos/JCP	212.754	-	(144.072)	(144.072)	-	-	185.957	254.639
Passivo de Arrendamento	5.978	-	(4.992)	(4.992)	(469)	-	12.784	13.301
<b>Total</b>	<b>4.491.969</b>	<b>-</b>	<b>(293.848)</b>	<b>(293.848)</b>	<b>(219.777)</b>	<b>(2.830)</b>	<b>561.662</b>	<b>4.537.176</b>

(i) Os juros pagos são classificados no fluxo das Atividades Operacionais na Demonstração do Fluxo de Caixa.

(ii) Os juros e variações monetárias provisionados de Empréstimos e Financiamentos totalizaram R\$133,9 milhões. As debêntures totalizaram R\$153,6 milhões, sendo R\$3,3 milhões desse total referentes às custas com debêntures incorridas em no primeiro semestre de 2025.

## 25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de proteção econômica e financeira contra a volatilidade das taxas de juros. Os derivativos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo na data da contratação e, posteriormente, reavaliados periodicamente ao seu valor justo. O principal instrumento utilizado para essa finalidade é o swap.

A contratação de operação de *swap* para fins de *hedge* foi realizada para as 6ª e 7ª Emissões de Debêntures na Celesc D.

A operação de *swap* para fins de *hedge* tem como objetivo trocar a dívida da Celesc D, vinculada ao IPCA por uma obrigação financeira vinculada ao CDI, baseada principalmente nas seguintes premissas:

- A Celesc possui suas aplicações vinculadas ao CDI, portanto, há o risco de ocorrer um desencaixe financeiro caso aconteçam mudanças consideráveis na macroeconomia em relação a um aumento do IPCA e/ou a uma redução do CDI;

## Notas Explicativas

- O IPCA é um indicador macroeconômico de maior volatilidade e, portanto, de menor previsibilidade comparado a taxa de CDI, apresentando maior risco para a Companhia.

Em 15 de outubro de 2024, a Celesc D realizou o *swap* da sexta emissão com o Banco Safra e o da sétima com a XP Investimentos. Com a contratação do *swap* a Companhia poderá mitigar o risco de ocorrência de desentaxa financeira quando a variação do CDI não acompanhar a variação do IPCA.

Embora a operação de *swap* proporcione benefícios significativos, é importante estar ciente que também há risco de mercado associado devido a imprevisibilidade do cenário macroeconômico, no qual as taxas de mercado podem variar de forma inesperada. Na avaliação da efetividade do hedge, a Companhia não exclui a parcela referente ao risco de crédito da contraparte, considerando que os contratos são firmados com instituições financeiras de alta solvência, liquidez e baixo risco de crédito.

As operações de derivativos vinculadas aos programas de hedge da Companhia estão apresentadas nos quadros a seguir, contendo informações detalhadas sobre o tipo de instrumento, valor de referência, vencimento.

Para assegurar a aderência entre o item protegido e o instrumento de hedge, a Companhia adota metodologia de teste de efetividade prospectivo, baseada na análise dos termos críticos do item protegido e dos derivativos contratados. Esse procedimento tem o objetivo de verificar se as variações nos fluxos de caixa do item protegido e do instrumento de hedge possuem correlação suficiente para garantir a compensação mútua dos riscos.

Os contratos em aberto em 30 de junho de 2025 são os seguintes:

Contraparte	Data do contrato	Data de Vencimento	Categoria	Indexador ativo	Indexador passivo	Valor nominal
XP	15/10/2024	17/07/2034	Hedge de valor justo	IPCA	CDI	1.020.619
Safra	15/10/2024	18/11/2030	Hedge de valor justo	IPCA	CDI	427.805
<b>Total</b>						<b>1.448.424</b>

A movimentação dos instrumentos financeiros derivativos é como segue:

Descrição	Total
<b>Saldo em 31.12.2024</b>	<b>70.230</b>
Marcação a Mercado no Resultado	(29.279)
Amortização	(21.885)
<b>Saldo em 30.06.2025</b>	<b>19.066</b>

Os valores da ponta ativa e da ponta passiva do instrumento financeiro (*swap*) em 30 de junho de 2025, estão dispostos a seguir:

Contraparte	Valor justo Ponta Ativa	Valor Justo Ponta Passiva	Resultado Financeiro
XP	1.062.709	(1.082.330)	(19.621)
Safra	421.362	(420.807)	555
<b>Total</b>	<b>1.484.071</b>	<b>(1.503.137)</b>	<b>(19.066)</b>

As operações mencionadas qualificam-se para a aplicação da contabilidade de hedge (*hedge accounting*) e estão classificadas como Hedge de Valor Justo aplicável às operações de *swap* para a conversão de taxas de Juros. Esses instrumentos financeiros são reconhecidos como ativos financeiros quando apresentam valor justo positivo e como passivos financeiros quando o valor justo é negativo.

A mensuração do valor justo das operações de *swap* é realizada com base na metodologia de fluxo de caixa descontado, utilizando a Estrutura Temporal da Taxa de Juros (ETTJ), divulgada pela ANBIMA na data-base de 30 de junho de 2025.

As variações no valor justo dos derivativos designados e qualificados como hedge de valor justo são reconhecidas diretamente na demonstração do resultado, juntamente com as oscilações no valor justo do ativo ou passivo protegido, desde que atribuíveis ao risco coberto.

Caso o hedge deixe de atender aos critérios para contabilidade de hedge, qualquer ajuste no valor contábil do item protegido será amortizado na demonstração do resultado ao longo do período remanescente até o vencimento, conforme o método da taxa efetiva de juros.

**Notas Explicativas****26. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS**

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.06.2025	31.12.2024	30.06.2025	31.12.2024
Provisões e Encargos Sociais da Folha	2.185	1.804	156.733	135.152
Plano de Desligamento Incentivado – PDI	-	-	16.290	27.362
Consignação em Favor de Terceiros	-	-	5.857	11.345
Provisão Participação nos Lucros e nos Resultados – PLR	-	-	19.885	33.915
Folha de Pagamento Líquida	354	361	17.003	18.980
<b>Total</b>	<b>2.539</b>	<b>2.165</b>	<b>215.768</b>	<b>226.754</b>
<b>Circulante</b>	<b>2.539</b>	<b>2.165</b>	<b>210.770</b>	<b>217.785</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4.998</b>	<b>8.969</b>

**26.1. Plano de Desligamento Incentivado – PDI**

O programa faz parte da estratégia da Companhia para adequação de seus custos operacionais, otimização dos processos e melhoria dos indicadores, com vistas à agregação de valor aos acionistas. Em 22 de fevereiro de 2016, a Celesc D aprovou o regulamento do Plano de Desligamento Incentivado – PDI. Esse programa foi implementado pela primeira vez em dezembro de 2016. Nos anos seguintes, novas edições foram realizadas com os mesmos critérios e regulamentos, havendo alteração apenas no tempo mínimo de empresa como regra de elegibilidade.

A indenização do PDI pode ser paga integralmente, em parcela única, desde que o empregado se inscreva no Plano de Contribuição Definida – CD da Celos. Caso queira receber em parcelas, a escolha deve ser feita entre 24, 36, 48 ou 60 parcelas.

O cálculo do valor da indenização leva em consideração uma parcela base, que representa várias rubricas da remuneração do empregado, incluindo habitualidade de função gratificada, atuação em área de risco, habitualidade do exercício de atuação em atividade com adicional de função, entre outras.

Leva em consideração, também, o benefício do vale alimentação, a contribuição para a previdência privada em seu percentual máximo, tempo faltante para completar 35 anos de efetivo serviço, limitado a 60 meses, décimo terceiro salário, férias, além de fatores de ajuste, que consideram o tempo empresa com base no número de anuênio e o tempo de efetivo serviço nos últimos 60 meses.

Os valores provisionados para pagamento das parcelas a vencer estão registrados na rubrica Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias no Passivo, cujos saldos estão demonstrados a seguir:

Descrição	Consolidado	
	30.06.2025	31.12.2024
Circulante	11.292	18.393
Não Circulante	4.998	8.969
<b>Total</b>	<b>16.290</b>	<b>27.362</b>

Desde a implantação do programa em 2016 até 30 de junho de 2025, ocorreram 1.274 desligamentos, totalizando despesas no montante de R\$500,6 milhões.

Em dezembro de cada ano, ocorrem atualizações das parcelas com base na variação do INPC dos últimos 12 meses.

**27. TRIBUTOS**

A composição dos tributos a pagar por ente federativo está demonstrada nas notas seguintes.

**27.1. Tributos Federais**

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.06.2025	31.12.2024	30.06.2025	31.12.2024
IRRF S/ JCP	4.952	8.208	15.858	24.552
PIS e COFINS	7.227	10.480	55.076	54.756
Outros	38	48	3.524	3.853
<b>Total a pagar</b>	<b>12.217</b>	<b>18.736</b>	<b>74.458</b>	<b>83.161</b>
(-) Tributos a compensar	-	-	(455.385)	(505.499)
<b>Total</b>	<b>12.217</b>	<b>18.736</b>	<b>(380.927)</b>	<b>(422.338)</b>

## Notas Explicativas

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.06.2025	31.12.2024	30.06.2025	31.12.2024
IRPJ e CSLL	928	82	88.205	2.818
(-) IRPJ e CSLL a compensar	(62.505)	(71.041)	(209.458)	(110.766)
<b>Total</b>	<b>(61.577)</b>	<b>(70.959)</b>	<b>(121.253)</b>	<b>(107.948)</b>

### 27.2. Tributos Estaduais

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.06.2025	31.12.2024	30.06.2025	31.12.2024
ICMS	-	-	179.592	180.497
<b>Total a Recolher</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>179.592</b>	<b>180.497</b>
(-) Tributos a Compensar	-	-	(62.817)	(58.404)
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>116.775</b>	<b>122.093</b>

### 27.3. Tributos Municipais

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.06.2025	31.12.2024	30.06.2025	31.12.2024
ISS	113	116	2.025	2.484
IPDU	0	-	27	7
<b>Total a Recolher</b>	<b>113</b>	<b>116</b>	<b>2.052</b>	<b>2.491</b>
(-) Tributos a Compensar	-	-	(739)	(738)
<b>Total</b>	<b>113</b>	<b>116</b>	<b>1.313</b>	<b>1.753</b>

## 28. TAXAS REGULAMENTARES

Descrição	31.12.2024		Atualização Monetária	Pagamentos	30.06.2025
		Adições			
Programa Eficiência Energética – PEE	63.968	26.256	3.638	(14.463)	79.399
Pesquisa & Desenvolvimento – P&D	27.086	26.897	1.135	(28.852)	26.266
Taxa de Fiscalização ANEEL	933	5.598	-	(5.598)	933
Conta de Desenvolvimento Energético–CDE	9.497	1.213.010	-	(1.213.010)	9.497
Compensação financeira utiliz. rec. hid. - CFURH	455	348	-	(581)	222
<b>Total</b>	<b>101.939</b>	<b>1.272.109</b>	<b>4.773</b>	<b>(1.262.504)</b>	<b>116.317</b>
<b>Circulante</b>	<b>23.278</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>30.848</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>78.661</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>85.469</b>

### 28.1. Programa de Eficiência Energética – PEE e Pesquisa & Desenvolvimento – P&D

Em conformidade com a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, as concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, as concessionárias de geração e empresas autorizadas à produção independente de energia elétrica, com exceção de algumas modalidades, devem aplicar, anualmente, um percentual mínimo de suas receitas operacionais líquidas – ROL em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica – P&D. As distribuidoras devem aplicar, ainda, em Programas de Eficiência Energética – PEE, segundo regulamento estabelecido pela ANEEL.

Em 30 de março de 2021, a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 229 e o Despacho nº 904, definindo a forma e os valores a serem repassados para a Conta de Desenvolvimento Energético – CDE. Os recolhimentos à CDE correspondem aos saldos não comprometidos com os passivos dos programas de P&D e PEE na data-base de 31 de agosto de 2020 e 30% dos valores correntes referentes ao período de 1º de setembro de 2020 a 31 de dezembro de 2025. Até a competência de dezembro de 2025, os valores calculados serão repassados mensalmente, no dia 10 do segundo mês subsequente.

## 29. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

A Companhia possui a Política de Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, sob a ótica do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, contemplando o reconhecimento de perdas para todas as estimativas prováveis de desembolso e as atualizações dos litígios pela aplicação de índice de correção do processo.

Em 30 de junho de 2025, a Companhia apresentava os seguintes passivos e seus correspondentes depósitos judiciais relacionados às contingências:

## Notas Explicativas

### 29.1. Contingências Prováveis

Descrição	31.12.2024	Novas		Ajustes das		Atualização		30.06.2025	Controladora
		Provisões	Provisões	Pagamentos	Reversões	Financeira			
Tributária	20.397	477	593	(21.656)	-	355	166		
Trabalhistas	1.576	-	-	-	-	66	1.642		
Cíveis	701	-	-	(12)	(5)	24	708		
Regulatórias	7.270	-	-	-	-	122	7.392		
<b>Total</b>	<b>29.944</b>	<b>477</b>	<b>593</b>	<b>(21.668)</b>	<b>(5)</b>	<b>567</b>	<b>9.908</b>		

Descrição	31.12.2024	Novas		Ajustes das		Atualização		30.06.2025	Consolidada
		Provisões	Provisões	Pagamentos	Reversões	Financeira			
Tributária	48.935	477	632	(21.697)	(1.357)	1.405	28.395		
Trabalhistas	69.732	4.713	6.206	(2.435)	(2.660)	1.678	77.234		
Cíveis	201.228	17.599	19.895	(42.458)	(31.580)	3.984	168.668		
Regulatórias	64.129	-	-	-	(148)	1.380	65.361		
Ambientais	72.473	6	160	(68.741)	(64)	62	3.896		
<b>Total</b>	<b>456.497</b>	<b>22.795</b>	<b>26.893</b>	<b>(135.331)</b>	<b>(35.809)</b>	<b>8.509</b>	<b>343.554</b>		

A natureza das contingências prováveis pode ser sumariada como segue:

#### i) Contingências Tributárias

Estão relacionadas às contingências de ordem tributária na esfera federal, relativas ao recolhimento de COFINS e Contribuição Previdenciária, e na esfera municipal, associadas às notificações fiscais expedidas pela Prefeitura de Florianópolis para exigência de ISS.

Na Controladora o processo mais relevante na esfera federal se refere a débitos inscritos em dívida ativa e objeto da Execução Fiscal nº 5012874-76.2021.4.04.7200, originários de PIS, IRPJ, IRRF, COFINS e CSLL, os quais foram excluídos de programa de parcelamento extraordinário e está em fase de levantamento de depósito. O valor da contingência atualizada é de R\$20,6 milhões. A PGFN requereu o levantamento do valor depositado. Em 17 de março de 2025, houve a conversão em renda deste depósito para a União, ocasionando a baixa da provisão no valor de R\$20,6 milhões e do depósito no valor de R\$21,2 milhões, sendo que o processo seguirá para baixa definitiva.

#### ii) Contingências Trabalhistas

Na Celesc D o processo mais relevante diz respeito ao objeto de diferença salarial da categoria dos engenheiros no valor provisionado de R\$25,5 milhões. Além disso, há processos referentes a incorporação da gratificação de função no valor de R\$8,0 milhões; horas extras no valor de R\$9,3 milhões; acidente com morte de empregado terceirizado no valor de R\$2,8 milhões.

Em abril de 2025, houve o provisionamento de R\$3,4 milhões no processo nº 0000415-46.2025.5.12.0034 referente a reintegração de Aposentado – ACPU.

#### iii) Contingências Cíveis

Estão relacionadas as ações cíveis em geral, tendo como objeto, em síntese, ressarcimento de danos (materiais e/ou morais) decorrente de: suspensão indevida do fornecimento de energia elétrica, inscrições dos nomes dos consumidores junto aos órgãos de proteção de crédito, danos elétricos, produção de aves, acidentes envolvendo terceiros.

Há, da mesma forma, outros tipos de demandas que geram o pagamento de valores pela Celesc D, tais como: danos envolvendo perda de produções de fumicultores em torno de R\$12,86 milhões, ações de ressarcimento para seguradoras em torno de R\$7,37 milhões, reclassificação tarifária de R\$3,97 milhões, revisão de contratos licitatórios (reequilíbrio econômico-financeiro) em aproximadamente R\$20,34 milhões; processos referentes a falta do fornecimento de energia durante o apagão ocorrido em 2003 no valor de R\$17,76 milhões; honorários advocatícios cobrado por escritório externo no valor de R\$8,47 milhões; cobrança indevida no valor de R\$9,94 milhões; Portarias da antiga agência reguladora DNAEE

## Notas Explicativas

em torno de R\$9,6 milhões; CDI-OVER em torno de R\$13,86 milhões e servidão administrativa de R\$14,87 milhões.

Do montante indicado acima sobre o tema cobrança indevida está incluso o valor de R\$9,3 milhões referente ao ressarcimento de valores cobrados a maior em faturamento de empresa.

Até abril deste ano havia provisionamento relevante existente no montante de R\$28,3 milhões em decorrência de ação movida por empresa de tratamento e destinação final de resíduos sólidos, no qual o poder judiciário julgou procedente o pedido de indenização de servidão e lucros cessantes causados pela incapacidade do aterro sanitário poder se expandir. O Acórdão excluiu os lucros cessantes, portanto, em maio houve a alteração desta provisão para o valor de R\$3,55 milhões.

### iv) Contingências Regulatórias

As contingências regulatórias estão associadas às notificações realizadas pela ANEEL, ARES ou CCEE em processos administrativos punitivos decorrentes de eventos já ocorridos, cuja liquidação poderá resultar em entrega de recursos pelas transgressões contratuais ou regulatórias do setor elétrico. Também constituem contingências regulatórias as ações judiciais em que a Celesc D discute, com outros agentes setoriais (concessionárias de geração, comercialização, transmissão ou distribuição de energia elétrica, além de agentes institucionais como ANEEL, CCEE, ONS, EPE e MME), matérias atinentes à aplicação da regulação setorial.

Há ainda, uma provisão regulatória referente a aplicação de multa (âmbito ANEEL) à Celesc D por não realizar obras necessárias para prestação de serviço adequado, além de não manter e operar de forma satisfatória instalações e equipamentos correspondentes. Em outubro de 2003, a Celesc D enfrentou uma interrupção no fornecimento de energia elétrica que afetou 135.432 consumidores por um período de 53 horas, devido a um incêndio em uma galeria sob uma ponte. Em decorrência desse evento, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) aplicou uma multa à Celesc D. A mais expressiva contingência regulatória se refere à exposição contratual de 2014.

### v) Contingências Ambientais

Trata-se de processos relativos a discussões judiciais referentes ao pagamento de indenizações de ordem material e moral em virtude de acidente ambiental ocorrido na área de concessão da Celesc D.

O processo judicial ambiental mais relevante, estava relacionado ao episódio ocorrido em 19 de novembro de 2012, quando foram furtados os registros de dois transformadores na subestação didática do antigo Centro de Formação e Aperfeiçoamento (CeFA) da Celesc, em Florianópolis, lançando 11.640 litros de óleo ao solo. Esse óleo percorreu o sistema de drenagem e ficou retido nos canais de drenagem no entorno da subestação. Informada do ocorrido a Celesc adotou as ações de remoção do óleo sobrenadante e resíduos sólidos. Preventivamente, houve o embargo de uma área de aproximadamente 730 hectares na baía da Tapera, localizada no sul da ilha em Florianópolis, afetando a atividade de maricultura na região. A Celesc D efetuou a indenização aos afetados nessa área embargada, conforme levantamento oficial.

A Celesc D recebeu duas notificações, sendo uma da FATMA, atual Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina - IMA, órgão estadual e outra do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA. A Companhia pagou a multa do órgão estadual e recorreu da sentença do IBAMA. Em 2023, a Celesc D foi surpreendida pela reversão do julgamento da apelação dos embargos à execução nº 5004476-82.2017.4.04.7200, pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, a qual determinou o pagamento da multa ambiental ao Ibama, de valor atualizado do provisionamento foi de R\$137,9 milhões, cuja Execução Fiscal foi garantida com o oferecimento de bens.

Em dezembro de 2024, houve reversão de R\$66,3 milhões, devido à adesão da Celesc D à Transação Extraordinária de dívidas ativas não tributárias prevista na Portaria Normativa AGU nº 150, de 03 de novembro de 2024, desta forma, restou provisionado o valor de R\$68,7 milhões. O valor foi totalmente quitado em 31 de janeiro de 2025, sendo efetuada a Reversão deste processo.

## Notas Explicativas

### 29.2. Depósitos Judiciais

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.06.2025	31.12.2024	30.06.2025	31.12.2024
Tributária	37.009	55.852	46.798	65.481
Trabalhistas	5.207	5.177	21.643	19.506
Cíveis	2.693	2.683	76.574	104.822
Regulatórias	38.565	37.228	258.231	248.735
Ambientais	-	-	1.302	1.335
<b>Saldo</b>	<b>83.474</b>	<b>100.940</b>	<b>404.548</b>	<b>439.879</b>

As movimentações de provisões e depósitos estão demonstradas a seguir:

	Controladora	Consolidado
<b>Saldo em 31.12.2024</b>	<b>100.940</b>	<b>439.879</b>
Constituição	43	45.463
Atualização Financeira	3.719	15.580
Baixas	(21.228)	(96.374)
<b>Saldo em 30.06.2025</b>	<b>83.474</b>	<b>404.548</b>

Na Controladora, o depósito judicial mais relevante se refere a Execução Fiscal nº 5000685-32.2022.4.04.7200, em que é parte, no valor de R\$39,65 milhões, como forma de garantia do crédito tributário. A Companhia opôs Embargos à Execução Fiscal, sustentando a inexigibilidade do débito, em razão da existência de crédito apto à compensação. Os embargos foram julgados improcedentes. A Companhia apresentou recurso, o qual aguarda julgamento pelo Tribunal

Outro depósito judicial, também relevante na Companhia se refere à Ação Declaratória de Inexigibilidade de Crédito Tributário nº 5012891-49.2020.4.04.7200, no valor de R\$21,2 milhões, depósito atualizado para março de 2025, proposta pela Celesc visando declarar inexigíveis as CDA's nº 91.2.18.003117-26, 91.2.18.003118-07, 91.6.18.017006-01, 91.6.18.017009-46 e 91.7.18.002962-43, provenientes de saldo remanescente dos programas REFIS e PAES, as quais restaram incluídas no parcelamento da Lei nº 11.941/2009. O processo foi julgado improcedente em primeira e segunda instâncias. Neste processo houve a conversão do depósito em renda a favor da União, sendo efetuado a respectiva baixa do depósito e da provisão em março.

Ainda na Celesc D, há dois depósitos judiciais referentes ao reequilíbrio econômico-financeiro de contrato relacionado com leitura, impressão e entrega simultânea de fatura. Após levantamento parcial, os autos nº 5029579-87.2023.8.24.0023, o depósito atualizado é de R\$1,1 milhão, referente às verbas sucumbenciais. Também foi levantado parcialmente o depósito dos autos nº 5029535-68.2023.8.24.0023, o qual está no valor atualizado de R\$9,89 milhões de reais.

Além do processo tributário já relatado acima, a principal baixa, nos três primeiros meses de 2025 se refere ao Processo de reequilíbrio econômico financeiro de contratada, baixa da provisão no valor de R\$14,8 milhões e do depósito judicial no valor de R\$9,4 milhões.

A movimentação das constituições de depósitos judiciais no período é decorrente de pagamentos realizados para novas ações e, também, de ações já existentes.

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários, regulatórios e ambientais em andamento e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial.

Esses processos, quando aplicáveis, são amparados por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, respaldadas pela opinião de seus consultores legais internos e externos.

### 29.3. Contingências Possíveis

A Companhia também tem ações de natureza tributária, trabalhista, cível, regulatória e ambiental, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

## Notas Explicativas

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.06.2025	31.12.2024	30.06.2025	31.12.2024
Tributárias (i)	57.900	57.900	319.332	322.491
Trabalhistas (ii)	445	-	26.555	32.954
Cíveis (iii)	25.895	4.984	453.537	433.646
Regulatórias (iv)	-	-	361.730	278.192
Ambientais (v)	-	-	4.773	6.273
<b>Total</b>	<b>84.240</b>	<b>62.884</b>	<b>1.165.927</b>	<b>1.073.556</b>

A natureza das contingências possíveis pode ser sumariada como segue:

### i) Contingências Tributárias

Estão relacionadas às contingências de ordem tributárias na esfera federal, relativas a recolhimento de PIS/COFINS, e IRPJ/CSLL sobre receitas reconhecidas em ativos financeiros setoriais (CVA), oferecidas à tributação no período de apuração em que foram verificadas as diferenças positivas e registradas na escrituração contábil.

A Celesc recebeu Execução Fiscal nº 5032049-22.2022.4.04.7200, proposta pela União e que objetiva a cobrança de tributos diversos no valor de R\$40,7 milhões. A Companhia se opôs por meio de Embargos à Execução com apresentação de seguro-garantia judicial e efetuou o pagamento parcial do valor executado no montante de R\$24,0 milhões. Processo aguarda a realização de perícia contábil.

### ii) Contingências Trabalhistas

Estão relacionadas, em sua maioria, às reclamações movidas por empregados e ex-empregados do Grupo e das empresas prestadoras de serviços (terceirizadas) relativas a questões de responsabilidade subsidiária/solidária, horas extras, verbas rescisórias, dentre outros direitos trabalhistas.

### iii) Contingências Cíveis

Estão relacionadas a diversas ações cíveis movidas por pessoas físicas e jurídicas, relativas a questões de indenizações causadas por danos materiais, danos morais e lucros cessantes, acidente, processos licitatórios e outras.

Como valores mais relevantes temos o registro dos objetos envolvendo danos na perda de produções de fumicultores em torno de R\$75,8 milhões, tem-se R\$9,98 milhões relacionados a ilegalidade de utilização do índice CDI-Over como forma de correção de parcelamentos concedidos pela Celesc D, R\$77,37 milhões de danos morais/materiais, ações de ressarcimento para seguradoras em torno de R\$42,1 milhões.

### iv) Contingências Regulatórias

As contingências regulatórias estão associadas a notificações realizadas pela ANEEL, ARES ou CCEE em processos administrativos punitivos que implicam multas pela transgressão de previsões contratuais ou regulatórias do setor elétrico, dos quais a Companhia recorreu na esfera administrativa e judicial. Ao mesmo tempo, constituem contingências regulatórias as ações judiciais em que a Companhia discute, com agentes setoriais (outras concessionárias de geração, comercialização, transmissão ou distribuição de energia elétrica, além de agentes institucionais como ANEEL, CCEE, ONS, EPE e MME), matérias atinentes à aplicação da regulação do setor elétrico.

A Celesc D, por intermédio da ABRADDEE, é parte em Mandado de Segurança Coletivo visando afastar dispositivos da Resolução Normativa ANEEL nº 888/2020 (posteriormente consolidada na REN nº 1.000/2021), que limitam ou impedem a cobrança pelo serviço de arrecadação da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP.

Atualmente, encontra-se vigente decisão liminar que suspende os efeitos das referidas normas, permitindo a manutenção da cobrança acima do limite de 1% previsto. Caso a liminar seja cassada, poderá haver obrigação de limitar a cobrança e/ou restituir aos municípios valores recebidos acima do percentual autorizado, independentemente de parte desses valores ter sido revertida à modicidade

## Notas Explicativas

tarifária. Com base na avaliação de assessores jurídicos, em março de 2025, a Administração classificou o risco de perda como possível.

### v) Contingências Ambientais

Estão relacionadas a contingências ambientais administrativas e judiciais movidas por pessoas físicas e jurídicas, constituídas em sua maioria por questões de indenizações por danos materiais, danos morais e lucros cessantes.

## 30. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Descrição	Consolidado	
	30.06.2025	31.12.2024
<b>Planos Previdenciários</b>	<b>464.549</b>	<b>477.933</b>
Plano Misto e Plano Transitório (a)	464.549	477.933
<b>Planos Assistenciais</b>	<b>1.195.950</b>	<b>1.198.566</b>
Plano CELOS Saúde (b)	1.140.124	1.143.185
Outros Benefícios (c)	55.827	55.381
<b>Total</b>	<b>1.660.499</b>	<b>1.676.499</b>
<b>Circulante</b>	<b>150.925</b>	<b>167.661</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>1.509.575</b>	<b>1.508.838</b>

A Celesc D é patrocinadora da Fundação Celesc de Seguridade Social – CELOS, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, que tem como objetivo principal a administração de planos de benefícios previdenciários para os seus participantes, representados basicamente pelos empregados da Celesc D.

### a) Plano Misto e Plano Transitório

O Plano Misto tem características de benefício definido para a parcela de reserva matemática já existente na data da transição e para os benefícios concedidos, e características de contribuição definida para as contribuições posteriores à transição, relativas aos benefícios de aposentadoria programada a conceder. O plano anterior, de benefício definido, denominado "Plano Transitório" continua existindo, cobrindo exclusivamente os participantes aposentados e seus beneficiários.

A dívida foi pactuada com a CELOS, para pagamento de 277 contribuições adicionais mensais, com incidência de juros de 6% a.a. e atualizados pelo IPCA, para cobertura dos Benefícios a Empregados do Plano Misto e Transitório, a partir de 30 de novembro de 2001. O saldo da dívida em 31 de dezembro de 2024 era de R\$11,6 milhões e foi quitado em janeiro de 2025.

### b) Plano CELOS Saúde

A Celesc D oferece plano de saúde (assistência médica, hospitalar e odontológica) aos seus empregados ativos, aposentados e pensionistas.

### c) Outros Benefícios

Trata-se de valores referentes ao auxílio-deficiente, auxílio-funeral, indenização por morte natural ou acidental e benefício mínimo ao aposentado.

## Notas Explicativas

### 30.1. Resultados da Avaliação Atuarial

#### 30.1.1. Obrigações Atuariais

Descrição	Consolidado					
	Plano Misto	Plano Transitório	Plano CELOS Saúde	Plano Pecúlio	Outros Benefícios	Total
<b>Saldo em 31.12.2023</b>	<b>2.589.128</b>	<b>726.627</b>	<b>1.379.195</b>	<b>1.946</b>	<b>62.877</b>	<b>4.759.773</b>
Custo do Serviço Corrente Líquido	1.717	-	(45.152)	167	-	(43.268)
Contrib. de Participante Realizadas no Exercício	38.795	19.946	51.597	-	-	110.338
Juros s/ Obrigação Atuarial	235.997	64.936	126.570	167	5.687	433.357
Benefícios Pagos no Exercício	(247.138)	(95.923)	(149.492)	(313)	(5.723)	(498.589)
(Ganhos) Perdas nas Obrigações Atuarias	(352.359)	(118.877)	(179.704)	(199)	(7.460)	(658.599)
<b>Saldo em 31.12.2024</b>	<b>2.266.140</b>	<b>596.709</b>	<b>1.183.014</b>	<b>1.768</b>	<b>55.381</b>	<b>4.103.012</b>

#### 30.1.2. Apuração do Passivo (Ativo) Líquido

Descrição	Consolidado					
	Plano Misto	Plano Transitório	Plano CELOS Saúde	Plano Pecúlio	Outros Benefícios	Total
<b>Passivo (Ativo) em 31.12.2023</b>	<b>511.925</b>	<b>284.275</b>	<b>1.336.745</b>	<b>-</b>	<b>62.877</b>	<b>2.195.822</b>
Valor Justo dos Ativos no Fim do Exercício	(2.021.307)	(486.924)	(39.829)	(15.127)	-	(2.563.187)
Obrigações Atuariais no Fim do Exercício	2.266.140	596.709	1.183.014	1.768	55.381	4.103.012
Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adic Fim do Exercício	59.115	64.200	-	13.359	-	136.674
<b>Passivo (Ativo) em 31.12.2024</b>	<b>303.948</b>	<b>173.985</b>	<b>1.143.185</b>	<b>-</b>	<b>55.381</b>	<b>1.676.499</b>

#### 30.1.3. Reconciliação do Valor Justo dos Ativos

Descrição	Consolidado				
	Plano Misto	Plano Transitório	Plano CELOS Saúde	Plano Pecúlio	Total
<b>Saldo em 31.12.2023</b>	<b>2.077.203</b>	<b>442.352</b>	<b>42.450</b>	<b>14.057</b>	<b>2.576.062</b>
Benefícios Pagos no Exercício Utilizando os Ativos do Plano	(247.138)	(95.923)	(149.492)	(313)	(492.866)
Contribuições de Participantes Realizadas no Exercício	38.795	19.946	51.597	-	110.338
Contribuições do Empregador Realizadas no Exercício	106.331	89.146	80.497	-	275.974
Rendimentos Esperados dos Ativos	192.505	42.122	4.283	1.313	240.223
Ganho (Perda) no Valor Justo dos Ativos do Plano	(146.389)	(10.719)	10.494	70	(146.544)
<b>Saldo em 31.12.2024</b>	<b>2.021.307</b>	<b>486.924</b>	<b>39.829</b>	<b>15.127</b>	<b>2.563.187</b>

#### 30.1.4. Custos Reconhecidos na Demonstração do Resultado do Período

Descrição	Consolidado	
	30.06.2025	30.06.2024
Plano Transitório	10.690	11.407
Plano Misto	18.625	22.605
Plano Médico	40.376	38.567
Outros Benefícios	3.436	2.928
<b>Total</b>	<b>73.127</b>	<b>75.507</b>
Despesa Pessoal	73.127	69.499
Despesa Financeira	-	6.008
<b>Total</b>	<b>73.127</b>	<b>75.507</b>

## Notas Explicativas

### 30.1.5. Premissas

Premissas	Taxa Real de Desconto	HCCTR	Crescimento Salarial	Mortalidade Geral
	Atuarial		Empregados Ativos	
Misto	7,33%	N.U.	3,08%	AT-2000 por sexo desagravada em 5%
Transitório	7,66%	N.U.	N.U.	AT 2000 (suavizada em 10%) segregada por sexo
Pecúlio	7,35%	N.U.	0,0%	AT- 2000 por sexo desagravada em 5%
Auxílio Deficiência	7,34%	N.U.	N.A.	N.A.
Auxílio Funeral	7,44%	N.U.	N.U.	AT- 2000 por sexo desagravada em 5%
Benefício Mínimo	7,60%	N.U.	0,0%	AT- 2000 por sexo desagravada em 5%
Saúde	7,44%	3,50%	N.A.	AT- 2000 por sexo desagravada em 5%

N.U. – Não Utilizado

N.A. – Não Aplicável

### 30.1.6. Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade demonstra o efeito de alterações nas premissas atuariais significativas.

Premissas	Taxa Real de Desconto Atuarial		HCCTR		Crescimento Salarial Empregados Ativos		Mortalidade Geral	
	0,50%	-0,50%	0,50%	-0,50%	0,50%	-0,50%	+1 ano	-1 ano
	Misto	(95.469)	94.801	-	-	515	(470)	48.895
Transitório	(17.797)	18.865	-	-	-	-	17.238	(17.437)
Pecúlio	(68)	73	-	-	-	-	(69)	75
Auxílio Deficiência	(175)	190	-	-	-	-	82	(83)
Auxílio Funeral	(665)	725	-	-	-	-	(497)	507
Benefício Mínimo	(1.200)	1.280	-	-	-	-	1.034	(1.208)
Saúde	(66.477)	73.281	69.779	(63.796)	-	-	43.551	(43.127)

### 30.1.7. Despesa Estimada para o Exercício de 2025

A estimativa da despesa para o exercício de 2025 está demonstrada a seguir:

Planos	Consolidado	
	Despesa a ser Reconhecida em 2025	
Plano Transitório	21.379	
Plano Misto	37.251	
Plano Pecúlio	152	
Plano Médico	80.751	
Outros	6.720	
<b>Total</b>	<b>146.253</b>	

### 30.1.8. Movimentação dos Benefícios a Empregados

Descrição	Consolidado			
	Plano Misto/Transitório	Plano CELOS Saúde	Outros Benefícios	Total
<b>Saldo em 31.12.2024</b>	<b>477.933</b>	<b>1.143.185</b>	<b>55.381</b>	<b>1.676.499</b>
Pagamento	(42.699)	(43.437)	(2.990)	(89.127)
Provisão	29.315	40.376	3.436	73.127
<b>Saldo em 30.06.2025</b>	<b>464.549</b>	<b>1.140.124</b>	<b>55.827</b>	<b>1.660.500</b>

## 30.2. Plano de Equacionamento Celos – Plano Misto

Os planos previdenciários ofertados pela Celesc D são administrados pela Fundação Celesc de Seguridade Social – CELOS. Em decorrência de déficit acima dos limites definidos na legislação, os participantes e a patrocinadora, devem equacionar o plano, realizando "aportes" paritários para buscar o equilíbrio entre o ativo e passivo do plano previdenciário. Para os participantes este "aporte" ocorre através de desconto no benefício e para a patrocinadora através de contribuições extras.

No dia 15 de dezembro de 2023, o Conselho Deliberativo da CELOS aprovou para o Plano misto Cenário 2 - Equilíbrio Técnico Ajustado, atualizado no valor a equacionar de R\$252,7 milhões e alíquota de 4,85%. A patrocinadora Celesc D possui a obrigação financeira no valor de R\$126,4 milhões, que representa 50% (cinquenta por cento) do equacionamento do déficit 2022 do Plano Misto, a serem pagas

## Notas Explicativas

em número de parcelas mensais e sucessivas até julho de 2039, sendo a primeira com vencimento em 06 de abril de 2024 e as demais no 5º dia útil dos meses subsequentes.

### 30.3. Plano de Equacionamento Celos – Plano Transitório

No dia 15 de dezembro de 2023, o Conselho Deliberativo da CELOS aprovou para o Plano Transitório, Cenário 1 - Equilíbrio Técnico Ajustado, atualizado no valor a equacionar de R\$30,98 milhões e alíquota de 1,80%.

O déficit possui paridade contributiva, ou seja, a patrocinadora Celesc D é paritária com os assistidos, devendo, portanto, efetuar contribuição extraordinária de 50% (cinquenta por cento) do equacionamento do déficit 2022 do Plano Transitório, com prazo de amortização correspondente à liquidação do passivo atuarial (*duration*).

## 31. PIS/COFINS A RESTITUIR A CONSUMIDORES

### 31.1. Processo 5006834-93.2012.4.04.7200 – 1ª ação judicial de Exclusão do ICMS da Base de Cálculo do PIS/COFINS

Em 1º de abril de 2019, a Celesc D obteve decisão judicial favorável garantindo o direito de recuperar valores pagos a maior de PIS/COFINS, devido à inclusão indevida do ICMS na base de cálculo, referente ao período de 13 de abril de 2007 até 31 de dezembro de 2014.

A Celesc D registrou os valores contabilmente como Ativo (Tributos a Recuperar) e Passivo (PIS/COFINS a Restituir a Consumidores) considerando a sistemática adotada pelo PIS/COFINS na tarifa de energia elétrica e que a devolução seria feita via mecanismos a serem definidos pela ANEEL.

Em 2021, a Celesc D adiantou R\$795 milhões em devoluções, de forma provisória. Já Reajuste Tarifário Anual (RTA) de 2022, após a publicação da Lei nº 14.385/2022, que trata da devolução de créditos por redução de ICMS da base de PIS/COFINS aos clientes das distribuidoras, foram repassados R\$806,3 milhões aos consumidores, acarretando um impacto negativo de 8,32% na tarifa.

Em relação ao saldo devedor de R\$27,9 milhões considerado na conta de Outros Passivos – PIS/Cofins a Restituir aos Consumidores, esclarece-se que, conforme decisão administrativa da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), ocorrida via Despacho nº 2.203, de 22 de julho de 2025, restou validado o entendimento da Agência quanto à metodologia de atualização dos valores a serem devolvidos aos consumidores, referentes aos créditos tributários de PIS/COFINS sobre a base de cálculo do ICMS.

A Companhia, no processo tarifário de 2022, sustentava que os valores já devolvidos aos consumidores haviam sido atualizados conforme a legislação tributária vigente e em linha com a Lei nº 14.385/2022. No entanto, a ANEEL concluiu que, por se tratar de passivo tarifário, a atualização deveria ocorrer com base em juros compostos, conforme os Submódulos 4.4 e 4.4A do PRORET, e não pela metodologia utilizada pela Receita Federal. Em razão dessa decisão, a diferença de atualização financeira foi reconhecida como despesa financeira no resultado do semestre.

A Companhia avaliará os impactos desta decisão e nas demais relações operacionais vinculadas ao tema em conjunto com os assessores legais.

### 31.2. Processo 5006834-93.2012.4.04.7200 – 2ª ação judicial de Exclusão do ICMS da Base de Cálculo do PIS/COFINS

No tocante a este processo, referente à 2ª ação judicial de Exclusão do ICMS da Base de Cálculo do PIS/COFINS, o pedido de habilitação se demonstrou indicado como montante total do crédito atualizado até aquela data, o equivalente a R\$1,08 bilhão.

A Celesc D iniciou os processos de compensações tributárias desta ação em fevereiro de 2023.

Neste sentido, em linha com a Lei nº 14.385/2022, houve a consideração de valores a serem devolvidos ao consumidor no RTA que ocorreu em agosto de 2023. O repasse do RTA de 2023 foi de R\$807,6

## Notas Explicativas

milhões trazendo um efeito redutor ao consumidor de -7,02%. Devido a divergência na metodologia de atualização financeira, a Celesc D atualizou os valores chegando ao montante de R\$778,4 milhões.

Em decorrência de alterações dos normativos legais relacionados as compensações de débitos tributários decorrentes de decisões judiciais ocorrida em 2024, os valores de repasse estipulados no RTA de 2023 foram superiores aos limites estabelecidos na Lei nº 14.385/2022.

Desta forma, no RTA de agosto de 2024, a ANEEL recompôs os valores no cálculo, utilizando os valores atualizados com os novos montantes a serem recebidos e repassados pela Celesc D, o cálculo resultou em um montante de R\$36,0 milhões de reais a ser recebido pela Celesc D nos próximos 12 meses.

Em 22 de julho de 2025, por meio do Despacho nº 2.203/2025, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) consolidou entendimento quanto à metodologia de atualização dos valores referentes à devolução de créditos tributários de PIS/Cofins sobre a base de cálculo do ICMS aos consumidores.

No processo tarifário de 2023, a Companhia reconheceu, na conta de Outros Passivos – PIS/Cofins a Restituir aos Consumidores, o valor de R\$25,5 milhões como saldo devedor, adotando a atualização dos valores conforme a legislação tributária vigente, especialmente em conformidade com a Lei nº 14.385/2022.

Com a validação do novo entendimento regulatório pela ANEEL, essa diferença decorrente da aplicação da nova metodologia foi registrada como despesa financeira no resultado do semestre.

A Companhia seguirá avaliando os impactos da referida decisão, inclusive em relação às demais obrigações operacionais correlatas, com o suporte de seus assessores legais.

## 32. OUTROS PASSIVOS

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.06.2025	31.12.2024	30.06.2025	31.12.2024
Cosip	-	-	37.325	34.837
Créditos a Compensar com Consumidor (i)	-	-	17.462	102.850
Faturas de Energia Pagas em Duplicidade	-	-	15.740	21.774
Partes Relacionadas/Celos	96	-	13.148	24
Contrato Convênios	-	-	10.735	11.479
Créditos de ICMS em Processo de Pagamento	-	-	9.868	3.770
Bônus Itaipu	-	-	6.355	52.589
Diferença Subsidio CDE	-	-	285	1.991
Bônus Escassez Hídrica	-	-	830	1.149
Penalidade DIC/FIC	-	-	816	802
Acionistas	205	205	205	205
Cauções em Garantia	103	103	185	182
Obrigações com Empregados	-	-	16	42
Contrato Cobrança Serviços Terceiros	131	124	131	124
Obrigações com alienação de investimentos	-	-	604	-
Seguro a Pagar	-	-	-	783
Empregados à Disposição	739	891	-	-
Outros	-	1	3.762	1.712
<b>Total Circulante</b>	<b>1.274</b>	<b>1.324</b>	<b>117.467</b>	<b>234.313</b>

(i) A redução no saldo na Créditos a Compensar com Consumidor é decorrente do reprocessamento da arrecadação das faturas que apresentaram inconsistências pela transição para o novo sistema comercial.

## 33. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### 33.1. Capital Social

O Capital Social Autorizado no Estatuto Social da Companhia é de R\$2,6 bilhões, representado por ações nominativas, sem valor nominal, divididas em ordinárias e preferenciais.

Do Capital Autorizado, encontram-se subscritos e integralizados R\$2,48 bilhões, representados por 38.571.591 ações nominativas sem valor nominal, sendo 15.527.137 ações ordinárias com direito a voto e 23.044.454 ações preferenciais sem direito a voto.

## Notas Explicativas

As ações preferenciais receberão, com prioridade, o pagamento do dividendo mínimo, não cumulativo, de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, calculado proporcionalmente à sua participação no capital social, pagando-se, em seguida às ordinárias, respeitado o mesmo critério de proporcionalidade destas espécies e classes de ações no capital social.

Às ações preferenciais é assegurado o direito de receber, prioritariamente, o reembolso de capital, no caso de dissolução da Companhia, sem prêmio.

### 33.2. Reserva Legal e de Retenção de Lucros

A Reserva Legal é constituída anualmente como destinação de 5% do Lucro Líquido do Exercício e não poderá exceder a 20% do Capital Social. A Reserva Legal tem por fim assegurar a integridade do Capital Social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A Reserva de Retenção de Lucros se refere à retenção do saldo remanescente de Lucros Acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido no plano de investimentos da Companhia, conforme Orçamento de Capital proposto e aprovado pelos administradores, deliberado na Assembleia Geral dos Acionistas.

### 33.3. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

O valor do provento referente ao primeiro semestre de 2025, por tipo de ação, está demonstrado a seguir:

Período	Tipo		Valor do Provento por Ação*	Total Distribuído por Tipo de Provento	Valor Total
30.06.2025	DIV	ON	0,000000000		
		PN	0,000000000	-	
	JCP	ON	2,906276303		
		PN	3,196903933	118.797	118.797
		IR		(10.032)	
	JCP líquido de IR		108.765		

\*Expresso em R\$.

O valor do provento referente ao segundo trimestre de 2024, por tipo de ação, está demonstrado a seguir:

Período	Tipo		Valor do Provento por Ação*	Total Distribuído por Tipo de Provento	Valor Total
30.06.2024	DIV	ON	0,000000000		
		PN	0,000000000	-	
	JCP	ON	2,115004656	86.453	86.453
		PN	2,326505123		
		IR		(7.282)	
	JCP líquido de IR		79.171		

\*Expresso em R\$.

### 33.4. Composição do Resultado Básico e Diluído

O cálculo do resultado por ação básico e diluído em 30 de junho de 2025 e de 2024 foi baseado no lucro líquido do exercício e o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante os exercícios apresentados.

Os dividendos serão distribuídos obedecida a seguinte ordem:

- o dividendo anual mínimo assegurado às ações preferenciais;
- o dividendo às ações ordinárias, até um percentual igual àquele assegurado às ações preferenciais.

Uma vez distribuídos os dividendos previstos, as ações preferenciais, concorrerão em igualdade com ações ordinárias na eventual distribuição de dividendos adicionais. As ações preferenciais recebem pelo menos 10% a mais do que o atribuído a cada ação ordinária no recebimento de dividendo.

Em 30 de junho de 2025, as quantidades de ações da Companhia não sofreram alterações e não havia

## Notas Explicativas

instrumentos conversíveis em ação que gerassem impacto diluidor no lucro por ação.

Descrição	30.06.2025	30.06.2024
<b>Média Ponderada de Ações (milhares)</b>		
Ações Ordinárias Nominativas – ON	15.527	15.527
Ações Preferenciais Nominativas – PN	23.044	23.044
<b>Resultado Básico e Diluído Atribuído aos Acionistas da Companhia</b>		
Ações Ordinárias Nominativas – ON	152.390	193.568
Ações Preferenciais Nominativas – PN	248.784	316.010
<b>Total do Lucro Básico e Diluído Atribuído aos Acionistas da Companhia</b>	<b>401.174</b>	<b>509.578</b>
<b>Lucro por Ação Diluído</b>		
Ações Ordinárias Nominativas – ON	9,8144	12,4664
Ações Preferenciais Nominativas – PN	10,7958	13,7131

### 33.5. Ajuste de Avaliação Patrimonial

O efeito desse grupo no Patrimônio Líquido é de R\$1,16 bilhão, em 30 de junho de 2025, e R\$1,16 bilhão, em 31 de dezembro de 2024, composto da seguinte forma:

Descrição	30.06.2025	Consolidado 31.12.2024
Custo Atribuído – Celesc G (a)	12.064	12.339
Ajuste Benefícios a Empregados – Celesc D (b)	(1.035.053)	(1.035.053)
Ajuste Valor Justo Outros Resultados Abrangentes (c)	(137.261)	(137.261)
<b>Total</b>	<b>(1.160.250)</b>	<b>(1.159.975)</b>

a) O custo atribuído, mensurado ao valor justo na data da adoção inicial dos CPCs em 2009, foi reconhecido no ajuste de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido, líquido de imposto de renda e contribuição social diferidos, em contrapartida ao ativo imobilizado. A sua realização é registrada em contrapartida à conta lucros acumulados na medida em que a depreciação do valor justo do imobilizado é reconhecida no resultado.

b) Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes – ajuste de avaliação patrimonial.

c) Ajuste a valor justo do investimento temporário na Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – Casan, avaliado por meio de outros resultados abrangentes.

## 34. RECEITAS E DESPESAS

### 34.1. Receita Operacional Líquida Consolidada

#### 34.1.1. Conciliação da Receita Operacional Líquida com a Receita Operacional Bruta

- Fornecimento de Energia Elétrica - Destina-se à contabilização da receita faturada e não faturada correspondente ao fornecimento de energia elétrica, assim como dos ajustes e adicionais específicos.
- Suprimento de Energia Elétrica - Destina-se à contabilização da receita proveniente do suprimento de energia elétrica ao revendedor, no Ambiente de Contratação Regulada – ACR e comercializado no Ambiente de Contratação Livre – ACL, bem como dos ajustes e adicionais específicos. A Celesc G, além de vender energia por meio dos leilões para as distribuidoras por meio do mercado cativo, também vende energia à Consumidores Livres no mercado livre – ACL.
- Disponibilização da Rede Elétrica - São contabilizadas as receitas derivadas da disponibilização do sistema de distribuição pela Celesc D por meio de suas atividades.
- Energia de Curto Prazo - É um segmento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, onde são contabilizadas as diferenças entre os montantes de energia elétrica contratados pelos agentes e os montantes de geração e de consumo efetivamente verificados e atribuídos aos

## Notas Explicativas

respectivos agentes. As diferenças apuradas, positivas ou negativas, são contabilizadas para posterior liquidação financeira no Mercado de Curto Prazo e valoradas ao Preço de Liquidação das Diferenças – PLD.

- Receita de Construção - Refere-se à contabilização da receita de construção de infraestrutura proveniente dos ativos de contratos de concessão da Celesc D, a qual é reconhecida tomando como base a proporção do plano de investimento da concessionária. No resultado ele é anulado pelo custo de construção, não havendo margem de construção.
- Doações e Subvenções - São reconhecidas conforme a essência dos contratos e ou convênios aplicáveis. O valor repassado pela Eletrobras é referente ao ressarcimento dos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica. Os montantes da receita contabilizada, no primeiro semestre de 2025, foram de R\$296,8 milhões, como Subsídio CDE (Decreto nº 7.891/2013), R\$21,8 milhões, como Programa de Baixa Renda, R\$25,7 milhões, como fornecimento de Bandeiras CCRBT, e R\$34,2 milhões, como diferença de reembolso CDE. No primeiro semestre de 2024, esses montantes foram de R\$306,6 milhões, R\$20,7 milhões, R\$25,6 milhões e R\$26,0 milhões, respectivamente.
- Outras Receitas Operacionais - Proveniente da atualização do ativo financeiro indenizável pelo IPCA.

**Consolidado**

Descrição	30.06.2025	30.06.2024
<b>Receita Operacional Bruta – ROB</b>	<b>9.079.034</b>	<b>8.207.639</b>
Fornecimento de Energia Elétrica	3.655.458	3.561.308
Fornecimento não faturado	(56.916)	(41.226)
Suprimento de Energia Elétrica	123.948	200.813
Suprimento não faturado	(1.951)	431
Disponibilização da Rede Elétrica	3.995.087	3.632.121
Valo Justo do Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	21.941	15.271
Receita Financeira	46.807	42.467
Renda de Prestação de Serviços	14	633
Energia Elétrica de Curto Prazo	222.129	24.408
Receita de Ativo/(Passivo) Financeiro Setorial	185.768	(8.927)
Outras Receitas Operacionais	978	4.205
Doações e Subvenções (i)	378.492	378.931
Receita de Construção	507.041	396.904
Arrendamentos e Aluguéis UFV	238	300
<b>Deduções da Receita Operacional Bruta</b>	<b>(3.201.961)</b>	<b>(2.987.619)</b>
ICMS	(1.251.397)	(1.145.371)
PIS	(120.898)	(109.775)
COFINS	(556.863)	(505.631)
ISS	(1)	(1)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(1.213.010)	(1.172.383)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(26.898)	(24.235)
Programa Eficiência Energética – PEE	(26.256)	(23.676)
Taxa de Fiscalização – ANEEL	(5.598)	(5.160)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos – CFURH	(1.040)	(1.387)
<b>Receita Operacional Líquida – ROL</b>	<b>5.877.073</b>	<b>5.220.020</b>

### 34.1.2. Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica por Tipo de Consumidor

**Consolidado**

Descrição	Número de Consumidores		MWh		Receita Bruta	
	30.06.2025	30.06.2024	30.06.2025	30.06.2024	30.06.2025	30.06.2024
Residencial	2.805.913	2.707.951	4.350.289	4.328.435	1.862.837	1.769.495
Industrial	141.842	139.627	5.982.636	5.705.008	416.160	446.268
Comercial	338.766	324.533	2.882.800	2.831.618	867.317	838.516
Rural	206.007	221.456	536.402	552.482	209.479	217.525
Poder Público	27.126	27.362	274.463	278.516	113.371	114.752
Iluminação Pública	1.504	1.342	297.673	289.123	63.521	68.311
Serviço Público	4.544	4.418	244.089	229.844	65.857	65.215
<b>Total do Fornecimento</b>	<b>3.525.702</b>	<b>3.426.689</b>	<b>14.568.352</b>	<b>14.215.026</b>	<b>3.598.542</b>	<b>3.520.082</b>
Suprimento de Energia	181	158	1.490.613	1.577.464	121.997	201.244
<b>Total</b>	<b>3.525.883</b>	<b>3.426.847</b>	<b>16.058.965</b>	<b>15.792.490</b>	<b>3.720.539</b>	<b>3.721.326</b>

## Notas Explicativas

### 34.2. Custos e Despesas Operacionais Consolidadas

							<b>Consolidado</b>
							<b>30.06.2025</b>
<b>Descrição</b>	<b>Custos de Bens e/ou Serviços</b>	<b>Despesas Gerais e Administrativas</b>	<b>Despesas com Vendas</b>	<b>Perdas Estimadas em Liquidação de Crédito</b>	<b>Outras Despesas/ (Receitas) Líquidas</b>	<b>Total</b>	
Energia Elétrica Comprada p/ Revenda (a)	2.754.645	-	-	-	-	2.754.645	
Encargos de Uso da Rede Elétrica (b)	992.517	-	-	-	-	992.517	
Ganho Alienação Bens e Direitos Mant. Venda	-	-	-	-	(7.569)	(7.569)	
Pessoal (c)	214.748	161.256	15.742	-	901	392.647	
Administradores	-	7.533	-	-	-	7.533	
Despesa Atuarial	-	73.127	-	-	-	73.127	
Entidade de Previdência Privada (c)	10.082	6.993	558	-	-	17.633	
Material	17.825	4.218	-	-	7.993	30.036	
Custo de Construção	507.041	-	-	-	-	507.041	
Custos e Serviços de Terceiros	81.889	58.589	32.563	-	308	173.349	
Depreciação e Amortização	155.199	29.397	51	-	985	185.632	
Provisões Líquidas	-	-	-	127.279	(8.777)	118.502	
Doações, Contribuições e Subvenções	-	-	-	-	20	20	
Arrendamento e Aluguéis	740	3.311	434	-	(363)	4.122	
Compartilhamento de Infraestrutura (d)	-	-	-	-	(148.764)	(148.764)	
Taxa Arrecadação de Convênio	-	-	-	-	(35.387)	(35.387)	
Outras (Receitas)/Despesas	8.059	(4.632)	7.796	-	22.973	34.196	
<b>Total</b>	<b>4.742.745</b>	<b>339.792</b>	<b>57.144</b>	<b>127.279</b>	<b>(167.680)</b>	<b>5.099.280</b>	

							<b>Consolidado</b>
							<b>30.06.2024</b>
<b>Descrição</b>	<b>Custos de Bens e/ou Serviços</b>	<b>Despesas Gerais e Administrativas</b>	<b>Despesas com Vendas</b>	<b>Perdas Estimadas em Liquidação de Crédito</b>	<b>Outras Despesas/ (Receitas) Líquidas</b>	<b>Total</b>	
Energia Elétrica Comprada p/ Revenda (a)	2.188.384	-	-	-	-	2.188.384	
Encargos de Uso da Rede Elétrica (b)	1.103.410	-	-	-	-	1.103.410	
Pessoal (c)	189.295	138.780	12.649	-	799	341.523	
Administradores	-	6.962	-	-	-	6.962	
Despesa Atuarial	-	69.499	-	-	-	69.499	
Entidade de Previdência Privada (c)	9.050	6.056	505	-	-	15.611	
Material	21.101	4.502	-	-	7.312	32.915	
Custo de Construção	396.904	-	-	-	-	396.904	
Custos e Serviços de Terceiros	85.955	58.565	33.944	-	595	179.059	
Depreciação e Amortização	151.577	16.193	50	-	985	168.805	
Provisões Líquidas	-	-	-	66.311	13.616	79.927	
Arrendamento e Aluguéis	689	2.723	415	-	(210)	3.617	
Compartilhamento de Infraestrutura (d)	-	-	-	-	(144.491)	(144.491)	
Taxas de Arrecadação de Convênio	-	-	-	-	(33.128)	(33.128)	
Outras (Receitas)/Despesas	11.560	(5.246)	12.586	-	3.926	22.836	
<b>Total</b>	<b>4.157.925</b>	<b>298.034</b>	<b>60.149</b>	<b>66.311</b>	<b>(150.586)</b>	<b>4.431.833</b>	

## Notas Explicativas

### a) Energia Elétrica Comprada para Revenda

Descrição	Consolidado	
	30.06.2025	30.06.2024
Compra de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR	1.586.261	1.478.835
Câmara de Comercialização de Energia – CCEE	210.078	6.603
Itaipu Binacional	421.439	365.593
Contratos Bilaterais	265.218	50.901
Cotas de Energia Nuclear	105.567	111.446
Cotas de Garantia Física	264.123	250.135
Proinfa	173.494	138.607
PIS/COFINS	(271.535)	(213.736)
<b>Total</b>	<b>2.754.645</b>	<b>2.188.384</b>

A compra e venda de energia na CCEE são reconhecidos pelo regime de competência, com base nos dados divulgados pela CCEE, que são apurados pelo produto das sobras ou déficits de energia contabilizadas em determinado mês, pelo PLD - Preço de Liquidação das Diferenças correspondente, ou, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente, por estimativa preparada pela Administração.

Em função do perfil da curva de carga da Celesc D e da sazonalização dos contratos de compra de energia, no primeiro semestre de 2025 verificou-se exposição ao mercado de curto prazo, uma vez que o montante contratado para o período foi inferior ao consumo efetivamente realizado.

Nessas circunstâncias, a Companhia necessitou adquirir energia elétrica ao Preço de Liquidação das Diferenças – PLD, cuja média no primeiro semestre de 2025 foi de R\$193,01/MWh, valor significativamente superior à média de R\$61,99/MWh registrada no mesmo período de 2024.

### b) Encargos de Uso da Rede Elétrica

Descrição	Consolidado	
	30.06.2025	30.06.2024
Encargo de Uso do Sistema	827.596	926.454
Encargos dos Serviços do Sistema – ESS	7.975	20.965
Encargos de Transporte de Itaipu	50.856	72.487
Encargo de Energia de Reserva – EER	207.255	195.972
PIS/COFINS	(101.165)	(112.468)
<b>Total</b>	<b>992.517</b>	<b>1.103.410</b>

### c) Pessoal e Previdência Privada

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.06.2025	30.06.2024	30.06.2025	30.06.2024
<b>Pessoal</b>	<b>5.205</b>	<b>4.943</b>	<b>392.647</b>	<b>341.523</b>
Remunerações	4.927	4.699	187.991	165.981
Encargos Sociais	146	148	71.669	68.995
Participação nos Lucros e Resultados	-	-	20.503	13.367
Benefícios Assistenciais	-	-	62.471	52.117
Provisões e Indenizações	49	38	49.877	40.961
Outros	83	58	136	102
<b>Previdência Privada – CELOS</b>	<b>12</b>	<b>10</b>	<b>17.633</b>	<b>15.611</b>
<b>Total</b>	<b>5.217</b>	<b>4.953</b>	<b>410.280</b>	<b>357.134</b>

### d) Compartilhamento de Infraestrutura

Refere-se à utilização de pontos de fixação nos postes da Celesc D, realizada por terceiros, para a prestação de serviços de telecomunicações de interesse coletivo, tais como telefonia, internet, TV a cabo e outros.

## Notas Explicativas

### 34.3. Resultado Financeiro

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.06.2025	30.06.2024	30.06.2025	30.06.2024
<b>Receitas Financeiras</b>	<b>(286)</b>	<b>25</b>	<b>375.863</b>	<b>173.921</b>
Renda de Aplicações Financeiras	6.551	2.992	45.724	38.855
Acréscimos Moratórias s/ Faturas de Energia Elétrica	-	-	78.259	61.260
Variações Monetárias	-	-	2.449	7.417
Atualização Monetária s/ Ativos Financeiro Setoriais	-	-	34.316	37.452
Renda de Dividendos	-	1.315	-	1.315
Receita de Derivativos	567	-	80.527	-
Juros s/ Depósitos Judiciais	3.719	3.400	15.587	13.929
Marcação a Mercado (MTM)	-	-	111.683	-
Atualização Tributo Recuperar Exclusão ICMS PIS/COFINS	-	-	19.948	22.430
Outras Receitas Financeiras	2.673	2.001	10.179	9.381
(-) PIS/COFINS s/ JCP	(13.299)	(9.396)	(13.299)	(9.396)
(-) PIS/COFINS s/ Receita Financeira	(497)	(287)	(9.510)	(8.722)
<b>Despesas Financeiras</b>	<b>(642)</b>	<b>(29)</b>	<b>(616.940)</b>	<b>(279.097)</b>
Encargos de Dívidas	-	-	(131.633)	(106.541)
Atualização Reserva Matemática a Amortizar	-	-	-	(6.008)
Imposto s/ Operações Financeiras - IOF	-	-	(7.295)	(4.705)
Variações Monetárias	-	-	(148.396)	(68.490)
Atualização Monetárias para Litígios	(567)	922	(8.509)	(11.878)
Atualização P&D e Eficiência Energética	-	-	(4.773)	(4.573)
Marcação a Mercado (MTM)	-	-	(138.131)	-
Despesa com Derivativos	-	-	(50.681)	-
Atualização Monetária s/ Passivos Financeiros	-	-	(46.440)	(54.509)
Atualização Valor Devolver Consumidor Exclusão ICMS PIS/COFINS	-	-	(72.090)	(15.375)
Juros e Custas com Debêntures	-	-	(4.854)	(3.276)
Juros de Aluguéis a Pagar (CPC 06)	(6)	(15)	(469)	(580)
Outras Despesas Financeiras	(69)	(936)	(3.669)	(3.162)
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(928)</b>	<b>(4)</b>	<b>(241.077)</b>	<b>(105.176)</b>

## 35. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Segmentos operacionais são as atividades de negócios que geram receitas e incorrem em despesas, os resultados operacionais são mensalmente revistos pela Administração da Companhia e das controladas, responsáveis pela alocação de recursos, pela avaliação de desempenho e aderência ao plano diretor do Grupo.

O acompanhamento do desempenho de cada segmento tem como base as informações derivadas dos registros contábeis.

Até 30 de junho de 2025, as vendas foram realizadas exclusivamente em território brasileiro e todos os ativos estão localizados em território nacional. Não foi identificado cliente da Companhia ou de suas controladas que seja responsável, individualmente, por mais de 10% da receita líquida total registrada.

A Controladora Celesc, tem a estrutura de Holding tem como atribuição a de controlar e gerenciar a participação em outras empresas. Além disso, ela executa a prestação de serviço de arrecadação de convênios nas faturas de energia.

Em 30 de junho de 2025 e 2024, as informações por segmento de negócios, revisadas pela Administração, são as seguintes:

a) Distribuição de energia - A Celesc D tem como atribuição prestar serviço público de distribuição de energia elétrica, sendo responsável por operar e manter a infraestrutura, bem como prestar serviços correlatos;

b) Geração de energia - A Celesc G tem como atribuição produzir energia elétrica a partir de empreendimentos de fontes hidráulica e solar.

## Notas Explicativas

	Segmentos Reportáveis				30.06.2025
Descrição	Celesc D	Celesc G	Controladora	Ajustes de Consolidação	Total
<b>Receita Operacional Líquida – ROL</b>	<b>5.773.039</b>	<b>109.641</b>	-	<b>(5.607)</b>	<b>5.877.073</b>
Custo das Vendas	(4.558.358)	(34.795)	-	5.607 (i)	(4.587.546)
Depreciação e Amortização	(152.687)	(2.512)	-	-	(155.199)
<b>Resultado Operacional Bruto</b>	<b>1.061.994</b>	<b>72.334</b>	-	-	<b>1.134.328</b>
Despesas com Vendas	(183.671)	(752)	-	-	(184.423)
Despesas Gerais e Administrativas	(308.731)	(13.630)	(17.431)	-	(339.792)
Outras Receitas/Despesas Líquidas	153.193	7.272	7.215	-	167.680
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	4.458	413.246	(387.710) (ii)	29.994
<b>Resultado das Atividades</b>	<b>722.785</b>	<b>69.682</b>	<b>403.030</b>	<b>(387.710)</b>	<b>807.787</b>
Receitas Financeiras	369.866	8.027	(286)	(1.744) (iii)	375.863
Despesas Financeiras	(612.623)	(5.419)	(642)	1.744 (iii)	(616.940)
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>(242.757)</b>	<b>2.608</b>	<b>(928)</b>	-	<b>(241.077)</b>
<b>Lucro Antes IRPJ e CSLL</b>	<b>480.028</b>	<b>72.290</b>	<b>402.102</b>	<b>(387.710)</b>	<b>566.710</b>
IRPJ e CSLL	(141.562)	(23.046)	(928)	-	(165.536)
<b>Lucro Líquido do Período</b>	<b>338.466</b>	<b>49.244</b>	<b>401.174</b>	<b>(387.710)</b>	<b>401.174</b>
<b>Total dos Ativos</b>	<b>11.581.262</b>	<b>1.011.362</b>	<b>4.158.687</b>		
<b>Total dos Passivos</b>	<b>8.977.438</b>	<b>199.111</b>	<b>282.223</b>		

	Segmentos Reportáveis				30.06.2024
Descrição	Celesc D	Celesc G	Controladora	Ajustes de Consolidação	Total
<b>Receita Operacional Líquida – ROL</b>	<b>5.133.600</b>	<b>90.739</b>	-	<b>(4.319)</b>	<b>5.220.020</b>
Custo das Vendas	(3.989.246)	(21.421)	-	4.319 (i)	(4.006.348)
Depreciação e Amortização	(150.127)	(1.450)	-	-	(151.577)
<b>Resultado Operacional Bruto</b>	<b>994.227</b>	<b>67.868</b>	-	-	<b>1.062.095</b>
Despesas com Vendas	(126.170)	(290)	-	-	(126.460)
Despesas Gerais e Administrativas	(271.383)	(10.154)	(16.497)	-	(298.034)
Outras Receitas/Despesas Líquidas	148.916	(1.178)	2.848	-	150.586
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	6.372	522.345	(499.147) (ii)	29.570
<b>Resultado das Atividades</b>	<b>745.590</b>	<b>62.618</b>	<b>508.696</b>	<b>(499.147)</b>	<b>817.757</b>
Receitas Financeiras	168.937	4.959	25	-	173.921
Despesas Financeiras	(276.869)	(2.199)	(29)	-	(279.097)
<b>Resultado Financeiro, Líquido</b>	<b>(107.932)</b>	<b>2.760</b>	<b>(4)</b>	-	<b>(105.176)</b>
<b>Lucro Antes IRPJ e CSLL</b>	<b>637.658</b>	<b>65.378</b>	<b>508.692</b>	<b>(499.147)</b>	<b>712.581</b>
IRPJ e CSLL	(183.838)	(20.051)	886	-	(203.003)
<b>Lucro Líquido do Período</b>	<b>453.820</b>	<b>45.327</b>	<b>509.578</b>	<b>(499.147)</b>	<b>509.578</b>
<b>Total dos Ativos</b>	<b>10.095.013</b>	<b>1.016.850</b>	<b>3.587.558</b>		
<b>Total dos Passivos</b>	<b>8.853.153</b>	<b>190.737</b>	<b>233.119</b>		

(i) Transações de compra e venda de energia entre a Celesc D e a Celesc G.

(ii) Equivalência patrimonial das subsidiárias integrais Celesc D e Celesc G.

(iii) Juros referentes ao contrato de mútuo celebrado entre a Celesc D e a Celesc G.

## 36. COMPROMISSOS CONTRATUAIS

Os principais compromissos relacionados a contratos de longo prazo ainda não incorridos, mas já firmados com base em preços contratuais pré-determinados, não reconhecidos nestas demonstrações financeiras, estão demonstrados a seguir:

	Consolidado					
	30.06.2025					
Descrição	2025	2026	2027	2028	2029	2029+
Compra de energia	2.082.223	2.101.885	2.088.538	2.085.218	2.075.343	2.021.676
Encargos de conexão e transporte de energia	904.648	1.846.107	1.909.006	1.973.720	2.043.067	30.770.943
<b>Total</b>	<b>2.986.871</b>	<b>3.947.992</b>	<b>3.997.544</b>	<b>4.058.938</b>	<b>4.118.410</b>	<b>32.792.619</b>

	Consolidado					
	31.12.2024					
Descrição	2024	2025	2026	2027	2028	2028+
Compra de energia	4.305.114	4.300.219	4.291.463	4.288.145	4.278.270	4.182.402
Encargos de conexão e transporte de energia	1.864.062	1.929.914	1.995.670	2.063.322	2.135.816	32.329.886
<b>Total</b>	<b>6.169.176</b>	<b>6.230.133</b>	<b>6.287.133</b>	<b>6.351.467</b>	<b>6.414.086</b>	<b>36.512.288</b>

**Notas Explicativas****37. INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES DAS SUBSIDIÁRIAS****37.1. Celesc D****37.1.1. Balanço Patrimonial – Ativo**

<b>Ativo</b>	<b>30.06.2025</b>	<b>31.12.2024</b>
<b>Circulante</b>	<b>3.393.992</b>	<b>3.527.841</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	273.090	816.882
Contas a Receber de Clientes	2.498.823	2.222.207
IRPJ e CSLL a Recuperar	137.059	36.723
Demais Tributos a Recuperar	192.761	194.251
Outros	292.259	257.778
<b>Não Circulante</b>	<b>8.187.270</b>	<b>7.921.476</b>
<b>Realizável a Longo Prazo</b>	<b>3.265.945</b>	<b>3.100.223</b>
Contas a Receber de Clientes	10.133	4.491
Tributos Diferidos	584.839	659.034
Tributos a Recuperar	324.640	367.663
Depósitos Judiciais	320.549	338.469
Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	1.118.535	946.294
Ativo de Contrato	817.512	771.357
Instrumentos Financeiros Derivativos	76.750	-
Outros	12.987	12.915
<b>Imobilizado</b>	<b>12.495</b>	<b>5.106</b>
<b>Intangível</b>	<b>4.908.830</b>	<b>4.816.147</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>11.581.262</b>	<b>11.449.317</b>

**37.1.2. Balanço Patrimonial – Passivo**

<b>Passivo</b>	<b>30.06.2025</b>	<b>31.12.2024</b>
<b>Circulante</b>	<b>2.999.559</b>	<b>2.965.847</b>
Fornecedores	954.599	987.140
Empréstimos Moeda Nacional	187.962	114.891
Empréstimos Moeda Estrangeira	104.694	98.962
Debêntures	177.997	195.965
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	208.231	215.620
IRPJ e CSLL a Recolher	69.112	1.821
Demais Tributos a Recolher	249.740	245.890
Dividendos e Juros s/ Capital Próprio	205.771	175.302
Taxas Regulamentares	30.364	22.020
Mútuos	104.744	-
Passivo de Arrendamento	5.137	1.932
Benefícios a Empregados	150.925	167.661
Passivos Financeiro Setorial	221.375	388.599
PIS/COFINS a Restituir a Consumidores	116.985	46.811
Instrumentos Financeiros Derivativos	95.816	70.230
Outros	116.107	233.003
<b>Não Circulante</b>	<b>5.977.879</b>	<b>6.147.049</b>
Empréstimos Moeda Nacional	477.639	555.694
Empréstimos Moeda Estrangeira	1.176.231	1.209.838
Debêntures	2.013.523	1.990.254
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	4.998	8.969
Taxas Regulamentares	85.321	78.569
Tributos a Recolher	15.123	17.096
Passivo de Arrendamento	8.079	3.838
Benefícios a Empregados	333.643	1.508.838
Provisão para Contingências	1.509.575	426.521
Passivo Financeiro Setorial	26.726	21.400
PIS/COFINS a Restituir a Consumidores	327.021	326.032
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>2.603.824</b>	<b>2.336.421</b>
Capital Social (i)	2.067.902	2.000.000
Reservas de Lucro	1.371.474	1.371.474
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(1.035.053)	(1.035.053)
Lucros Acumulados	199.501	-
<b>Total do Passivo</b>	<b>11.581.262</b>	<b>11.449.317</b>

(i) Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 06 de junho de 2025, foi aprovado o aumento do capital social da Celesc D no montante de R\$67.902.300,00 (sessenta e sete milhões, novecentos e dois mil e trezentos reais), integralizado por meio de aporte financeiro por sua acionista controladora Celesc.

## Notas Explicativas

O referido aumento não implicou emissão de novas ações, mantendo-se inalterada a quantidade de 630.000.000 (seiscentos e trinta milhões) de ações ordinárias nominativas, todas sem valor nominal.

Como resultado, o capital social autorizado e integralizado da Companhia passou de R\$2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais) para R\$2.067.902.300,00 (dois bilhões, sessenta e sete milhões, novecentos e dois mil e trezentos reais). Em razão do aumento, foi aprovada a alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia.

### 37.1.3. Demonstração de Resultados

Descrição	30.06.2025	30.06.2024
<b>Receita Operacional Líquida – ROL</b>	<b>5.773.039</b>	<b>5.133.600</b>
Receita Líquida de Vendas de Energia Elétrica	5.773.039	5.133.600
<b>Custos de Vendas</b>	<b>(4.711.045)</b>	<b>(4.139.373)</b>
Custo de Operação	(4.711.045)	(4.139.373)
<b>Lucro Bruto</b>	<b>1.061.994</b>	<b>994.227</b>
<b>Despesas Operacionais</b>	<b>(339.209)</b>	<b>(248.637)</b>
Despesas com Vendas	(56.392)	(59.859)
Perda por Redução ao Valor Recuperável de Contas a Receber	(127.279)	(66.311)
Despesas Gerais e Administrativas	(308.731)	(271.383)
Outras Receitas	176.194	205.144
Outras Despesas	(23.001)	(56.228)
<b>Resultado antes do Resultado Financeiro</b>	<b>722.785</b>	<b>745.590</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(242.757)</b>	<b>(107.932)</b>
Receitas Financeiras	369.866	168.937
Despesas Financeiras	(612.623)	(276.869)
<b>Lucro Antes do IRPJ e da CSLL</b>	<b>480.028</b>	<b>637.658</b>
<b>IRPJ e CSLL</b>	<b>(141.562)</b>	<b>(183.838)</b>
Corrente	(67.367)	(159.917)
Diferido	(74.195)	(23.921)
<b>Lucro Líquido do Período</b>	<b>338.466</b>	<b>453.820</b>

### 37.1.4. Receita Operacional

Descrição	30.06.2025	30.06.2024
<b>Receita Operacional Bruta – ROB</b>	<b>8.963.375</b>	<b>8.110.764</b>
Fornecimento de Energia Elétrica (a)	3.638.852	3.548.885
Fornecimento Não Faturado (a)	(56.490)	(41.505)
Suprimento de Energia Elétrica (a)	74.067	160.464
Ativos e (Passivos) Financeiros Setoriais	185.768	(8.927)
Disponibilização da Rede Elétrica	3.997.674	3.633.744
Energia de Curto Prazo	215.052	22.177
Renda de Prestação de Serviços	-	615
Doações e Subvenções	378.492	378.931
Receita de Construção	507.041	396.904
Valor Justo do Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	21.941	15.271
Outras Receitas Operacionais	978	4.205
<b>Deduções da Receita Operacional Bruta</b>	<b>(3.190.336)</b>	<b>(2.977.164)</b>
ICMS	(1.251.397)	(1.145.371)
PIS	(119.171)	(108.302)
COFINS	(548.906)	(498.844)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(1.213.010)	(1.172.383)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(26.256)	(23.676)
Programa Eficiência Energética – PEE	(26.256)	(23.676)
Taxa de Fiscalização - ANEEL	(5.340)	(4.912)
<b>Receita Operacional Líquida – ROL</b>	<b>5.773.039</b>	<b>5.133.600</b>

#### a) Receita de Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica por Tipo de Consumidor

A composição da Receita Bruta de fornecimento e suprimento de energia elétrica por classe de consumidores é a seguinte:

## Notas Explicativas

Descrição	Número de Consumidores		MWh		Receita Bruta	
	30.06.2025	30.06.2024	30.06.2025	30.06.2024	30.06.2025	30.06.2024
Residencial	2.805.913	2.707.951	4.350.289	4.328.435	1.862.837	1.769.495
Industrial	141.818	139.612	5.916.356	5.653.606	404.870	435.575
Comercial	338.758	324.528	2.859.319	2.817.209	862.427	836.507
Rural	206.007	221.456	536.402	552.482	209.479	217.525
Poder Público	27.126	27.362	274.463	278.516	113.371	114.752
Iluminação Pública	1.504	1.342	297.673	289.123	63.521	68.311
Serviço Público	4.544	4.418	244.089	229.844	65.857	65.215
<b>Total do Fornecimento</b>	<b>3.525.670</b>	<b>3.426.669</b>	<b>14.478.591</b>	<b>14.149.215</b>	<b>3.582.362</b>	<b>3.507.380</b>
Suprimento de Energia	89	77	1.179.752	1.250.556	74.067	160.464
<b>Total</b>	<b>3.525.759</b>	<b>3.426.746</b>	<b>15.658.343</b>	<b>15.399.771</b>	<b>3.656.429</b>	<b>3.667.844</b>

### 37.1.5. Custos e Despesas Operacionais

Descrição	30.06.2025					
	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas com Vendas	Perdas Estimadas em Liquidação de Crédito	Outras Despesas ou Receitas Líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada p/Revenda	3.725.872	-	-	-	-	3.725.872
Pessoal	213.066	147.225	15.030	-	901	376.222
Despesa Atuarial	-	73.127	-	-	-	73.127
Entidade Previdência Privada	10.082	6.981	558	-	-	17.621
Material	17.608	4.189	-	-	7.673	29.470
Serviços de Terceiros	76.719	52.283	32.523	-	308	161.833
Depreciação e Amortização	152.687	28.992	51	-	-	181.730
Provisões Líquidas	-	-	-	127.279	11.855	139.134
Custo de Construção	507.041	-	-	-	-	507.041
Recuperação de Despesas	(9.958)	(17.809)	(3.909)	-	-	(31.676)
Taxa de Arrecadação de Convênios	-	-	-	-	(23.525)	(23.525)
Compartilhamento de Infraestrutura	-	-	-	-	(148.764)	(148.764)
Outras Despesas/Receitas Operacionais	17.928	13.743	12.139	-	(1.641)	42.169
<b>Total</b>	<b>4.711.045</b>	<b>308.731</b>	<b>56.392</b>	<b>127.279</b>	<b>(153.193)</b>	<b>5.050.254</b>

Descrição	30.06.2024					
	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas com Vendas	Perdas Estimadas em Liquidação de Crédito	Outras Despesas/ Receitas Líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada p/Revenda	3.280.581	-	-	-	-	3.280.581
Pessoal	187.762	126.373	12.649	-	799	327.583
Despesa Atuarial	-	69.499	-	-	-	69.499
Entidade Previdência Privada	9.050	6.046	505	-	-	15.601
Material	21.013	4.446	-	-	6.876	32.335
Custo de Construção	396.904	-	-	-	-	396.904
Custos e Serviços de Terceiros	82.518	53.502	33.738	-	595	170.353
Depreciação e Amortização	150.127	15.856	50	-	-	166.033
Provisões Líquidas	-	-	-	66.311	13.984	80.295
Outros	11.418	(4.339)	12.917	-	(171.170)	(151.174)
<b>Total</b>	<b>4.139.373</b>	<b>271.383</b>	<b>59.859</b>	<b>66.311</b>	<b>(148.916)</b>	<b>4.388.010</b>

### 37.1.6. Resultado Financeiro

Atualização de ativo e passivo financeiro setoriais: Atualização é pela Selic. As variações ocorrem, dependendo dos valores constituídos serem Ativos (receita) ou Passivos (despesa) Financeiros.

A maior parte da variação de encargos das dívidas é referente aos encargos e juros remuneratórios do contrato de empréstimo com o Banco Safra, no valor de R\$550,0 milhões em fevereiro de 2022, para capital de giro. A dívida começaria a ser paga em agosto de 2023 e, através de aditamento, teve seu início prorrogado para agosto de 2025 e término em fevereiro de 2029.

Encargos de dívidas: Os Encargos dos empréstimos em moeda nacional, do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e das debêntures, são atualizados pelo CDI. No primeiro semestre de 2025 o

## Notas Explicativas

CDI acumulado foi de 6,36%, sendo que no mesmo período de 2024 foi 5,22%.

Atualização Tributária de Crédito Recuperável da Exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS: Referente à atualização financeira da 2ª ação judicial, da qual a Celesc D iniciou os processos de compensações tributárias em fevereiro de 2023.

Marcação a Mercado (MTM): É o resultado positivo obtido quando o valor justo (preço de mercado) do ativo financeiro (item protegido por hedge) é maior em relação ao valor registrado contabilmente.

Receita com Derivativos: Ocorre quando a variação do derivativo é positiva, ajustando o valor do item protegido por um ganho no resultado.

Despesas com Derivativos: Quando o derivativo perde valor, o item protegido é ajustado para refletir essa desvalorização, o que resulta em uma perda reconhecida no resultado.

<b>Descrição</b>	<b>30.06.2025</b>	<b>30.06.2024</b>
<b>Receitas Financeiras</b>	<b>369.866</b>	<b>168.937</b>
Renda de Aplicações Financeiras	32.597	30.975
Variações Monetárias	2.449	7.417
Atualização Monetária s/ Ativos Regulatórios	34.316	37.452
Juros e Acréscimos Moratórios s/ Energia Vendida	78.249	61.249
Atualização Tributo Recuperar Exclusão ICMS PIS/COFINS	19.917	22.430
Juros Depósitos Judiciais	11.853	10.512
Receita com Derivativos	79.960	-
Marcação a Mercado (MTM)	111.683	-
Outras Receitas Financeiras	7.464	7.096
(-) Tributos s/ Receita Financeira	(8.622)	(8.194)
<b>Despesas Financeiras</b>	<b>(612.623)</b>	<b>(276.869)</b>
Encargos de Dívidas	(129.700)	(106.541)
Juros e Atualização Monetária Reserva Matemática	-	(6.008)
IOF – Imposto sobre Operações Financeiras	(7.295)	(4.705)
Encargos de Mútuo	(3.677)	-
Atualização P&D e Eficiência Energética	(4.749)	(4.464)
Custo na Emissão de Debêntures	(2.794)	(1.204)
Variações Monetária Debêntures	(148.379)	(68.098)
Outras Variações Monetárias	(17)	(392)
Atualização Monetária s/ Ativos Regulatórios	(46.440)	(54.509)
Juros de Arrendamentos	(463)	(565)
Atualização Valor Devolver Consumidor Exclusão ICMS PIS/COFINS	(72.090)	(15.375)
Atualização Monetária Litígios	(7.942)	(12.800)
Despesas com Derivativos	(50.681)	-
Marcação a Mercado (MTM)	(138.131)	-
Outras Despesas Financeiras	(265)	(2.208)
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(242.757)</b>	<b>(107.932)</b>

## Notas Explicativas

### 37.2. Celesc G

#### 37.2.1. Balanço Patrimonial – Ativo

<b>Ativo</b>	<b>30.06.2025</b>	<b>31.12.2024</b>
<b>Circulante</b>	<b>115.288</b>	<b>193.745</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	9.751	105.722
Contas a Receber de Clientes	17.055	16.522
IRPJ e CSLL a Recuperar	9.894	3.002
Demais Tributos a Recuperar	779	1.681
Despesas Antecipadas	261	1.043
Dividendos e JCP a Receber	-	3.222
Ativo Mantido para Venda	11.473	-
Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga	45.271	43.449
Ativo Financeiro – Indenização Projeto Básico Usina Pery	19.837	19.039
Outros	967	65
<b>Não Circulante</b>	<b>896.074</b>	<b>847.572</b>
<b>Realizável à Longo Prazo</b>	<b>598.950</b>	<b>483.086</b>
Mútuo	104.744	-
Depósitos Judiciais	525	470
Demais Tributos a Recuperar	761	1.046
Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	2.421	2.421
Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga	337.187	329.418
Ativo Financeiro – Indenização Projeto Básico Usina Pery	153.312	149.731
<b>Investimentos</b>	<b>44.807</b>	<b>116.697</b>
<b>Imobilizado</b>	<b>211.197</b>	<b>205.091</b>
<b>Intangível</b>	<b>41.120</b>	<b>42.698</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>1.011.362</b>	<b>1.041.317</b>

#### 37.2.2. Balanço Patrimonial – Passivo

<b>Passivo</b>	<b>30.06.2025</b>	<b>31.12.2024</b>
<b>Circulante</b>	<b>55.683</b>	<b>70.707</b>
Fornecedores	3.720	4.624
Debêntures	6.475	6.286
IRPJ e CSLL a Recolher	18.165	915
Demais Tributos a Recolher	1.601	9.837
Taxas Regulamentares	484	1.258
Dividendos e Juros s/ Capital Próprio	22.536	45.072
Outros	2.702	2.715
<b>Não Circulante</b>	<b>143.428</b>	<b>139.701</b>
Debêntures	28.899	31.117
Tributos Diferidos	114.378	108.460
Taxas Regulamentares	148	92
Provisões para Contingências	3	32
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>812.251</b>	<b>830.909</b>
Capital Social	450.000	450.000
Reservas de Lucro	300.668	368.570
Ajuste de Avaliação Patrimonial	12.064	12.339
Lucros Acumulados	49.519	-
<b>Total do Passivo</b>	<b>1.011.362</b>	<b>1.041.317</b>

## Notas Explicativas

### 37.2.3. Demonstração de Resultados

Descrição	30.06.2025	30.06.2024
<b>Receita Operacional Líquida – ROL</b>	<b>109.641</b>	<b>90.739</b>
Receita Líquida de Vendas de Energia Elétrica	109.641	90.739
<b>Custos de Vendas</b>	<b>(37.307)</b>	<b>(22.871)</b>
Custo de Operação	(37.307)	(22.871)
<b>Lucro Bruto</b>	<b>72.334</b>	<b>67.868</b>
<b>Despesas Operacionais</b>	<b>(2.652)</b>	<b>(5.250)</b>
Com Vendas	(752)	(290)
Gerais e Administrativa	(13.630)	(10.154)
Outras Receitas	7.601	-
Outras Despesas	(329)	(1.178)
Participação nos lucros das investidas por equivalência patrimonial, líquida de impostos	4.458	6.372
<b>Resultado antes do Resultado Financeiro</b>	<b>69.682</b>	<b>62.618</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>2.608</b>	<b>2.760</b>
Receitas Financeiras	8.027	4.959
Despesas Financeiras	(5.419)	(2.199)
<b>Lucro Antes do IRPJ e da CSLL</b>	<b>72.290</b>	<b>65.378</b>
<b>IRPJ e CSLL</b>	<b>(23.046)</b>	<b>(20.051)</b>
Corrente	(17.129)	(15.057)
Diferido	(5.917)	(4.994)
<b>Lucro Líquido do Período</b>	<b>49.244</b>	<b>45.327</b>

### 37.2.4. Receita Operacional

Descrição	30.06.2025	30.06.2024
<b>Receita Operacional Bruta – ROB (a)</b>	<b>121.266</b>	<b>101.194</b>
Fornecimento de Energia Elétrica – Industrial	11.759	10.442
Fornecimento de Energia Elétrica – Industrial – Não Faturado	(426)	279
Fornecimento de Energia Elétrica – Comercial	4.890	2.009
Suprimento de Energia Elétrica	52.858	43.017
Suprimento de Energia Elétrica – Não Faturado	(1.951)	431
Energia Elétrica de Curto Prazo	7.077	2.231
Receita Financeira Juros Bonificação de Outorga	21.637	20.795
Receita Financeira Atualização Monetária. Bonificação de Outorga	10.803	8.653
Receita Financeira Juros Usina Pery	9.472	9.100
Receita Financeira Atualização Monetária Usina Pery	4.895	3.919
Renda de Prestação de Serviços	14	18
Arrendamentos e Aluguéis UFV	238	300
<b>Deduções da Receita Operacional</b>	<b>(11.625)</b>	<b>(10.455)</b>
PIS	(1.727)	(1.473)
COFINS	(7.957)	(6.787)
Taxa Fiscalização	(258)	(248)
Pesquisa e desenvolvimento – P&D	(642)	(559)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(1.040)	(1.387)
ISS	(1)	(1)
<b>Receita Operacional Líquida – ROL</b>	<b>109.641</b>	<b>90.739</b>

#### a) Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

Descrição	Número de Consumidores		MWh		Receita Bruta	
	30.06.2025	30.06.2024	30.06.2025	30.06.2024	30.06.2025	30.06.2024
Industrial	24	15	66.280	51.402	11.333	10.721
Comercial, Serviços e Outros	8	5	23.481	14.409	4.890	2.009
Suprimento de Energia	92	81	310.861	326.908	50.907	43.448
Energia Elétrica de Curto Prazo (CCEE)	-	-	20.225	6.440	7.077	2.231
<b>Total</b>	<b>124</b>	<b>101</b>	<b>420.847</b>	<b>399.159</b>	<b>74.207</b>	<b>58.409</b>

## Notas Explicativas

### 37.2.5. Custos e Despesas Operacionais

<b>30.06.2025</b>					
<b>Descrição</b>	<b>Custos de Bens e/ou Serviços</b>	<b>Despesas Gerais e Administrativas</b>	<b>Despesas com Vendas</b>	<b>Outras Despesas ou Receitas Líquidas</b>	<b>Total</b>
Energia Elétrica Comprada p/Revenda	17.722	-	-	-	17.722
Energia Elétrica Comprada p/Revenda CP	6.545	-	-	-	6.545
Encargos de Uso da Rede Elétrica	2.587	-	-	-	2.587
Pessoal	1.682	8.826	712	-	11.220,00
Material	217	29	-	320	566
Custos e Serviços de Terceiros	5.213	3.432	40	-	8.685
Depreciação e Amortização	2.512	287	-	-	2.799
Seguros	782	-	-	-	782
Tributos	43	225	-	-	268
Aluguéis	-	49	-	-	49
Provisões Líquidas	-	-	-	(29)	(29)
Ganho Alienação Bens Direitos Mantidos Venda	-	-	-	(7.569)	(7.569)
Outros	4	782	-	6	792
<b>Total</b>	<b>37.307</b>	<b>13.630</b>	<b>752</b>	<b>(7.272)</b>	<b>44.417</b>

<b>30.06.2024</b>					
<b>Descrição</b>	<b>Custos de Bens e/ou Serviços</b>	<b>Despesas Gerais e Administrativas</b>	<b>Despesas com Vendas</b>	<b>Outras Despesas ou Receitas Líquidas</b>	<b>Total</b>
Energia Elétrica Comprada p/ Revenda	11.665	-	-	-	11.665
Energia Elétrica Comprada para Revenda CP	2.216	-	-	-	2.216
Encargos de Uso da Rede Elétrica	1.623	-	-	-	1.623
Pessoal	1.533	7.464	-	-	8.997
Material	88	56	-	436	580
Custos e Serviços de Terceiros	3.465	2.154	206	-	5.825
Depreciação e Amortização	1.450	215	-	-	1.665
Seguros	795	-	-	-	795
Tributos	36	75	84	-	195
Aluguéis	-	123	-	-	123
Provisões Líquidas	-	-	-	7	7
Outros	-	67	-	735	802
<b>Total</b>	<b>22.871</b>	<b>10.154</b>	<b>290</b>	<b>1.178</b>	<b>34.493</b>

### 37.2.6. Resultado Financeiro

<b>Descrição</b>	<b>30.06.2025</b>	<b>30.06.2024</b>
<b>Receitas Financeiras</b>	<b>8.027</b>	<b>4.959</b>
Renda de Aplicação Financeira	6.576	4.888
Acréscimos Moratórios s/ Faturas de Energia	10	11
Juros Mútuo	1.744	-
Multas Contratuais	31	-
Juros Depósitos Judiciais	15	-
Outras Receitas Financeiras	42	17
(-) PIS/COFINS s/Receita Financeira	(391)	43
<b>Despesas Financeiras</b>	<b>(5.419)</b>	<b>(2.199)</b>
Juros Debêntures	(1.994)	(2.006)
Custos na Emissão de Debêntures	(66)	(66)
Atualização de P&D	(24)	(109)
Outras Despesas Financeiras	(3.335)	(18)
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>2.608</b>	<b>2.760</b>

## 38. EVENTOS SUBSEQUENTES

### 38.1. Reajuste da Receita Anual da Geração – RAG

Em 22 de julho de 2025, a ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 3.506, homologou as Receitas Anuais de Geração – RAGs das usinas hidrelétricas em regime de cotas para o ciclo 2025/2026, nos termos da Lei Federal nº 12.783/2013. O período de vigência da nova RAG é de 1º de julho de 2025 a 30 de junho de 2026.

## Notas Explicativas

Na RAG a ser recebida pela UHE Pery, R\$10,5 milhões se referem à indenização da parcela de investimentos em bens reversíveis não depreciados ao final do período de sua concessão anterior.

As RAGs estabelecidas para as usinas de propriedade da Celesc G, que deverão ser cobradas mensalmente, são:

Usinas	Receita Anual	Receita Mensal
	(R\$/mil) Ciclo 2025/2026	(R\$/mil) Ciclo 2025/2026
UHE Pery	30.016	2.501
UHE Garcia	14.244	1.187
UHE Bracinho	18.394	1.533
UHE Cedros	13.459	1.122
UHE Palmeiras	28.867	2.406
UHE Salto	9.524	794

### 38.2. Emissão de Novas Debêntures

Na reunião extraordinária do Conselho de Administração realizada em 7 de julho de 2025, foi aprovada a 8ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, no valor total de R\$510,0 milhões emitidas pela Celesc Distribuição S.A. ("Celesc D").

O instrumento particular de escritura da emissão foi celebrado em 8 de julho de 2025, com a interveniência da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. ("Celesc Holding"), na qualidade de fiadora, que assumiu, em caráter irrevogável e irretratável, a obrigação de garantir o cumprimento integral de todas as obrigações assumidas pela Celesc D no âmbito da emissão.

As Debêntures foram emitidas em 30 de julho de 2025, sob a forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautelares ou certificados. Os recursos líquidos captados serão destinados ao reforço de caixa e ao capital de giro.

Foram emitidas 510.000 (quinhentas e dez mil) debêntures, com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais), vencendo-se em 30 de julho de 2031, ou seja, com prazo de 6 (seis) anos contados da data de emissão.

As debêntures não possuem atualização monetária e são remuneradas pela variação acumulada de 100% das taxas médias diárias do DI (Depósito Interfinanceiro) de um dia, "over extra-grupo", acrescida de *spread* definido de acordo com o procedimento de *bookbuilding*, limitado a 0,67% ao ano. A remuneração é paga semestralmente, a partir da data da emissão.

O quadro a seguir apresenta o resumo das principais características da Emissão:

Instrumento	Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária.
Número da Emissão	8ª Emissão
Oferta e Público Alvo	Distribuição pública, com registro automático, destinada a investidores profissionais, sob regime de garantia firme
Valor Total da Emissão	R\$ 510.000.000,00 (quinhentos e dez milhões de reais)
Valor Nominal Unitário	R\$ 1.000,00 (mil reais)
Quantidade de Debêntures	510.000 (quinhentos e dez mil) debêntures
Prazo de vencimento	6 anos
Remuneração máxima	CDI + 0,67% a.a.
Juros	Semestral, sem carência.
Amortização	Semestral, a partir do 42º mês (inclusive), em 6 parcelas: 4 de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) cada, e 2 de R\$ 155.000.000,00 (cento e cinquenta e cinco milhões de reais) cada.
Garantia	Fidejussória (fiança prestada pela Celesc Holding)
Covenant Financeiro	Dívida Líquida / EBITDA menor ou igual a 3,50x
Previsão de Liquidação Financeira	Agosto de 2025

## Notas Explicativas

### 38.3. Liberação de Recursos do Financiamento BNDES – Celesc G

No dia 1º de julho de 2025, ocorreram as primeiras liberações de recursos do contrato de financiamento do valor de R\$214,0 milhões firmado entre a Celesc G e o BNDES (NE 23.2). O montante liberado foi de R\$22,4 milhões, conforme quadro abaixo:

Descrição	UFV Lages II	UFV Capivari	UFV Videira	UHE Salto	CGH Maruim
Valor Contratado (R\$/Mil)	3.730	10.098	3.658	191.808	5.110
Valor Liberado (R\$/Mil)	3.730	9.932	3.658	-	5.110
<b>Saldo a Liberar (R\$/Mil)</b>	-	<b>166</b>	-	<b>191.808</b>	-
Periodicidade Pagamento Juros e Amortizações	Mensal	Mensal	Mensal	-	Mensal
Início Pagamento Juros e Amortizações	15/08/2025	15/08/2025	15/08/2025	-	15/08/2025

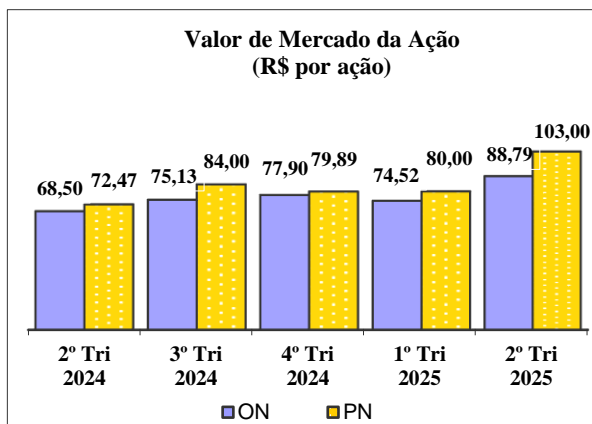
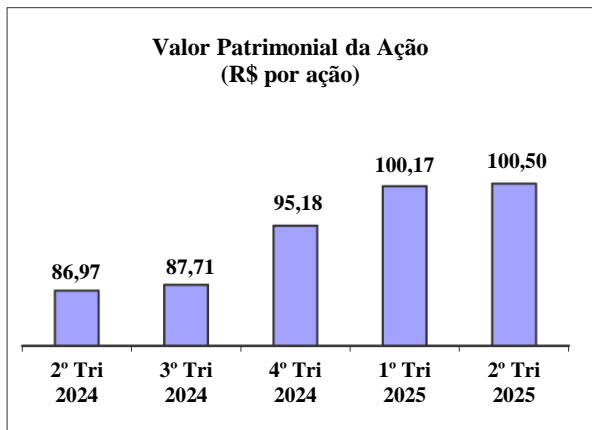
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

**OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES**

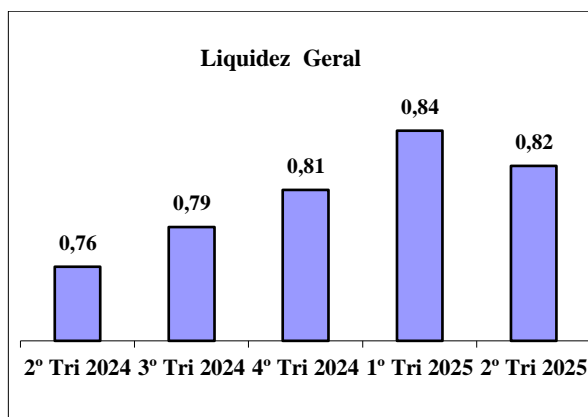
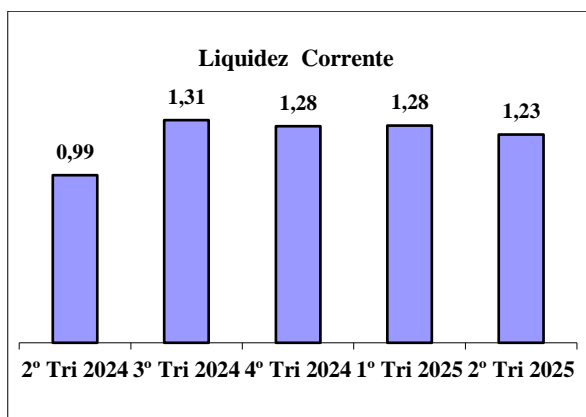
**1. INDICADORES FINANCEIROS TRIMESTRAIS**

(Informações não revisadas)

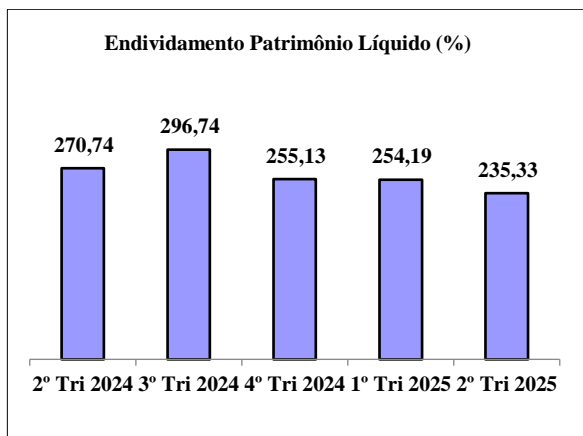
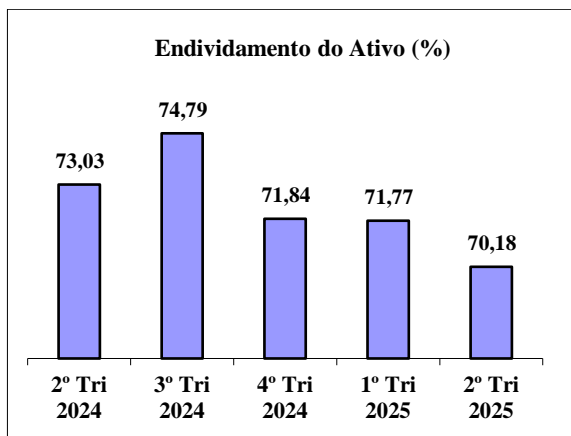
**1.1. Patrimoniais**



**1.2. Liquidez**

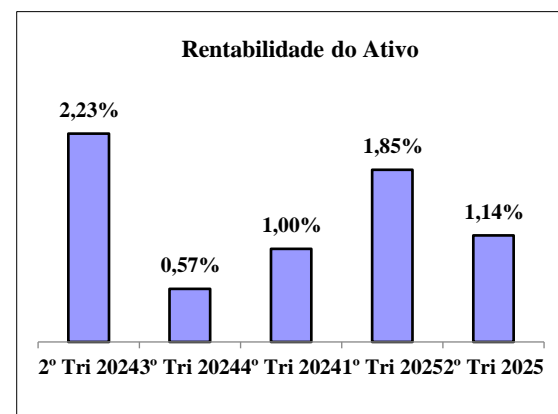
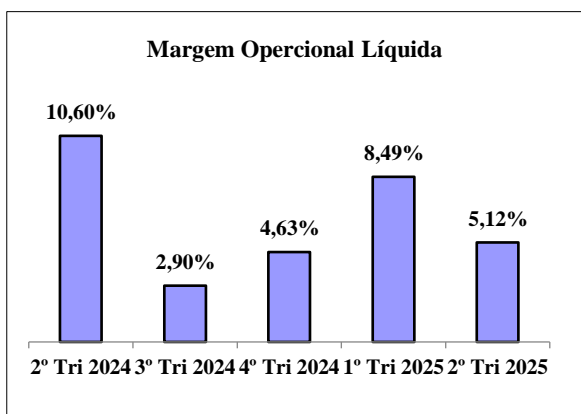
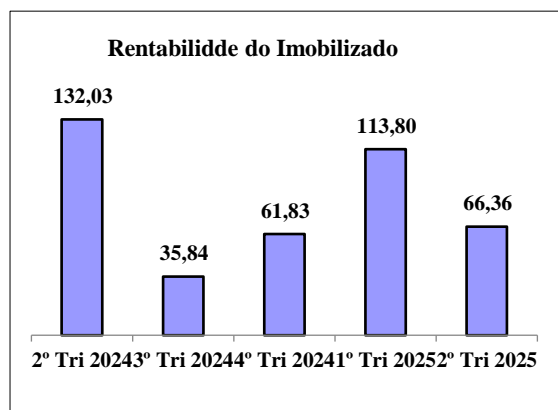
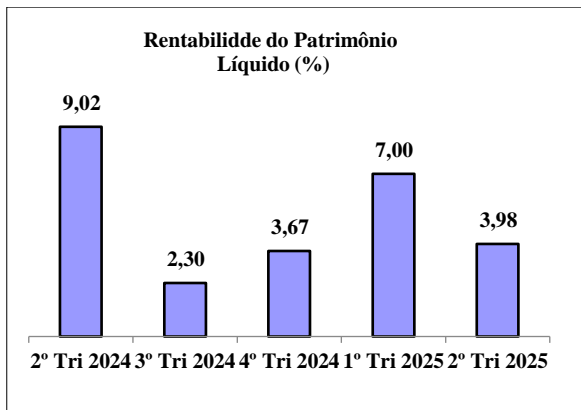


**1.3. Endividamento**

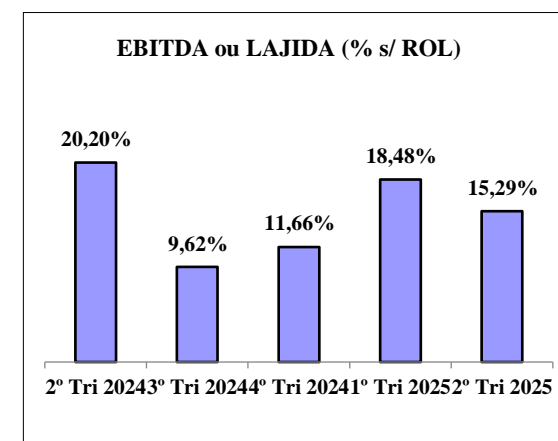
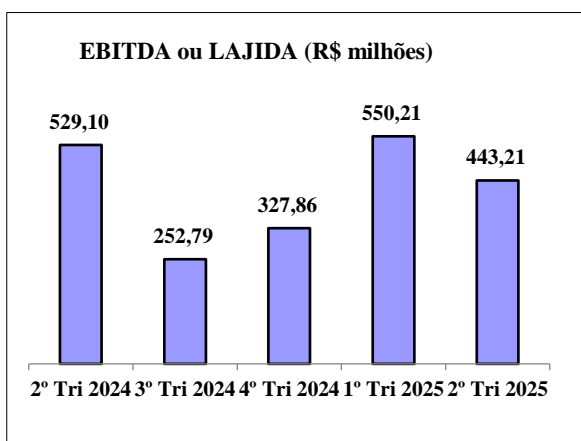


**Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**

**1.4. Rentabilidade**

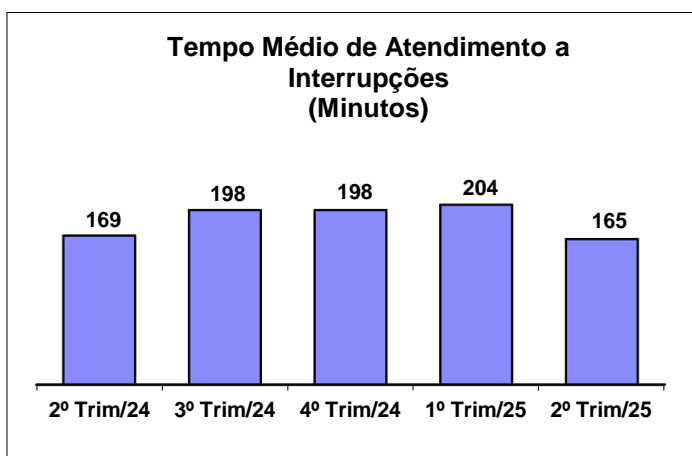
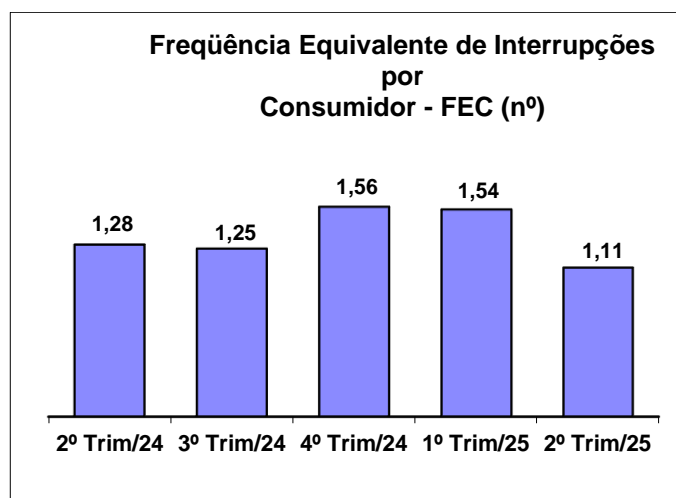
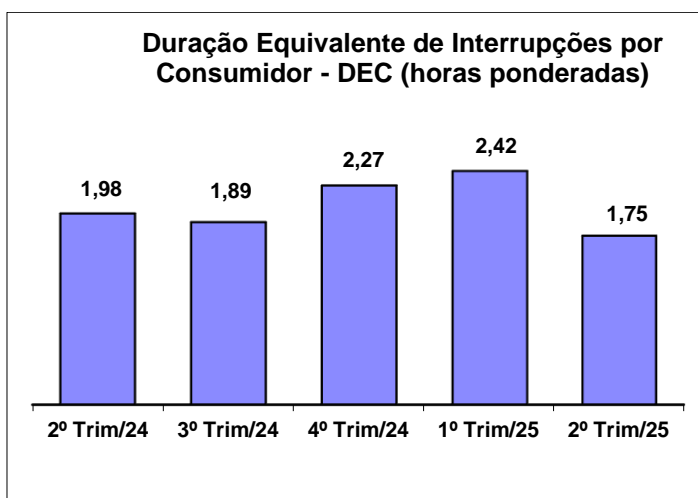
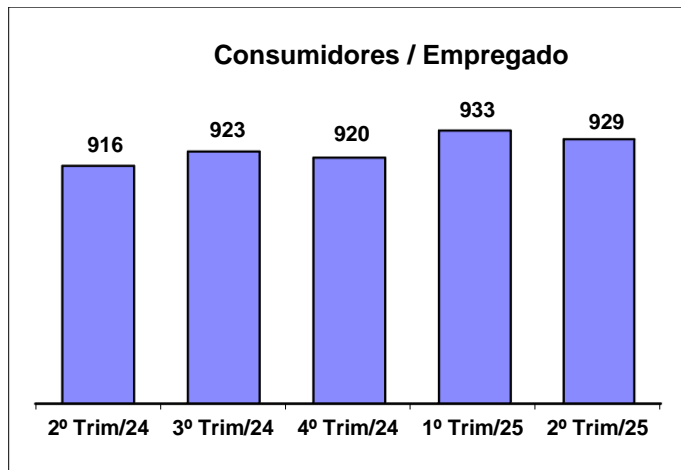
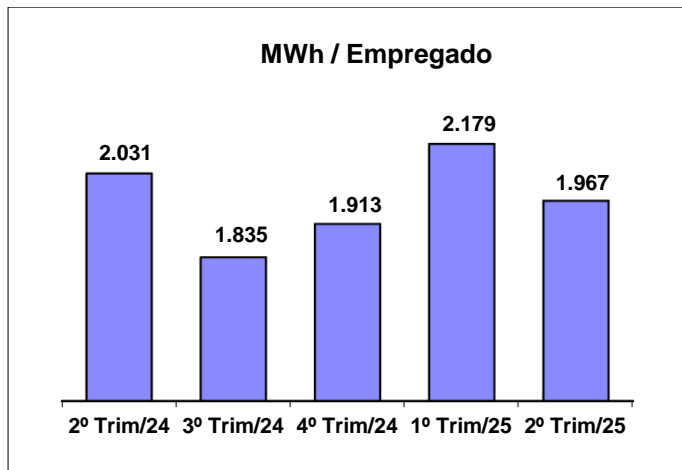


**1.5. EBITDA ou LAJIDA**



## Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

### 1.6. Eficiência



## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

KPMG Auditores Independentes Ltda.  
The Five East Batel  
Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel  
Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000  
Curitiba/PR - Brasil  
Telefone +55 (41) 3304-2500  
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Administradores e Acionistas  
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.  
Florianópolis – SC

### Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Companhia Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

### Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Curitiba, 14 de agosto de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC SP-014428/O-6 F-PR

Samuel Viero Ricken  
CRC SC-030412/O-1

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

### **DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

Os Diretores da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc declaram que examinaram, revisaram e concordam com todas as informações contidas nas Demonstrações Financeiras Intermediárias da Companhia relativas ao 2º trimestre de 2025.

Tarcísio Estefano Rosa  
Diretor Presidente

Julio Cesar Pungan  
Diretor de Finanças e Relações com Investidores

Cláudio Varella do Nascimento  
Diretor de Distribuição

Elói Hoffelder  
Diretor de Geração, Transmissão e Novos Negócios

Lino Henrique Pedroni Junior  
Diretor de Planejamento, Controles e Compliance

Moisés Diersmann  
Diretor de Gestão Corporativa

Pedro Augusto Schmidt de Carvalho Júnior  
Diretor Jurídico

Pilar Sabino da Silva  
Diretora de Gestão de Energia e Regulação

Vitor Lopes Guimarães  
Diretor Comercial

Rogéria Rodrigues Machado  
Contadora – CRC/SC 024.797/O-0

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente**

### **DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Os Diretores da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc declaram que examinaram, revisaram e concordam com todas as informações contidas no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Intermediárias da Companhia relativas ao 2º trimestre de 2025.

Tarcísio Estefano Rosa  
Diretor Presidente

Júlio Cesar Pungan  
Diretor de Finanças e Relações com Investidores

Cláudio Varella do Nascimento  
Diretor de Distribuição

Elói Hoffelder  
Diretor de Geração, Transmissão e Novos Negócios

Lino Henrique Pedroni Junior  
Diretor de Planejamento, Controles e Compliance

Moisés Diersmann  
Diretor de Gestão Corporativa

Pedro Augusto Schmidt de Carvalho Júnior  
Diretor Jurídico

Pilar Sabino da Silva  
Diretora de Gestão de Energia e Regulação

Vitor Lopes Guimarães  
Diretor Comercial

Rogéria Rodrigues Machado  
Contadora – CRC/SC 024.797/O-0